

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ARTES E MULTIMEIOS

Mestrado em Multimeios

UNIDA
M. CH
V
TOMBO
PROC.
C
PREC
DATA
M. CPC

ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA, RECOMPONDO A TRAJETÓRIA

ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA, RECOMPONDO A TRAJETÓRIA

DAS VILAS POPULARES EM CAMPINAS;

o exemplo da Vila Castelo Branco

José Roberto Gonçalves

José Roberto Gonçalves

Este exemplar é a cópia final da dissertação
defendida pelo Sr. José Roberto Gonçalves e
aprovada pela Comissão Julgadora em
24/02/2002.

Olga R. de Moraes von Simson
Profª Dra. Olga Rodrigues de Moraes von
Simson

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Multimeios do Instituto de
Artes da UNICAMP como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Multimeios sob a orientação da Profª. Dra.
Olga Rodrigues de Moraes von Simson.

CAMPINAS – 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES
Mestrado em Multimeios

UNIDADE	
Nº CHAMADA	
EX	
TOMBO BCI	
PROC.	
☐ D ☐ C	
PREÇO	
DATA	
Nº CPD	

ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA, RECOMPONDO A TRAJETÓRIA
DAS VILAS POPULARES EM CAMPINAS;
o exemplo da Vila Castelo Branco

José Roberto Gonçalves

Este exemplar é a redação final da dissertação
defendida pelo Sr. José Roberto Gonçalves e
aprovada pela Comissão Julgadora em

28/02/2002

Olga R. de Moraes von Simson

Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von
Simson

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Multimeios do Instituto de
Artes da UNICAMP como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Multimeios sob a orientação da Prof^a. Dr^a
Olga Rodrigues de Moraes von Simson.

CAMPINAS – 2002

200409059

UNIDADE <u>92</u>	
Nº CHAMADA <u>UNICAMP</u> <u>9586e</u>	
V	EX
TOMBO BC/ <u>58784</u>	
PROC. <u>6.11.04</u>	
C ☐	D ☒
PREÇO <u>11.000.00</u>	
DATA <u>01.04.04</u>	
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM00198428-2

BIB ID 317679

G586e

Gonçalves, José Roberto.

Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas; o exemplo da Vila Castelo Branco / José Roberto Gonçalves. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador : Olga Rodrigues de M. von Simson.
Dissertação (mestrado) – Instituto de Artes.

1. Fotografia. 2. História oral. I. Simson, Olga Rodrigues de Moraes von. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Artes. III. Título.

Agradecimentos

Durante todo o percurso da pesquisa fui acompanhado e incentivado por diversas pessoas, que de uma maneira ou outra sempre acreditaram em mim. Dentre estas pessoas gostaria de destacar minha orientadora Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes van Simson, que sem sua mão forte e amiga não poderia estar aqui. Aos professores, funcionários da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, principalmente ao pessoal do Setor de Arquivos Especiais do CMU e biblioteca, com quem convivi por estes três anos.

A Universidade de Mogi das Cruzes - UMC - que me apoiou concedendo bolsa de estudos através de seu Programa de Apoio à Qualificação Docente - PAQD, o qual tem permitido a tantos professores prosseguirem em sua caminhada rumo a uma melhor qualificação profissional.

As minhas mães, Sueli, Solange, Fátima e Angélica pelo apoio, paciência, carinho e suporte nos momentos mais decisivos desta e de outras tantas caminhadas. A minha esposa Nidia por sua serenidade, incentivando-me nesta trajetória. Aos amigos que direta ou indiretamente apoiaram-me nos momentos mais árduos.

*A todos a minha gratidão
À minha família, que me apoiou nesta e em
tantas outras caminhadas, especialmente à
minha mãe que abdicou da saúde para que seus
filhos estudassem.*

Agradecimentos

Recompor a trajetória de criação do Núcleo Habitação Vila Castelo Branco é o objetivo mais preciso deste trabalho. Para tanto, buscamos nas raízes da formação da Cidade de Campinas.

Durante todo o percurso da pesquisa fui acompanhado e incentivado por diversas pessoas, que de uma maneira ou outra sempre acreditaram em mim. Dentre estas pessoas gostaria de destacar minha orientadora Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson, que sem sua mão forte e amiga não poderia estar aqui. Aos professores, funcionários da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, principalmente ao pessoal do Setor de Arquivos Especiais do CMU e biblioteca, com quem convivi por estes três anos.

A Universidade de Mogi das Cruzes – UMC – que me apoiou concedendo bolsa de estudos através de seu Programa de Apoio à Qualificação Docente – PAQD, o qual tem permitido a tantos professores prosseguirem em sua caminhada rumo a uma melhor qualificação profissional.

As minhas irmãs, Sueli, Solange, Fátima e Angélica pelo apoio, paciência, carinho e suporte nos momentos mais decisivos desta e de outras tantas caminhadas. A minha esposa Nidia por sua serenidade, incentivando-me nesta trajetória. Aos amigos que direta ou indiretamente apoiaram-me nos momentos mais árduos.

A todos a minha gratidão

Resumo

Agradecimentos

vii

Recompôr a trajetória de criação do Núcleo Habitacional Vila Castelo Branco é o objetivo mais preciso deste trabalho. Para tanto, buscamos nas raízes da formação da Cidade de Campinas, os indícios para a escolha da localização desta vila dentro da malha urbana, suas implicações e significações. Empregamos no processo de recomposição da trajetória de ocupação deste espaço as técnicas da História Oral aliada ao emprego da fotografia como provocador da memória.

Desta forma, pretendemos fornecer subsídios para o entendimento do processo de formação/consolidação deste núcleo habitacional tendo como base os depoimentos dos moradores locais.

Também foi utilizado durante a pesquisa o recurso de fornecer máquinas fotográficas aos moradores do bairro para que, depois de tecnicamente orientados, mostrassem via imagens fotográficas suas visões sobre a vida no bairro.

Fotografia e memória nas ciências sociais: Uma interdisciplinaridade

possível	13
Uma versão do passado construído a partir de diferentes olhares	15
História Oral e Subjetividade	18
História Oral, Um olhar sobre a sociedade	20
História Oral e suas origens	23
História Oral e seus estilos	27
História Oral de vida	29

Capítulo 2 – A Conformação dos Espaços Públicos de Campinas

A vida nas cidades	34
A cidade e seus espaços descontínuos	36
Campinas e suas origens	38
As marcas da diferenciação	45
A imigração como fator de alteração da paisagem urbana	50
Das sesmarias às vilas populares	55
O trabalho braçal e seus significados	58
A moradia como mediadora das relações de trabalho	59
Os cortiços como forma de habitação popular	60
A formação das Vilas Operárias em Campinas	68

SUMÁRIO

Agradecimentos	vii
Resumo	viii
Introdução	
Conversa para receber o leitor.....	1
Memória e pertencimento	3
Capítulo 1 - Som e imagem como suporte empírico à pesquisa	9
A fotografia como provocador da memória.....	11
Fotografia e memória nas ciências sociais: Uma interdisciplinaridade possível.....	13
Uma versão do passado construído a partir de diferentes olhares.....	15
História Oral e Subjetividade.....	18
História Oral, Um olhar sobre a sociedade.....	20
História Oral e suas origens.....	23
História Oral e seus estilos.....	27
História Oral de vida.....	29
Capítulo 2 – A Conformação dos Espaços Públicos de Campinas	33
A vida nas cidades.....	34
A cidade e seus espaços descontínuos.....	36
Campinas e suas origens.....	39
As marcas da diferenciação.....	45
A imigração como fator de alteração da paisagem urbana.....	50
Das senzalas as vilas populares.....	55
O trabalho braçal e seus significados.....	58
A moradia como mediadora das relações de trabalho.....	59
Os cortiços como forma de habitação popular.....	60
A formação das Vilas Operárias em Campinas.....	68

Vila Bela: contexto de criação.....	78
O BNH: Política Habitacional.....	80
A fundação da COHAB em Campinas.....	81
Vila Rica: a contradição de um nome.....	82
Figura 2 Mapa: Campinas de 1774 sobre o mapa de 1878.....	40
Figura 3 Tabela: número de escravos registrados por município no estado.....	
Capítulo 3 – Reconstruindo a trajetória de criação da Vila Castelo Branco	42
através dos depoimentos.....	88
Uma explicação necessária.....	89
Os <i>Portraits</i> dos Informantes/personagens.....	92
“Vila “Presidente Castelo Branco” núcleo residencial foi inaugurado”.....	100
As casas.....	103
Os moradores e suas origens.....	108
A aquisição.....	116
A vida na Castelo Branco.....	119
A conquista das melhorias.....	125
A chegada do comércio.....	130
A rua e seus múltiplos espaços.....	136
A Sociedade Amigos de Bairro.....	146
Festas e manifestações religiosas.....	153
A guisa da conclusão.....	166
Referências Bibliográficas.....	178
Figura 18 Entusiasmo Prefeitura.....	75
Figura 23 Vista parcial do Núcleo Res. Parnus Irajá e Parnus Poretila.....	76
Figura 21 Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega.....	77
Figura 22 Vista aérea do Conjunto Habitacional Padre Anchieta.....	77
Figura 23 General Castelo Branco recebendo a faixa presidencial.....	79
Figura 24 Tabela: Expansão Monetária, Inflação, Crescimento e Demografia do Tesouro, 1964 – 1967.....	79
Figura 25 Tabela: Expansão Monetária, Inflação, e Crescimento, 66 a 74.....	80
Figura 27 Mapa Rodoviário de Campinas.....	83
Figura 28 Recorte de Jornal: Correio popular 22/10/1965.....	84
Figura 29 Reprodução: Jornal “Municípios”.....	85

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	Calvin & Haroldo.....	12
Figura 2	Mapa: Campinas de 1774 sobre o mapa de 1879.....	40
Figura 3	Tabela: número de escravos registrados por município no estado de São Paulo ano 1873.....	42
Figura 4	Croqui: alterações Igreja do Carmo.....	43
Figura 5	Casa: Ciclo cafeeiro.....	46
Figura 6	Mapa: Cidade de Campinas em 1900.....	49
Figura 7	Ilustração: Engenho de açúcar.....	55
Figura 8	Fazenda Sete Quedas.....	56
Figura 9	Tabela: Vilas operárias construídas entre 1880 e 1900.....	57
Figura 10	Tabela: Evolução populacional de Campinas 1767 –1996.....	64
Figura 11	Tabela: Cortiços cadastrados 1939.....	66
Figura 12	Vila Manoel Freire.....	69
Figura 13	Vila Manoel Freire.....	69
Figura 14	Tabela: Conjuntos Habitacionais para Trabalhadores construídos em Campinas de 1942 a 1954.....	70
Figura 15	Casas populares no bairro São Bernardo.....	71
Figura 16	Casas populares no bairro São Bernardo.....	71
Figura 17	Tabela: Conjuntos Habitacionais para Trabalhadores construídos em Campinas 60-90.....	72
Figura 18	Mapa: Cidade de Campinas com indicação da localização das Vilas Populares até 1990.....	75
Figura 19	Embrião Profilurb.....	76
Figura 20	Vista parcial do Núcleo Res. Parque Itajaí e Parque Floresta.....	76
Figura 21	Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega.....	77
Figura 22	Vista aérea do Conjunto habitacional Padre Anchieta.....	77
Figura 23	General Castelo Branco recebendo a faixa presidencial.....	79
Figura 24	Tabela: Expansão Monetária, Inflação, Crescimento e Déficit do Tesouro, 1964 – 1967.....	79
Figura 25	Tabela: Expansão Monetária, Inflação, e Crescimento, 68 a 74 ...	80
Figura 27	Mapa Rodoviário de Campinas.....	83
Figura 28	Recorte de Jornal: Correio popular 22/10/1965.....	84
Figura 29	Reprodução: Jornal “Municipiário”.....	85
	“Problemas sociais que o BNH criou”.....	113

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 30	Inauguração da Vila Rica.....	86
Figura 31	Reprodução: Destaques das matérias publicadas nos Jornais de	87
Figura 32	Campinas por ocasião da Inauguração da Vila Rica.....	87
Figura 32	Vista parcial da Vila Rica.....	87
Figura 33	"Binoclinhos".....	91
Figura 34	Neide, Nilza e Nelson.....	92
Figura 35	Isabel Schnaider durante missa no Santuário de Guadalupe.....	93
Figura 36	Cartão de visita.....	94
Figura 37	Isabel Schnaider na Praça Ópera Lo Schiavo.....	94
Figura 38	Renata Alves Bernardo.....	95
Figura 39	Cristina Aparecida Alves.....	96
Figura 40	Nelson Camargo.....	97
Figura 41	Avô de Nelson Camargo em Aparecida	97
Figura 42	Sonia Regina Camargo da Silva.....	98
Figura 43	Maria Candido Teodoro da Silva na Festa de Santos Reis jan/2002	98
Figura 44	Maria Candido Teodoro da Silva reunida com os filhos.....	99
Figura 45	Grupo de Oração da Vila Castelo Branco.....	99
Figura 46	O General Syzeno Sarmento inaugurando a Vila Castelo Branco	100
Figura 47	– 06/08/1967.....	100
Figura 47	Busto em memória ao ex-presidente Castelo Branco.....	102
Figura 48	Fachada padrão das casas da Vila Castelo Branco.....	103
Figura 49	Destaque para a estrutura do forro de uma das casas da Vila	104
Figura 50	Castelo Branco.....	104
Figura 50	Destaque para o piso de uma das casas da Vila Castelo	105
Figura 51	Branco.....	105
Figura 51	Croqui sem escala com a configuração básica de uma casa da	106
Figura 52	Vila Castelo Branco.....	106
Figura 52	Casa com fachada próxima ao original na Vila Castelo Branco.....	106
Figura 53	Fotografia aérea: Campinas – 1984 com indicação da	107
Figura 54	localização do Conjunto Habitacional Vila Castelo Branco.....	107
Figura 54	Vista parcial da antiga moradia de Nelson Ribeiro.....	112
Figura 55	Matéria veiculada no Correio Popular de 03/10/1968 –	113
	"Problemas sociais que o BNH criou"	113

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 56	Matéria veiculada no Correio Popular de 04/09/1971 – “Nessas vilas, uma questão social”.....	114
Figura 57	Matéria veiculada no Correio Popular 04/07/1971: “Plano habitacional prevê moradia, higiene e saúde”.....	115
Figura 58	Maria Candido e os filhos reunidos em sua nova casa na Vila Castelo Branco.....	118
figura 59	Mapa de Campinas 2000/2001.....	121
Figura 60	A chegada do asfalto na Vila Castelo Branco.....	128
Figura 61	Rua com o asfalto concluído na Castelo Branco.....	128
Figura 62	Reforma dos telhados e ampliações.....	129
Figura 63	Vista parcial da Rua Castel Nuovo, divisa com o Jardim Garcia....	129
Figura 64	Vista parcial da Feira Livre aos domingos na Vila Castelo Branco	131
Figura 65	A primeira banca de revista, hoje reformada.....	133
Figura 66	Relação de estabelecimentos comerciais cadastrados na PMC até o ano de 2001, referentes a Vila Castelo Branco.....	134
Figura 67	Vista parcial de uma rua estreita na Vila Castelo Branco.....	137
Figura 68	Vista parcial de uma das árvores plantadas originalmente pela COHAB nos terrenos das casas da Vila Castelo Branco.....	137
Figura 69	Festa de Cosme e Damião na Vila Castelo Branco.....	137
Figura 70	Vista parcial da Praça na rua Castel Nuovo, divisa da Vila Castelo Branco com o Jardim Garcia.....	138
Figura 71	Grupo de idosos em uma das praças da Vila Castelo Branco.....	139
Figura 72	Grupo de Idosos ao lado do busto do General Castelo Branco.....	140
Figura 73	Matéria veiculada no Jornal Correio Popular em 06/01/2002 “Tráfico mostra “força” e planta maconha em praça pública”.....	141
Figura 74	Grupo de Oração do Terço de Nossa Senhora de Guadalupe na Praça da Rua Fornuovo.....	142
Figura 75	Matéria veiculada no Jornal Correio Popular de 15/07/1970 “Esta Vila Quer Uma Praça”.....	143
Figura 76	Vista parcial da Creche Municipal localizada na rua Montesio – com marcas de pichação em sua parede.....	144
Figura 77	Vista parcial do comércio instalado na Avenida Ibirapuera	144
Figura 102	Resistência-Inteligente: as senhoras de praça.....	170

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 78	Turma de Grafiteiros que é formada tanto por mulheres como por crianças e adolescentes.....	145
Figura 79	Vista parcial de parede com a arte do grafite e seus autores.....	145
Figura 80	Vista parcial do Clube do Trabalhador.....	148
Figura 81	Estatuto da Associação Amigos de Bairro da Vila Castelo Branco	150
Figura 82	Vista parcial da Sede Amigos de Bairro da Vila Castelo Branco....	151
Figura 83	Vista parcial da sede nova ou a "de baixo", localizada na rua Ataulfo Alves.....	151
Figura 84	Reunião na residência do informante Nelson Camargo com integrantes da Igreja Mórmon.....	154
Figura 85	Anjinho; uma promessa cumprida.....	155
Figura 86	A fé supera barreiras.....	155
Figura 87	Grupos de fiéis na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe para retirada dos "Kits" para receberem a trezena de Guadalupe.....	157
Figura 88	Maria Candido Teodoro da Silva na festa de Santos Reis.....	157
Figura 89	Vista parcial da procissão de Santos Reis.....	160
Figura 90	Vista parcial do interior de uma das casas visitadas pela Companhia de Santos Reis.....	160
Figura 91	Matéria veiculada no Jornal Correio Popular de 06/01/2002.....	162
Figura 92	Vista parcial do Santuário de Guadalupe.....	163
Figura 93	Nilza e família.....	171
Figura 94	Reunião familiar na casa de Renata.....	171
Figura 95	O filho falecido de Nair Schnaider.....	171
Figura 96	Os netos de Maria Cândida em frente a sua casa.....	171
Figura 97	O avô de Nelson Camargo.....	172
Figura 98	Tempos de criança de Nelson Ribeiro.....	172
Figura 98	Passeio ciclístico até Bom Jesus de Pirapora.....	172
Figura 99	Nelson Ribeiro e a posse do carro, em frente a casa na Castelo Branco.....	171
Figura 100	Nelson Camargo e o trabalho como motorista de ônibus da Cia. Campos Elíseos.....	171
Figura 101	Nelson Ribeiro e a profissão.....	172
Figura 102	Resistência-inteligente: as senhoras da praça.....	176

Introdução

Conversa para receber o leitor¹

“Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependências -de empregada e até mesmo cozinha e porão. (...) Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos. Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa”. (DaMatta, Roberto: 1997;11)

Da mesma forma que DaMatta convido-os a adentrar em minha “casa” e partilhar de minhas memórias, pensamentos, incertezas, descobertas, erros e acertos. Enfim, de todas as qualidades e defeitos que um trabalho de pesquisa possa ter. Espero que possa, reunir muito mais acertos que erros, sem esquecer que o segundo sempre está presente e se faz notar. Contudo, este é um início de um caminhar mais longo, que irá, com certeza, proporcionar muitos frutos ao longo de sua existência.

Como uma casa de vila operária, este trabalho é simples, porem recheado de histórias interessantes. Pois, nele vive a memória dos que aqui habitam, dos que depositam sua esperança de uma vida melhor em um pequeno pedaço de terra, no qual, uma casa menor ainda foi erigida. No jardim dessa casa, o leitor irá conhecer um pouco sobre a essência deste trabalho, o sentido de Memória e Pertencimento e as bases teóricas em que este trabalho foi construído, ou seja, a metodologia da História Oral. Devo acrescentar que esta pesquisa somente se tornou viável por haver a possibilidade de se aliar a metodologia da História Oral com um dos pilares de sustentação do Departamento de Multimeios da Unicamp, que é a possibilidade de experimentação e quebra de paradigmas. Sem esta fusão, parte desta casa não poderia ser erguida, pois ela não segue dogmaticamente as normas da academia.

Mantivemo-nos sempre que possível fiel às orientações metodológicas de apresentação de trabalhos acadêmicos. Contudo, sempre que possível, subvertemo-las procurando aproximar a construção do texto dos que, como eu, não tiveram em sua infância a companhia saudável dos livros ou mesmo da leitura como hábito. Desta forma, em alguns momentos, alongo-me sobre determinados assuntos, como por exemplo, a contextualização da ocupação dos espaços públicos de Campinas. Pois, escrevo muito mais para o leitor que não conhece a história da criação do Município das Andorinhas, como eu não a conhecia, do que no leitor mais versado e afeito a pesquisa e organização dos dados.

¹ Título empregado originalmente por Roberto DaMatta em seu livro Casa e Rua de 1997. Nele DaMatta propõe que um livro é como uma casa, com fachada, jardim, sala e demais dependências.

Depois me lanço a apresentar um pedaço do processo de formação das vilas populares no Brasil com ênfase no Estado de São Paulo. Traçando um paralelo entre as primeiras vilas para trabalhadores braçais em solo brasileiro (as senzalas) até as vilas operárias construídas pelo governo militar.

Por último, quando o leitor já se sentir da casa, convido-o a uma conversa muito mais íntima na cozinha. Que é lugar de receber os verdadeiros amigos. E, enquanto tomamos um café no copo, pois como diz um grande amigo meu, café no copo na cozinha é coisa de amigo mesmo, café na xícara é para convidado, iremos desfiando as histórias da formação da memória da Vila Castelo Branco.

Memória e pertencimento

“O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado” (Bosi, Ecléia: 1994; 48)².

Pertencer a uma cidade, vila ou bairro, não é apenas viver nela, mas sim participar ativamente de suas atividades, de seus ritos e costumes. Podemos morar anos em uma determinada comunidade e nunca nos sentirmos realmente como pertencendo a ela. Mesmo que parte de sua história pessoal tenha que ser contada utilizando os referenciais materiais desta localidade, isto não implica diretamente que você se sinta parte daquele lugar.

Construímos nosso sentido de pertencimento a partir de nossas lembranças, boas ou ruins, sendo necessário viver uma determinada experiência para podermos recordá-la, mesmo quando essa experiência é vivida de forma indireta como quando se lê um livro ou se ouve uma história. E, quanto mais forte for o reconhecimento da sociedade em geral em relação a esta comunidade, tanto maior será a recorrência do indivíduo a estas lembranças para a composição de sua história de vida. O fato de privilegiar ou negar determinadas lembranças ou períodos de nossa história de vida é comum. Fato semelhante foi detectado pela pesquisadora Olga Von Simson em seu levantamento sobre os bairros Vila Industrial e Cambuí. Relata-nos a pesquisadora que o que foi surpresa para a equipe de pesquisadores a forma completamente diversa como a população de cada bairro tem encarado o registro fotográfico. Realizado pelo pesquisador/fotógrafo, do cotidiano dos bairros Cambuí e Vila Industrial. Na Vila Industrial, o pesquisador/fotógrafo foi bem recebido pelos moradores, revelando o orgulho dos mesmos em relação ao seu espaço na cidade, uma nítida identificação com a Vila. E, uma certa preocupação com o registro da trajetória de vida e de luta da população local deste bairro de origem proletária surgida no último quartel do século XIX.

No Cambuí, a situação foi muito diversa. Os novos habitantes do Cambuí, por adotarem um estilo de vida influenciado pela visão burguesa do mundo, também não se dedicaram a atividades comunitárias e, não tendo vivido por muitas décadas na região, não desenvolveram o sentimento de pertencimento a uma comunidade local. Também o fato das famílias tradicionais que ainda mantém seu poder aquisitivo alto terem se mudado do bairro, permanecendo ali, na

² Bosi, Ecléia. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. 3.ed. – São Paulo:Companhia das Letras,1994.

maioria das vezes, apenas as que perderam ao longo das ultimas décadas seu poderio econômico, reforçou o desinteresse pela memória local. Apesar do Bairro Cambuí ser considerado um local nobre em Campinas, ele não é mais tido como local de moradia para os endinheirados que preferem os bairros e condomínios fechados criados ao norte da cidade.

Essa identificação com um local determinado da cidade provoca no indivíduo uma vontade de partilhar esse sentimento com alguém, desta forma:

“Para poder relatar seus sofrimentos, [alegrias, conquistas, etc.] uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (Pollak:1989;6)³

Mesmo nas comunidades mais fechadas, onde os ritos e costumes são compartilhados somente entre os iniciados, o sentido de pertencimento é construído e proporciona uma certa dose de importância aos seus membros, pois, mesmo não sendo permitido revelar o conteúdo dos rituais para os não iniciados, os mesmos ritos são transmitidos e (re) significados entre os participantes em cada encontro, reforçando o sentido de pertencimento.

Nessas comunidades, cada indivíduo sente-se responsável pelo outro e pela conservação da memória do grupo. Creio que todo ser humano tem a necessidade de sentir-se parte de “algo” ou de alguma “coisa”, mesmo que este “algo”, a vista de todos possa não ser atrativo ou de muito valor. Mas, todos temos a necessidade de sentir que pertencemos a algum lugar.

Este fato ficou mais evidente em minha vida, quando realizei uma reportagem, ainda na época da graduação, sobre crianças e adolescentes em “situação de rua”⁴. A matéria foi realizada com o grupo que se reunia (por volta de 15 crianças) sob o Viaduto Miguel Vicente Curi, centro de Campinas. Nesta oportunidade, verifiquei que o sentido de pertencimento ao grupo era mais forte, em muitos casos, do que sua inserção familiar, e que o cuidado e respeito pelas coisas do outro era muito valorizado dentro do grupo, tanto que me foi relatado que, em certa ocasião, no decorrer do primeiro semestre de 1993, um dos garotos que integrava o grupo envolveu-se em uma briga acabando por ser internado em estado grave no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti.

Nesta ocasião, um dos integrantes foi destacado para visitá-lo no hospital e verificar o seu estado de saúde. De acordo com as informações colhidas, o mesmo não foi até o hospital e comunicou ao restante dos amigos que o primeiro havia morrido em decorrência dos ferimentos.

³ Pollak, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio” publicado na revista “Estudos Históricos” da Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – Cpdoc/FGV, Rio de Janeiro em 1983, com tradução de Dora Flaksman

⁴ Expressão utilizada para designar crianças e adolescente que permanece o dia nas ruas mas possuem uma moradia fixa com a família.

Ao receberem a informação e duvidando um pouco da mesma, o grupo perguntou se ele tinha certeza do que dizia. Como a resposta foi afirmativa, o grupo dirigiu-se ao hospital e foi checar a informação. Chegando lá, os integrantes que não eram procurados pela polícia dirigiram-se até a recepção do hospital, enquanto o restante do grupo permanecia junto ao que dera a informação sobre o falecimento. Após verificar que a informação estava incorreta e que o garoto ainda inspirava cuidados, mas não corria perigo de vida, aquele que dera a informação incorreta foi espancado e deixado na porta do pronto socorro.

Após o “corretivo” o grupo dirigiu-se novamente ao centro da cidade e realizou pequenos furtos, com o intuito de arrecadar dinheiro para a compra de frutas, as quais foram levadas posteriormente ao hospital e divididas entre os dois enfermos. Ao escutar este relato, na época, não me dei conta do sentido de pertencimento destes garotos e garotas daquele grupo de rua.

A preocupação, cuidado e repúdio às ações que atentassem contra a coesão do grupo eram valorizadas e reforçadas a cada momento, até mesmo com o recurso da força física, não importando se o lugar que eles habitavam era desconfortável ou inadequado, o que possuía relevância era que o grupo permanecesse unido e coeso. E a forma de marcar essa união e pertencimento era selecionar histórias como esta para compor o imaginário do grupo.

Outro caso interessante de construção do sentido de pertencimento, mas de forma adversa, presenciei um ano após esta experiência. Na época, trabalhava como comprador industrial da Allied Signal – Divisão Bendix do Brasil, “holding” norte americana, que em nosso país se dedicava à fabricação de freios automotivos e seus insumos. Neste período trabalhava ao meu lado no departamento de compras, o Sr. Anchieta, que exercia as funções de “follow-up”⁵, sendo assim, ele, um senhor na casa dos cinquenta anos, recebia as tarefas de um “garoto” de vinte e oito anos. Situação nada confortável para ele, pois seis meses antes ele, também, tinha sido comprador, mas devido à reestruturação do departamento o mesmo havia sido realocado para esta função que na hierarquia do departamento estava abaixo da minha.

Posto isso vamos à história: O Sr. Anchieta era de origem portuguesa, mas já há quatro gerações ou mais no Brasil. Conheceu e acabou casando-se com uma senhora de ascendência suíça e com ela teve dois filhos. Após este matrimônio, ocorreu uma aproximação natural dele com a família da esposa e seu círculo de amigos, contudo, ele mantinha sua memória e cultivava a identidade ligada a origem de seus bisavós.

No decorrer do ano de 1994, com a reestruturação do departamento, ele passou a adotar a origem da esposa como a sua própria. A mudança de “nacionalidade” suscitou uma

⁵ Follow-up termo em inglês de designa o seguidor de materiais, ou seja, a pessoa que cobra a entrega dos materiais programados junto aos fornecedores, inclusive fazendo as vezes de motorista do departamento.

certa estranheza entre as pessoas do escritório. A pergunta que me ficou foi: porque ele havia “mudado” de nacionalidade? Ou mesmo, qual a vantagem desta mudança?

Hoje, ao recordar essa situação é que vejo uma certa lógica nesta mudança de origens. Ele, em sua história de vida já havia passado por muitos altos e baixos e, na época, encontrava-se em uma situação não muito favorável profissionalmente. Desta forma, a mudança de “origens”, da portuguesa para a suíça, lhe permitia um melhor “status” e a possibilidade de um certo orgulho. Pois a comunidade suíça goza de um melhor conceito entre os brasileiros do que a portuguesa e está atualmente, melhor organizada na região de Campinas, em torno da comunidade de Helvetia - Indaiatuba. Desta forma, as lembranças selecionadas para serem compartilhadas eram aquelas relativas a convivência junto a comunidade de Helvetia, festas, encontros, celebrações religiosas e costumes, não mais as anteriores a esta inserção. Mesmo parecendo um pouco estranho aos olhos dos demais companheiros de trabalho, o Sr. Anchieta conclamava sua nova nacionalidade com um certo orgulho. Contudo continuava a elogiar o “legítimo bacalhau Português”, que sua esposa suíça também sabia fazer como ninguém.

A busca de uma melhor história a contar não é privilégio somente do Sr. Anchieta. Diversos grupos ao longo da história humana têm recorrido ao esquecimento/silêncio ou criação de novas histórias para contar de forma a possibilitar sua inserção social. Encontramos no trabalho de Michael Pollak⁶ ressonância a este pensamento. Neste trabalho o autor relata a dificuldade do enquadramento da memória de pessoas que passaram por eventos traumáticos durante a Segunda Grande Guerra.

Ele nos conta que no decorrer do conflito, representantes da comunidade judaica de diferentes localidades colaboraram com a administração nazista, tendo como intuito, inicialmente poder alterar a política oficial, e mais tarde tentar limitar as perdas e por último, tentar um melhor tratamento para os últimos empregados do Partido Nazista, membros da comunidade. Nesse processo, houve uma participação ativa destes dirigentes na elaboração das listas dos futuros deportados e até mesmo na gestão dos locais de trânsito/aguado de transferência para os campos de concentração/exterminio. E, que estas lembranças do envolvimento com a administração nazista foram sistematicamente suprimidas dos depoimentos dos envolvidos.

Segundo o autor, esse fato pode ser explicável em face dessas lembranças, compartilhada entre algozes e vítimas, comprometerem toda uma memória constituída após o término do conflito, onde o recordar a “colaboração” pode gerar um mal entendido ou “até mesmo de reforçar a consciência tranqüila dos antigos carrascos”. Outro exemplo que

⁶ Pollak, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio” publicado na revista “Estudos Históricos” da Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – Cpdoc/FGV, Rio de Janeiro em 1983, com tradução de Dora Flaksman

Michael Pollak apresenta neste trabalho consiste na memória dos alsacianos e lorenos recrutados a força pelo exército Alemão.

Relata o autor que o recrutamento compulsório dos homens da Alsácia e Lorena ocorreu após uma fracassada política de recrutamento voluntário. O engajamento dos recrutas alsacianos deu-se no período de outubro de 1942 a novembro de 1944, onde 130.000 jovens e velhos foram incorporados a força ao exército do 3º Reich. Diversos atos de revolta, resistência e de desobediência foram levados a cabo, bem como os índices de deserção eram grandes neste grupo de soldados especificamente. Contudo aos olhos da comunidade internacional e local, permaneceu a questão do grau de colaboração e comprometimento desses homens.

Analisa o autor que além da memória traumatizante do recrutamento forçado e participação no conflito, estes homens carregavam o estigma de não se encaixarem dentro “do mito de uma nação de resistentes, tão rico de sentido nas primeiras décadas do pós-guerra”.

“A memória envergonhada de uma geração perdida seguiu-se a das associações de desertores, evadidos e recrutados a força que lutaram pelo reconhecimento de uma situação valorizadora das vítimas e dos Malgré nous, sublinhando sua atitude de recusa e de resistência passiva.” (Pollak: 1989;7)

Trabalhos de igual importância também foram levados a cabo no Brasil na última década, entre eles podemos destacar a reconstituição da memória dos moradores do Bairro Friburgo em Campinas. Neste estudo realizado pelo Centro de Memória da Unicamp, coordenado pela Prof^a. Dra. Olga Moraes von Simson foi reconstituída a memória e o sentido de pertencimento dos moradores deste bairro de alemães encravado no Município de Campinas.

Dentre os resultados positivos alcançados por esta pesquisa, podemos destacar o “retorno” dos descendentes dos primeiros moradores à comunidade. Pois com o final da II Grande Guerra, o bairro passou por um processo de “auto-esquecimento” de sua origem teuto. O esquecimento e negação voluntária desta origem residem no fato da tentativa de minimizar os efeitos negativos da política adotada pelo governo brasileiro em relação aos descendentes de alemães no Brasil.

Nesse processo de diluição, os descendentes dos primeiros imigrantes passaram a não mais valorizar sua origem ou até mesmo omiti-la, conseqüentemente esquecendo os rituais, festas, danças e tudo o mais que permitisse uma ligação com o fracassado projeto cultural de Goebbels. No decorrer da pesquisa, e devido a melhoria da imagem que a terra de Fritz Lang desfruta na comunidade internacional, os descendentes passaram a participar da vida ativa da comunidade, reaprendendo as antigas danças e significados das festas e rituais através de filmes e fotografias da época aliados aos depoimentos dos mais velhos.

Como a reconstituição dessas memórias deu-se de forma participativa e espontânea pela comunidade, os apontamentos finais da pesquisa passaram a compor a história viva do grupo, permitindo a reconstrução do sentido de pertencimento e aglutinação em torno de um ideal de preservação e valorização da memória dos velhos para permitir aos jovens o acesso a uma dupla língua e dupla cultura que permitiria a eles uma maior competitividade no mercado de trabalho globalizado da região de Campinas.

Podemos, ainda, destacar a pesquisa organizada por Margareth Brandini Park e publicada em forma de livro “Memória, Educação e Cidadania: Tecendo o cotidiano de creches e pré-escolas em Itupeva – SP”, sobre a memória do município de Cascata Pequena⁷ como exemplo positivo de possibilidades de construção do sentido de pertencimento à uma comunidade que leva a um fortalecimento da identidade individual e do grupo.

⁷ Itupeva em tupi-guarani significa cascata pequena.

Capítulo 1

**Som e Imagem como
suporte empírico à pesquisa**

A fotografia como provocador da memória

“Em Blade Runner, os replicantes, desejando-se libertos, roubam fotografias de álbuns de família no intuito de, ao transferirem para si uma memória privada, presentes nas imagens, adquirirem uma identidade histórica. As fotografias assim, lhes servem de passaporte para um passado que os autoriza ao humano presente.” (Barros, Armando;1998:199)

Mesmo que ao longo do tempo as sociedades humanas, em maior ou menor grau, tenham se organizado em torno dos suportes visuais para contar e recontar suas histórias, de forma genérica, podemos identificar, em um primeiro momento, três “tipos” diferentes de cultura: aquela que valoriza a escrita, aquela em que predomina a fala na contemporaneidade, o predomínio da imagem sobre as outras duas formas de comunicação.⁸

Desta forma, a maneira de ver e perceber o mundo é diferente de cultura para cultura, cada indivíduo tem um “pacote” de experiências que o leva a entender o mundo de uma forma particular. Onde um observador dificilmente conseguirá apreender a alma daquele povo em sua totalidade, com todos os seus significados, se não entender a lógica da cultura do grupo observado.

Outro ponto interessante desta linha de pensamento consiste no conceito de que: “a significação de uma imagem permanece em grande parte tributária da experiência e do saber que a pessoa que a contempla adquiriu anteriormente”. Reforçando assim, a tese de que o capital cultural do indivíduo que observa a imagem influencia na forma como ele apreende seu significado. “Será que uma pessoa que desconhece completamente a existência de dinossauros, ao se deparar com uma pegada fossilizada, entenderá da mesma forma que um paleontólogo ou este signo não causará nenhuma reação ?”⁹

Na observação de uma fotografia, além da bagagem cultural do observador, também o suporte técnico e a forma de exibição desta, provocam diferentes formas de ver e pensar o recorte que nos é dado a observar. Quando nos deparamos com uma fotografia vemos um fragmento do mundo, de um momento escolhido para ser eternizado, uma parte do real, que pode ser contemplado em cada um dos seus detalhes pelo tempo que o observador desejar. Contudo, não temos a disposição o todo, a partir do qual aquela representação foi construída.

⁸ Os conceitos apresentados aqui se baseiam nas anotações feitas pelo autor durante as aulas proferidas pelo Prof. Dr. Etienne Samain na disciplina “O Corpo e Suas Imagens”, no segundo semestre de 1999. Acrescida de leituras posteriores.

⁹ Texto registrado durante as aulas proferidas pelo Prof. Dr. Etienne Samain na disciplina “O Corpo e Suas Imagens”, no segundo semestre de 1999.



Fig.1 - Calvin & Haroldo / Bill Watterson. Correio Popular, 04/07/2001. Caderno C. pp C-5

Escolhemos esta história em quadrinhos porque temos certeza que a dificuldade que o pesquisador e mesmo do observador comum têm para entender como e por que determinada imagem foi produzida, nela está muito bem representado. Philippe Dubois, resgatando Henri Van Lier afirma:

“A foto pode ser uma prova instrutiva e irrefutável. É tão evidente que não é preciso insistir nisso. Mas, ao mesmo tempo, ocorre com freqüência que não se sabe bem o que ela prova”. (Dubois; 1994:84)¹⁰

Este caráter duplo da fotografia – como prova de um real, mas que não sabemos o que realmente ela prova, tem suas raízes na própria descoberta desta técnica. Em seu início, o processo de fixação de imagens por meio da ação da luz solar, foi propagado como ciência pura. Ou seja, a fotografia seria um retrato fiel da natureza, seria uma cópia do real, da exatidão, sem a intervenção da mão do homem. Pois a fotografia seria o resultado de uma reação físico química, (ciência), onde a mão do homem, (arte) não mais interferiria no processo.

Esse *status* de prova do real que a fotografia trazia em seu bojo, no início de sua utilização, favoreceu sua utilização por antropólogos e cientistas das mais diversas áreas do conhecimento.

“Porque ela era mecânica, muitos acreditavam que a fotografia fosse um reflexo direto da natureza e da realidade, uma evidência a favor dos fatos”. (Scherer; 1996:70)

Contudo, essa utilização da fotografia na pesquisa muitas vezes se revestia muito mais de um caráter de prova de “presença” do que uma ferramenta sistematizada de aquisição de dados. A fotografia era:

“Algo que dotava o pesquisador de uma autoridade e uma legitimidade, pois mostrava-se que ele de fato “esteve lá” observando como se poderia ver pelas fotografias. Em fim, era mais um elemento nas “estratégias de convencimento” que esse

¹⁰Dubois, Philippe. O Ato fotográfico e outros ensaios. Campinas. Papirus. 1994. (coleção ofício de arte e forma)

*profissionais do distante se utilizavam na construção dos seus textos”.
(Godolphim;1995:126)¹¹*

A partir da segunda metade da década de 70 do século anterior, ocorre uma revalorização dos métodos qualitativos e do emprego da fotografia como instrumento de pesquisa e não só como ilustração. Desta forma, permitindo ao pesquisador utilizar o registro imagético, não só como apoio a sua pesquisa, mas sim como detonador de todo um processo de construção do conhecimento.

Fotografia e memória nas ciências sociais: Uma interdisciplinaridade possível

“A imagem fotográfica foi, desde que surgiu, o ponto para onde convergiram múltiplos discursos: discurso técnico, estético, literário, filosófico, psicanalítico, semiológico, sociológico e antropológico; discursos sobre seus estilos, seus gêneros, seus possíveis usos; discursos daqueles que a faziam e debates que essa imagem suscitava nos meios artísticos.” (Samain, Etienne;1998:12)¹²

Apesar da fotografia possuir esse caráter aglutinador dos “múltiplos discursos”, só recentemente é que a ela foi associada à memória e tem despertado e recebido a merecida valorização por parte dos pesquisadores em ciências sociais. (Trataremos deste assunto mais adiante no item História Oral e suas origens). Nas últimas décadas, o Centro de Memória da Unicamp - CMU tem-se destacado em âmbito nacional na formulação/aperfeiçoamento das técnicas/conceitos metodológicos na utilização da fotografia associada ao testemunho oral na recuperação/preservação da memória, contribuindo para a construção da identidade de um corpo social. Dentro desta perspectiva, o CMU propõe uma abordagem multidisciplinar para o estudo da memória. Para essa abordagem

“é preciso valer-se de subsídios de várias disciplinas realizando uma integração de conceitos elaborados em diferentes áreas do conhecimento” (von Simson, Olga; 2001:7)¹³

¹¹ Godolphim Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: Cornelia Eckert e Nuno Godolphim (org.). Horizontes Antropológicos; Antropologia Visual. Porto Alegre. 1995. Publicação do Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano I nr. 2.

¹² Samain, Etienne. O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

¹³ von Simson, Olga Rodrigues de Moraes. Do oral ao escrito. 500 anos de história do Brasil. In: Yara Dulce Bandeira de Ataíde (org.) Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste. Salvador. UNEB.2000.

Desta feita, como nos ensina a pesquisadora, a memória pode ser ao mesmo tempo individual ou coletiva¹⁴ e para entendermos esse processo em sua plenitude precisamos nos valer dos postulados da sociologia para tentar desvendar esse aspecto da memória. Já a psicologia irá contribuir no entendimento dos processos de associações utilizadas na reconstrução das vivências e dos fatos passados em sua relação com o presente.

E, para compreendermos um outro aspecto de como a memória é preservada, precisaremos dos conhecimentos acumulados das ciências biológicas sobre os processos de registro da informação no cérebro e seus distúrbios funcionais.

Ela nos lembra também, que antes do registro da informação, existe uma outra instância, um “filtro seletivo”, que atuará separando o que deve ser retido do que deve ser guardado. Para entender esses processos, podemos nos valer da semiótica ou semiologia, para desvendarmos os signos culturais que permitem compreender os filtros fornecidos por uma dada sociedade. E, por último da importância de estarmos conscientes de que as instituições, na verdade, realizam um trabalho de preservação e organização de uma memória perdida, e não são depositários de uma memória vivida, a qual só pode ser reconstituída na sua integralidade pelos grupos sociais que foram os atores nos processos sociais. Para superar a fragmentação da memória o pesquisador precisa trabalhar com conjuntos documentais registrados em diversos suportes (fotografia, vídeo, taípe, textos escritos, cinema, entre outros), promovendo o diálogo entre estas fontes documentais. Nesse conjunto de fontes para a pesquisa, a associação da fotografia com o relato oral permite uma maior fluidez na recuperação da memória de fatos históricos, além de proporcionar uma forma mais acessível de se devolver os resultados da pesquisa aos grupos nela envolvidas.

“Através das imagens que nos restaram e das histórias que nos chegam pelas tramas da rede familiar, construímos uma interpretação da figura e da atuação de nossos antepassados no tecido social e a transmitimos para as novas gerações”.(von Simson; 1998:22)

Miriam Moreira Leite¹⁵ acrescenta que o poder das fotografias de família advem de sua capacidade reveladora, dando origem a terapias fotográficas, nas quais o observador é levado a desenterrar as imagens guardadas, reconstruindo-as ou até mesmo reinventando-as para que se ajustem às suas fantasias ou projetos.

“Talvez parta daí a atração e o encantamento de algumas pessoas por retratos de família. Não são registros completos, pois não revelam situações emocionais

¹⁴ Segundo von Simson a memória individual é aquela guardada por um indivíduo e se refere à sua própria lembrança. A memória coletiva é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos hegemônicos de uma dada sociedade e que são guardados como memória oficial.

¹⁵ Leite, Miriam Lifchitz Moreira. História e Fotografia. In: Cultura e Vozes. São Paulo. Vozes. 1992. nr.3, maio-junho.

intensas. São como se sempre houvesse harmonia e não houvesse situações de conflito no grupo". (Leite, Miriam;1992:46)

Completando esse pensamento, von Simson acrescenta que a experiência de relembrar em conjunto constrói sólidas pontes entre os indivíduos, (re)constituindo redes de relacionamento e permitindo focalizar aspectos do passado, utilizando os "óculos do presente", o que permite pensar em bases mais sólidas as ações futuras.¹⁶

Uma versão do passado construída a partir de diferentes olhares

"Palavras não são más; Palavras não são quentes; Palavras são iguais; Sendo diferentes (...) Os números pros dias; E os nomes para as pessoas; Palavras eu preciso; Preciso com urgência. (...)". Titãs¹⁷

A palavra (estruturada, ou seja, a linguagem em todos os seus níveis) consiste em um dos elementos de maior diferenciação entre o ser humano e os demais animais existentes na face da terra. Jack Goody já afirmava em seu livro "A Domesticação do Pensamento Selvagem" que a aquisição da língua é atributo exclusivo da espécie humana e que o próximo passo, depois da aquisição da língua, é o da redução da fala às formas gráficas, ou seja, o desenvolvimento da escrita. E, é através da estruturação de linguagem que o ser humano consegue perceber a si mesmo e o mundo que o cerca.

O homem atribui nome a pessoas, locais e coisas, a tudo que esteja a sua volta, como bem define Maria Arruda Aranha e Maria Helena Martins,

"O homem é um ser que fala. A palavra se encontra no limiar do universo humano, pois caracteriza fundamentalmente o homem e o distingue do animal".(1999:31)¹⁸

Ao considerarmos essa característica, temos a noção da importância da linguagem para o entendimento do próprio ser humano enquanto ser social. Pois, é devido a essa capacidade de estruturar códigos, cada vez mais elaborados, para sua interação social que é possível atribuir valores bons ou maus, positivos ou negativos às coisas. Conforme defende Levi Straus

¹⁶ Von Simsom. Olga Rodrigues de Moraes. Imagem e memória. In: Etienne Samain (org.) O Ato Fotográfico. Hucitec.1998.

¹⁷ Titãs. Acústico MTV, 1998. Palavras c1989 – Sérgio Brioto e Marcelo Fromer.

¹⁸ Aranha, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins, 2. ed. Ver. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.

a escrita influenciou decisivamente o desenvolvimento da política da religião e da economia, muito mais que o parentesco e as suas instituições.

Desta forma, um outro problema surge, como definir a verdade dos fatos. Quais são os parâmetros para considerarmos que um relato é verdadeiro ou falso? Para filósofos como Desidério Mucho¹⁹, catedrático da Universidade de Lisboa, em traços gerais, o problema filosófico da definição da verdade reside no fato de como explicar o fenômeno de algumas frases serem verdadeiras e outras falsas. Ele nos alerta para o fato de que intuitivamente, uma frase como “A neve é branca” é verdadeira porque “corresponde aos fatos” (aspas do autor), mas que o problema desta imagem é justamente a noção de correspondência. E nos indaga “Como pode uma frase, uma entidade lingüística, corresponder a fatos? O que poderá ligar duas coisas aparentemente tão diferentes?” Sendo esta apenas uma das dificuldades quando começamos a tentar definir o que é verdade.

Na tentativa de facilitar a definição do termo verdade, recorro aos ensinamentos de Marilena Chauí²⁰ que nos apresenta três concepções clássicas de verdade; a Grega, a Latina e a Hebraica.

- Grega = Aletheia – não oculto, não dissimulado, não escondido. Que se opõe ao falso = pseudos – que é encoberto, escondido, dissimulado. Portanto, “o verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito: a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é”. Então, a verdade está no conhecimento das coisas e é uma qualidade destas. Conhecer é ver e dizer a verdade das coisas. Desta forma aletheia refere-se as coisas que são.
- Latina = Véritas – precisão, rigor, a exatidão de um relato, no que se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que aconteceu. O verdadeiro reside no discurso, na linguagem, no enunciado proposto por um observador. A verdade, então, está subordinada ao discurso humano, a memória e ao discernimento. “Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia os fatos reais. A verdade não mais está ligada as coisas ou aos próprios fatos, mas ao discurso, ao relato e a linguagem”. Sendo assim, veritas refere-se as coisas que foram.
- Hebraico = emunah – confiança. A verdade está vinculada a relação de confiança, seja entre Deus e o homem ou entre os próprios homens, e a espera

¹⁹ As declarações de Desidério Mucho foram colhidas através de entrevista pela internet em dezembro de 1999.

²⁰ Chauí, Marilena. Convite a Filosofia. 6ed. São Paulo. Ática, 1997. pp99

de que aquilo que foi acordado seja cumprido. Desta forma, emunah é as coisas que serão.

Verificamos, então, quando predomina a concepção de verdade partindo do conceito original de aletheia, a verdade é intrínseca a coisa, o conhecimento verdadeiro é a percepção intelectual e racional dessa essência. O que caracteriza e qualifica o conhecimento verdadeiro é a evidência.

“Uma idéia é verdadeira quando corresponde à coisa que é seu conteúdo e que existe fora de nosso espírito ou de nosso pensamento” (Marilena Chauí; 1997;100)

Quando utilizamos como princípio norteador à noção latina de verdade – veritas – passamos a considerar que a verdade depende do rigor e da precisão na criação e no uso de regras de linguagem. Sendo que estas regras devem ser a tradução de nosso pensamento sobre as coisas que ocorreram e que nossas mentes captaram. Neste caso, não se diz que as coisas são verdadeiras porque correspondem aos fatos externos, mas sim porque a verdade interna corresponde aos fatos.

“O critério de verdade é dado pela coerência interna ou pela coerência lógica das idéias e das cadeias de idéias que formam um raciocínio, coerência que depende da obediência às regras e leis dos enunciados corretos” (idem:100).

Desta forma, o verdadeiro é validado pela coerência lógica do pensamento. Por último, quando abordamos o tema verdade sob a óptica hebraica – emunah – a verdade depende da validade e manutenção dos acordos, isto é: a verdade existe enquanto for mantido o pacto entre os pesquisadores que definem as regras ou convenções universais sobre o conhecimento verdadeiro.

“A verdade se funda, portanto, no consenso e na confiança recíproca entre os membros de uma comunidade de pesquisadores e estudiosos” (idem:100).

Posição similar é adotada por Antonio Torres Montenegro, Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, quando ressalta que o conhecimento é sempre produzido a partir de referências teórico-metodológicas que os homens e mulheres instituem. Tendo como matrizes três formas tão distintas de compreender o que seja verdade, mas que em muitos momentos se confundem na mente, obteremos na História Oral uma poderosa ferramenta no processo de desvendar a sociedade. Nela teremos o embricamento das três vertentes históricas de concepção de verdade.

Pois a História Oral aceita a subjetividade do discurso do indivíduo, seja do pesquisador quanto do entrevistado, tendo em vista que este é constituído dentro do ser humano e

corresponde a sua lógica interna. Ao mesmo tempo em que procura nos documentos as evidências necessárias à sustentação dos postulados, bem como pela construção de uma relação de confiança e sinceridade entre pesquisador e informante. Além de uma cuidadosa seleção dos informantes e preparação de roteiros de pesquisa. De forma a construir um *corpus* que permita a comparação entre os diversos testemunhos/documentos, bem como fornecendo elementos para o entendimento de quem fala, de onde fala e por que fala, oferecendo a sociedade um conjunto de elementos que a permita lançar um olhar mais inquisidor sobre ela mesma.

História Oral e Subjetividade

“O discurso do pensador está-se interrogando sobre a passagem da percepção das coisas para o nível da consciência. A certa altura, introduz a reflexão seguinte: Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”. (Bosi, Ecléia;1994;46)²¹

A subjetividade na História Oral foi e ainda é tema de debates acalorados. Ela, a subjetividade, é tida em muitos momentos como perda e em outros como ganho. A pesquisadora Monique Augras nos mostra que, longe de constituir um problema, a subjetividade pode oferecer grandes vantagens. Ela nos diz que muitas vezes, costuma-se focar a subjetividade como perda: é o esquecimento, a mentira, a fantasia, o mito. Que a memória, não é fiel aos fatos. Mas a subjetividade pode também ser considerada como ganho: é que produz o testemunho vivo, a rememoração.

Além disso, Monique Augras, nos lembra que é preciso levar em conta a subjetividade de quem dá o depoimento, mas também a subjetividade de quem interpreta, e outro aspecto é a subjetividade de quem pergunta e registra. Afirma a autora que a subjetividade da fonte é a mais comentada, a mais fácil de ser observada e posta sob crítica. É o primeiro problema do pesquisador como controlar as informações obtidas? Até que ponto são fidedignas?

“É preciso assumir: nenhum depoimento pode ser considerado como rigorosamente fiel a tão almejada verdade dos fatos”.(Augras, Monique;1996;28²²)

Pois todo testemunho é, antes de tudo, autobiográfico, que ele implica na rearrumação de várias lembranças. Provoca um trabalho de construção, que transforma longínquas reminiscências em um discurso organizado e razoavelmente lógico. A partir do momento em

²¹ Ecléia Bosi se refere ao trabalho de Oeuvres Bérgrson. Matière et mémoire, publicado inicialmente em 1896.

²² Augras, Monique. História Oral e subjetividade. In: Olga Rodrigues de Moraes von Simson. (Org.) Os desafios contemporâneos da História Oral. Área de publicações CMU/Unicamp.1997. pp 27-38.

que a pessoa foi convidada a dar seu depoimento, ela repensa o assunto e, aos poucos, vai elaborando o seu discurso, onde o mais importante é o fenômeno de estruturação dos fatos de memória.

“Temos consciência que os relatos foram construídos levando em conta o pesquisador e o objetivo do trabalho”. (von Simson, Olga Rodrigues: 1991; 15).

Segundo Augras, não se pode mais acreditar em “objetividade” no sentido positivista clássico. Se memória e identidade se constroem mutuamente através de um jogo de tensões sociais e pessoais, e são valores disputados pelos diversos grupos aos quais o indivíduo pertence, se até mesmo o encontro da fonte e sua participação na pesquisa são objetos de negociação em que intervêm um sem-número de variáveis situacionais e pessoais, então é preciso assumir que a entrevista de história oral se situa no campo da intersubjetividade.

Continuando, a autora nos diz que todo encontro entre duas pessoas incluiu dimensão da intersubjetividade. Como trabalhar essa riqueza? Pela análise da linguagem utilizada pelo entrevistado? Nossa escuta é o registro dessa fala. Não podemos esquecer que o informante não fornece dados, ele nos oferece um discurso. As pessoas não só falam, como também silenciam.

É preciso estar atento para a escuta do não-dito. As áreas de silêncio podem ser tão eloquentes quanto às falas, do mesmo modo que os desvios, quando a pessoa relata um acontecimento de um modo que sabemos perfeitamente ser bem distante dos acontecimentos factuais. Reafirmando essa noção, Paul Thompson nos diz que toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.

Aponta-nos Thompson que a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito e a considerar o que significa os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes. Pois, o que o inconsciente conserva pode diferir em proporções e em poder, mas não em espécie: trata-se simplesmente de experiência humana, acidental ou ativamente esquecida por todas as razões que estamos vendo.

Essa implicação múltipla, longe de representar um empecilho, pode, pelo contrário, desde que devidamente levada em conta, oferecer meios de chegar mais perto da história que queremos reencontrar. A autora enfatiza que na sua defesa da intersubjetividade, não se deve concluir que a mesma despreze a crítica histórica dos dados. Segundo ela, a rigor a história jamais pode dar informações sobre aquilo “que realmente aconteceu”, mas ela nos informa com segurança sobre aquilo que nunca pôde acontecer, porque o tempo, nosso mestre, impõe limites intransponíveis.

Além do mais, a subjetividade na História Oral já foi amplamente debatida ao longo das últimas décadas, não sendo necessário, neste instante, alongarmo-nos nessa discussão, pois no momento, outros desafios se apresentam ao pesquisador. E, como salienta a Professora Dra. Olga Rodrigues Moraes von Simson, na apresentação do III Encontro da Associação Nacional de História Oral, promovido pelo Centro de Memória da Unicamp em maio de 1996, o desafio mais atual e instigante que os pesquisadores que se valem desse método (História Oral) vem enfrentando é o de responder com justiça e competência a grupos sociais que, enfrentando intensos processos de exclusão social, próprios da realidade globalizada contemporânea, buscam as instituições de pesquisa e seus investigadores para, em parceria, elaborar uma reconstituição da memória de suas trajetórias sociais.

Dessa forma querem obter um embasamento científico para processos de recriação da tradição os quais lhes permitam construir uma identidade de tipo tradicional, capaz de lhes fornecer, de alguma forma, melhores cacifes nos difíceis embates da sociedade capitalista mundializada. Eliminando a discussão sobre a subjetividade da História Oral. Pois ao assumirmos que a verdade encontra-se na coerência interna ou pela coerência lógica das idéias e das cadeias de idéias que formam o raciocínio assumiremos a subjetividade do processo e todas as suas implicações.

História Oral, Um olhar sobre a sociedade

“A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão a nossa disposição no momento em que desencadeia o fluxo da memória” (Lucena, Célia: 1997; 224).²³

A utilização da fotografia e os relatos de vida, nas ciências sociais, não são novos e nem livres de questionamentos ou imprecisões, contudo sua utilização como fonte de informação vem, ao longo do tempo, configurando-se como uma importante ferramenta para desvendar interações sociais e formação da identidade coletiva e individual. Como nos lembra Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu livro *Variações sobre a Técnica de Gravador*²⁴,

“Através dos séculos, o relato oral constituirá sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, a maior fonte de dados para as ciências em geral” (Queiroz, Maria Isaura;1991.2).

²³ Lucena, Célia. Tempo e espaço nas imagens das lembranças. In: Os desafios Contemporâneos da História Oral. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson. Ed. Unicamp. 1997.

²⁴ Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T>A> Queiroz, 1991

E que a transmissão tanto diz respeito ao passado mais longínquo, que pode mesmo ser mitológico, quanto ao passado muito recente, a experiência do dia-a-dia. Ela se refere, ainda, ao legado dos antepassados e também à comunidade da ocorrência próxima no tempo; tanto veicula noções adquiridas diretamente pelo narrador, que pode inclusive ser o agente daquilo que está narrando, quando transmite noções adquiridas por outros meios que não a experiência direta, e também antigas tradições do grupo ou da coletividade. Neste sentido, o relato oral está na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal.

Reafirmando este pensamento, Thompson fala-nos em seu livro “A voz do Passado – História Oral”, das primeiras sociedades pré-letradas, onde tudo tinha de ser lembrado, desde as destrezas manuais às leis, passando pelas estações do ano, dimensões territoriais, as falas, etc. E, que a importância de algumas tradições orais resultou também em sistemas confiáveis para a sua transmissão de uma geração para outra, com um mínimo de distorção.

Através do relato oral, diversas sociedades ao longo do tempo têm construído seus modelos de significação e transmissão de suas verdades. Na Grécia arcaica, os poemas declamados em praça pública tinham por função a construção das verdades e transmissão do passado.

A palavra comemorava as proezas dos humanos e, ao mesmo tempo transmitia os saberes dos deuses. Na África negra, os contadores de histórias ainda possuem lugar de destaque na cultura tribal. São eles que ensinam os futuros reis sobre sua linhagem, feitos e tradições que devem seguir. Tal modalidade também é encontrada nas tribos indígenas brasileiras e se integrou ao dia-a-dia do povo brasileiro. Nesse sentido, Thompson enfatiza que a construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. E, que as narrativas são utilizadas, acima de tudo para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir suas memórias e valores sociais.

Contudo, após a invenção e consolidação da escrita, o relato oral foi, aos poucos relegado a um segundo plano, no que tange a preservação e transmissão dos conhecimentos adquiridos, mais notadamente nas sociedades ocidentais. Entretanto, como afirma a pesquisadora Olga M. von Simson, no Brasil, a narrativa oral constitui uma grande fonte de transmissão do saber, pois:

“A narrativa oral é a forma tradicional de transmissão do saber na cultura africana, fato que permaneceu nas comunidades afro-brasileiras” (von Simson: 1995,89).

Seguindo na mesma direção, encontramos no trabalho de Philippe Joutard, reforço a este pensamento, pois o autor afirma que: afora a história africana, que desde os primórdios se serviu de fontes orais, a história se constituiu cientificamente, desde o século XVII, a partir da crítica da tradição oral e, mais genericamente, do testemunho. A reintrodução da fonte oral na segunda metade do século XX em países da antiga tradição escrita não foi bem recebida pelos historiadores, salvo talvez nos Estados Unidos, precursor nessa matéria. Por outro lado, a transmissão da história, seja oral ou por qualquer outro meio, também tem a função de exorcismo da morte.

“Na antiga Grécia, a memória tinha uma função considerada prioritária: conferir imortalidade ao ser humano, integrá-lo ao tempo através da história, fazendo do passado o suporte do presente” (Neves, Lucília; 2000:110)

Nesse sentido, ao conservarmos as lembranças dos espaços públicos, também estaremos preservando a história e identidade do grupo social e com isso afastaremos a sombra da morte e com ela o esquecimento. De modo especial, a história oral e a de família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte. Pois o ser humano está permanentemente em busca de si, de sua identidade, de locais e referências individuais e coletivas que o permita compor uma imagem que o represente perante aos seus olhos e ao do grupo. A composição de uma imagem pessoal (identidade) tem a função de permitir que o sujeito histórico se situe perante e dentro dos grupos sociais que o cercam.

“A construção da identidade exige, pois, a transição para um plano formado pelas próprias imagens, seguindo um impulso interiorizado” (Arruda, Maria; 1993:45)

Enfim, como defende Lucília Neves, os historiadores e suas diversas técnicas, ao fazer fluir o passado impedindo que a memória histórica se desvaneça e que as identidades se percam no “fluir inexorável presente contínuo” cumprem sua função social de especial relevância: fazer do saber histórico tanto fundamento do conhecimento do passado, como da projeção do futuro.

História Oral a suas origens

“A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. (Bosi, Ecléia: 1998; 39).

Segundo Thompson, o uso difundido da expressão “história oral” é novo, tanto quanto o gravador; e tem implicações radicais para o futuro. Entretanto, a história oral é tão antiga quanto à própria história. Já para Jorge E. Aceves Lousano²⁵, abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana.

Neste sentido, a tradição oral foi um objeto de conhecimento constitutivo do *corpus* teórico da antropologia e também um meio de aproximação e interpretação das culturas abordadas. A questão da oralidade ultrapassou o campo específico da antropologia e agora é objeto de estudos de outras disciplinas, como é o caso da corrente historiográfica que o autor denomina de “história oral”.

Paul Thompson acrescenta ainda que os primeiros textos históricos escritos remontam provavelmente a três mil anos. Eles fixavam a tradição oral existente sobre o passado distante e, gradualmente, passaram também a registrar as crônicas do presente. O autor aponta-nos a contribuição do historiador Macaulay que utilizava como matéria-prima levantamentos de sua época, poesias e romances, diários e memórias publicadas. Faz, também, um interessante uso da tradição oral. Como historiador geral, ele não só recorreu a um leque muito mais amplo de fontes publicadas, mas também ao desenvolvimento de toda uma série de outras modalidades de produção histórica. Lembra-nos o autor que, em fins do século XVIII, não havia uma divisão profissional entre os processos de criação de informação, construção de teoria social e análise histórica, de modo que elas caminhavam ora juntas, ora separadas. Não se pode, segundo o autor, em consequência, separar as origens de um método de “história oral” da evolução geral da coleta e utilização da evidência oral.

Prosseguindo, Thompson aponta-nos que o século XIX iria assistir ao rápido avanço realizado por esse processo de desenvolvimento no método de campo, análise histórica e teoria social, num contexto de crescente separação e especialização. Isto sucedeu até mesmo dentro do próprio campo da metodologia do trabalho de campo.

²⁵ Aceves Lozano, Jorge Eduardo. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: Usos & Abusos da História Oral. Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado (org). 2. ed. Fundação Getúlio Vargas. 1998. p15-27

Na Grã-Bretanha, em contraposição, adotaram-se técnicas para a coleta direta de evidências, com o lançamento em 1801, do recenseamento decenal, executado, sob instruções centralizadas, por investigadores espalhados por todo o país, instituindo-se, desse modo, o levantamento nacional por entrevista. Salienta Paul Thompson que Marx e Engels, em seus textos mais diretamente políticos, recorreram consideravelmente tanto à sua própria experiência direta, quanto a relatórios, escritos e orais, provindos de seus inúmeros correspondentes e visitantes. E que os historiadores do século XIX não eram dados à auto-análise. Por isso, o século XIX foi, em toda parte, uma época de consciência cada vez maior de classe e de *status*. Os historiadores estavam evoluindo para uma categoria profissional fechada, recrutada mediante educação. Poucos foram os que tiveram o compromisso político e a personalidade capaz de ter contato fácil com o povo. Houve uma mudança da posição do social do historiador.

O desenvolvimento, no século XIX, de uma profissão acadêmica do historiador trouxe consigo uma posição social mais definida e consciente. Isso exigiu também que os historiadores, do mesmo modo que outros profissionais, tivessem algum tipo de formação diferenciada. Tanto o doutorado em pesquisa quanto o ensino sistemático da metodologia histórica tiveram origem na Alemanha.

A formação em pesquisa foi iniciada por Leopold von Ranke, após sua nomeação em 1825, como professor em Berlim. No decorrer das décadas seguintes, seu seminário de pesquisa tornou-se o mais importante campo de treinamento em história da Europa. Fala-nos o autor que a história oral compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico. Apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Para Lozano,

“Fazer história oral significa, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros”. (Aceves; Lozano, Jorge; 1998: 15)

Este pensamento pode ser entendido como uma crítica à primeira geração de historiadores orais surgidas nos Estados Unidos nos anos 50 que tinham como intento: coligar material para os historiadores futuros. Philip Joutardi acrescenta que esses primeiros trabalhos estavam do lado das ciências políticas e se ocupam somente dos notáveis.

Contudo, com o desenvolvimento das técnicas e aprofundamento natural das discussões sobre o *corpus* da História Oral, na Itália, Ferraotti (sociólogo) e De Martino ou Bosio (antropólogos) utilizam a pesquisa oral para reconstituir a cultura popular, mudando em parte o

enfoque e o entendimento do fazer história oral. Estes pesquisadores ao lado de outros são considerados os precursores da segunda forma de história oral que surge com a segunda geração de historiadores orais em fins dos anos 60. Essa nova geração desenvolveu uma nova concepção muito mais ambiciosa: não se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim “de uma outra história”. Essa história se pretende militante e se acha à margem do mundo universitário. É praticada por não-profissionais, feminista surgida em meio ao clima dos movimentos de 1968. Assim, na Itália ela se desenvolve nos meios que contestam a esquerda comunista, privilegiando a expressão das bases. Identifica-se com a chamada pesquisa territorial, como nos aponta Joutard.

Esta forma de história difunde-se ainda mais na Inglaterra, sobretudo com Paul Thompson, mas também na América Latina, na Argentina, influenciado pela Universidade de Colúmbia, que retoma o espírito da primeira forma de história oral. Fala-nos, ainda Joutard sobre os dois encontros internacionais que marcaram a primeira afirmação de uma corrente: 1975 no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco. No ano seguinte organizou-se em Borgonha o que foi considerado o primeiro colóquio internacional de História Oral, intitulado Antropologia e História: Fontes Orais.

Na França, 1975 foi também o ano em que surgiram dois grandes projetos coletivos: em Paris, sob a direção de Dominique Aron-Schapper e Danièle Hanet; em Aix, a pesquisa sobre os etnotextos, reunindo historiadores, lingüistas e etnólogos.

Na América Latina, em 1975 criou-se na Fundação Getúlio Vargas o primeiro programa de história oral destinado a colher depoimentos dos líderes políticos desde 1920. Em Costa Rica, de 1976 a 1978, a Escola de Planejamento e Promoção Social da Universidade Nacional organizou o primeiro concurso de autobiografias de camponeses.

No Equador, na Bolívia e na Nicarágua, realizaram-se na mesma época pesquisas orais sobre o mundo camponês. Na Argentina, o restabelecimento da democracia em 1983 levou à multiplicação dos projetos orais (Schwarzstein). Até 1985, a história oral espanhola esteve limitada ao grupo de Barcelona. No Japão, somente em 1986 a Sociedade de Ciência Histórica organizou o primeiro simpósio de História Oral; os debates teóricos e historiográficos destacaram as possibilidades da história oral em particular da história da última guerra, e deram ensejo, dois anos depois a duas publicações.

Os anos 80 caracterizam-se pela multiplicação dos colóquios internacionais, que permitiram a criação de uma verdadeira comunidade de história oral. Segundo David Dunaway, a atual década de 90 marca o advento da quarta geração, nascida nos anos 60, que vive “naturalmente” em um mundo de sons e de oralidade, influenciada pelos Estados Unidos e os movimentos críticos pós-modernistas, o que se traduz na valorização da subjetividade.

John Dollard (1990) é referenciado por Queiroz como um dos primeiros pesquisadores que pretendeu traçar as regras de aplicação da História Oral. Outros pesquisadores de renome também se utilizaram da história oral para a construção de seus trabalhos. Franz Boas (1882-1958) recolheu relatos e depoimentos de velhos caciques e pajés a fim de preservar do desaparecimento a memória da vida tribal. Estes cientistas sociais, como ensina Queiroz, encaravam a história oral e principalmente a história de vida como um instrumento fundamental de suas disciplinas. Contudo, para autores como Dollard, Thomas e Znaniecki, o relato oral se apresentava como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizava em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado e servia para captar o não explícito.

Queiroz nos lembra, ainda, que a técnica de histórias de vida, foi introduzida no Brasil em fins dos anos 40, mas permaneceu ignorada até a década de 60. Que aos olhos dos cientistas sociais, as histórias de vida, e de um modo geral, o relato oral, se apresentava “cheios de subjetividade”, tanto do narrador quanto do pesquisador, constituindo assim instrumento que levaria a desvios de observação e a interpretações errôneas. Contudo, a revalorização da história oral ocorrida a partir da década de 60, na Europa, despertou o interesse dos cientistas nacionais.

As pesquisadoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, na apresentação do livro “Usos e Abusos da História Oral”, Fundação Getúlio Vargas, 1998; 2ª ed. defendem que com a criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, e a publicação de seu Boletim têm estimulado a discussão entre pesquisadores e praticantes da História Oral em todo o país. E, apontam como ponto de referência os encontros realizados no Brasil RJ 1994, SP/Londrina – 1995, III – Encontro Nacional Campinas 1996.

Salientam ainda que entre os participantes dos encontros que apresentam trabalhos, os doutores predominam, e é inexpressiva a presença de graduandos. Segundo as autoras, trabalhar com História Oral no Brasil em geral ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico:

“É comum a utilização de entrevistas, em associações com fontes escritas, como fornecedoras de informações para a elaboração de teses, dos trabalhos de pesquisa, sem envolver qualquer discussão acerca da natureza das fontes ou de seus problemas. O objeto histórico é sempre resultado de uma elaboração: em resumo, que a história é sempre construção”.(Ferreira;1998;27)

Neste sentido o CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos) vem destacando-se no cenário nacional como grande incentivador e disseminador das técnicas da história oral. De

1983 para cá, diversas pesquisas em história oral foram levados a cabo no Brasil, tais como: Trabalhadores de Baixa Renda na Cidade de São Paulo (Maria Isaura Pereira de Queiroz), Imigrantes Judeus na Cidade de São Paulo (Eva Alterman Blay), Brancos e Negros no Carnaval Popular Paulistano – 1914-1988 (Olga Rodrigues de Moraes von Simson), Antigos Mestres da Cidade de São Paulo e do Interior do Estado (Zélia de Brito Fabri Demartini), Relacionamento Familiar nas Primeiras Décadas do Século em São Paulo (Maria Christina S. de Souza Campos), Representações Familiares em Diferentes Gerações e Classes Sociais (Lucia Reis Brioschi) e Carvalho Pinto: Trajetória e Projeto Político (Alice Beatriz da Silva Gordo Lang) entre outros trabalhos de igual importância.

História Oral e seus estilos

“História Oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar”. (Queiroz, Maria Isaura: 1988; 19).

Como bem define a autora citada acima, a História Oral é um termo amplo que propicia diversas discussões sobre seu campo de atuação e formas de emprego. A seguir apresentaremos os diferentes estilos propostos por autores consagrados em fazer História Oral. Jorge Eduardo Aceves Louzano apresenta duas grandes modalidades ou estilos de ação da História Oral. Segundo o autor os dois estilos principais dedicam-se a uma tarefa similar: a constituição de arquivos ou fontes orais, embora utilizados de forma diferente. O primeiro estilo o autor chama de estilo de faceta técnica, e o segundo de faceta metódica.

As variantes da faceta técnica têm uma feição empirista; pragmática por princípio: limita-se a executar corretamente a técnica sem maiores pretensões científicas ou acadêmicas, com uma relativa rejeição às posturas teóricas. Os que adotam a faceta metódica tendem a adotar uma postura abstrata e com interesses explícitos voltados para a conceitualização e a reflexão teórica, embora cada uma delas incorpore e utilize a fonte oral para a análise histórica de forma diferente e contrastante.

- *O estilo do arquivista-documentalista: Para os que praticam essa modalidade, a história oral significa principalmente criar e organizar arquivos de documentos – transcritos – procedentes de entrevistas gravadas, para sua utilização possível e futura por historiadores interessados em nossos tempos.*

Sua limitada atividade serve de apoio ao trabalho analítico do historiador contemporâneo, mas pode também se limitar à maquiagem de outras iniciativas de difusão. Esse técnico procura acumular dados orais, que se transformam com frequência em enormes pilhas de papéis raramente consultados.

- *O estilo do difusor populista: Para estes, a história oral surgiu como uma verdadeira “alternativa” para divulgar a história daqueles que não foram registrados objetivamente nas histórias oficiais, nacionais ou internacionais. A história oral é para eles o instrumento e a resposta mais acabada que os intelectuais da história podem oferecer aos setores historicamente explorados.*

É o rigor da fidelidade por princípio. O difusor populista tem pressa e obsessão de dar a conhecer o depoimento oral, já que seu trabalho de recuperar a memória histórica terá mais sentido se conseguir de alguma forma incidir sobre a realidade social dos informantes.

- *O estilo reducionista: Esses pesquisadores não valorizam totalmente a evidência oral em si mesma, mas somente como apêndice agregado ou complemento, para a comprovação factual ou ilustração testemunhal, de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão. A informação oral é somente uma ilustração dos argumentos teóricos e das categorias abstratas. Pelo seu caráter subjetivo, os depoimentos orais são considerados em segundo plano e são utilizados na qualidade de ingrediente atrativo, fácil de digerir ou consumir.*

Embora não neguem a validade da informação oral, esses técnicos só a utilizam em níveis muito restritos e de maneira ocasional, já que eles guardam certa desconfiança e receio diante dos produtores e usuários entusiastas das fontes e dos arquivos orais.

- *O estilo do analista completo: Estes historiadores orais consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. Não consideram a história oral como mera técnica do arquivista qualificado, nem como a “nova” alternativa na tarefa do historiador comprometido com sua gente e seu tempo, mas sim como uma renovação das concepções sobre o envolvimento do historiador com seus sujeitos e problemas de pesquisa.*

Estes pesquisadores da oralidade consideram a evidência oral uma fonte muito importante. Lembrando que o historiador oral que tende a integrar todas essas práticas está em busca do seu passado e ao mesmo tempo de sua identidade. Nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica:

reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos.

Salienta o autor que se aprende melhor a história oral experimentando-a, praticando-a sistemática e criticamente, mantendo a disposição de voltar atrás reflexivamente sobre os passos percorridos com a finalidade de melhorar cada vez mais o nosso desempenho.

História Oral de Vida

“As técnicas são diferentes em sua maneira de ser e de agir, sendo indispensável conhecer com clareza os princípios que lhes são subjacentes, o que distingue uma das outras, bem como os limites da ação que podem desenvolver”.(Queiroz, Maria Isaura; 1999; 21)²⁶

Maria Isaura Pereira de Queiroz nos ensina que a grande diferença entre história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar as técnicas de como conduzir o diálogo com o informante. Pois quando o pesquisador trabalha com o depoimento é ele quem dirige a conversa, pode ser sutil ou não, pois de seu informante só interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério.

Conhecendo-se o problema, busca obter do narrador o essencial, fugindo do que lhe parece supérfluo e desnecessário. A obediência do narrador é imediata. A entrevista pode-se esgotar em um único encontro; os depoimentos podem ser curtos, residindo aqui uma de suas grandes diferenças para com as histórias de vida.

Por sua vez a história de vida, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. É importante salientar outro aspecto fundamental da história de vida é ser ela uma técnica cuja aplicação demanda longo tempo. E toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos.

A pesquisadora nos aponta, ainda, que embora colhidas com finalidades muito diferentes, autobiografia e biografias são perfeitamente utilizáveis pelos cientistas sociais como material de análise. Ambas, se bem feitas, podem constituir excelentes repositórios de dados que, devem ser verificados e complementados por informantes de outras fontes.

²⁶ In: Reflexões sobre a pesquisa sociológica / 2. ed. Alice Beatriz da Silva Gordo Lang. (Org.) São Paulo: CERU, 1999. p13-24.)

Chama-nos a atenção a autora para a descoberta de Franz Boas, onde o mesmo aponta a condição *sine qua non* para que a história de vida e os relatos orais sobre o passado pudessem ser utilizados: comportamentos e valores são encontrados na memória dos mais velhos, mesmo quando estes não vivem mais na organização de que haviam participado no passado, e assim se pode conhecer parte do que existira anteriormente e perdera a cor através do tempo. Neste sentido, se a memória de determinados valores e comportamentos se desfizesse com o desaparecimento das organizações sociais, seria impossível a utilização dos relatos orais em geral, e das histórias de vida em particular, na análise de coletividades e sociedades.

Segundo a autora, a história de vida é contada por um personagem e gira em torno deste. A história de vida é, portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social. Ainda que o subjetivo seja entendido como as sensações intraduzíveis, ainda assim é próprio dos indivíduos tentar compreendê-las primeiramente, e transmitir aos outros o que compreendeu; porém ao fazê-lo forçosamente utiliza os mecanismos que tem à sua disposição e que lhe foram dados pela família, pelo grupo, pela sociedade.

Assim, a história de vida pode tentar desvendar o ponto em que características destas coletividades se juntam a um conjunto de sensações internas ou externas, buscando a interação entre ambas, e esclarecendo quais os instrumentos sociais utilizados para a tradução. Ainda segundo a autora, adote-se uma ou outra maneira de compreender o subjetivismo, cabe sempre submetê-lo à perspectiva sócio-antropológica a fim de aprofundar sua compreensão.

Esse mesmo tema foi abordado pelos pesquisadores Michel Marie Le Vem, Érica de Faria e Miriam Hermeto de Sá Motta no artigo publicado no livro “Os Desafios Contemporâneos da História Oral, onde aponta-nos os pesquisadores que uma entrevista de história de vida é um “momento solene”, em dois sentidos. Por um lado, há todo um aparato técnico, a presença do pesquisador que é encarado pelo entrevistado, quase sempre, como seres dotados de uma “autoridade acadêmica”. O entrevistador toma a iniciativa de apontar seus objetivos e interesses e escolhe os indivíduos a serem entrevistados.

Por outro lado, apesar dos aspectos, à primeira vista constrangedores, o entrevistado concorda em desnudar sua história diante de pessoas normalmente desconhecidas, o que não é uma situação comum. Assim sendo, as perguntas feitas pelo entrevistador dão lugar a reflexões por parte do entrevistado, o que permite, e em certa medida o impulsiona, a tecer sua rede de relações e experiências do vivido. E isso pode desencadear emoções por vezes fortes e que devem ser tratadas com cuidado.

É importante observar, segundos os autores, que a memória de uma entrevista de história de vida não é a mesma coisa que uma conversa informal com amigos ou mesmo de uma entrevista jornalística. Neste sentido, aponta-nos com clareza os autores que, ver é então

produzir sentido é também fazer história. Ver e falar, falar e ouvir. Não é só o entrevistador que ouve, não é só o entrevistado que fala. Não é um monólogo. É um diálogo, mesmo que este seja entre desiguais.

Hoje o entrevistador – historiador/cientista social – não ignora o sentido da fala como palavra que também institui espaço público. É o entrevistador como revelador de histórias, como pesquisador, que fala e ouve em função da história do Brasil. Assim, nos diz os autores que: falar e ouvir, nesse caso poderia significar algum preconceito e há muita possibilidade que o seja. Porém, como entrevistadores, somos confrontados, com o nosso próprio projeto de pesquisa (e também de vida, porque no caso as duas dimensões se entrelaçam) e com a necessidade de ouvir.

Ouvir significa uma disponibilidade que entra em conflito com o que poderia vir a ser uma invasão, a utilização do outro que abre sua vida, sua intimidade, sua história. Entretanto os autores nos apontam que este “fazer história” pode ser compreendido como interação, trata-se, efetivamente, de uma interação, ou uma ação entre os cúmplices envolvidos no processo da entrevista. Há uma troca de “saberes”, possível quanto à utilização da história oral, por tratarmos de informações que estão vivas.

O momento da entrevista tem um sentido próprio, distinto do uso que se possa fazer do produto-entrevista, mas que é perseguido na transcrição, na releitura e na versão final da entrevista, quando se torna arquivo oral e escrito. Os autores concluem que a experiência recente da história oral de vida fez redescobrir o sentido próprio da entrevista não como fonte para um produto posterior e final da pesquisa, mas como momento fundante onde não só recolhe-se a história, mas também se vive a memória e cria-se um acontecimento que também faz história. Nesse processo de falar e ouvir atuam mecanismos extremamente sutis, que estão relacionados com a construção da identidade pessoal. Memória e identidade estão intimamente ligadas. Não podemos esquecer que, nesta sociedade complexa, cada pessoa pertence a diversos grupos e cada grupo propõe um modelo de identidade, sendo que cada grupo tem suas exigências e suas expectativas. Desta forma urge empregarmos metodologias que permitam reunir estes fragmentos de forma a tentar construir uma versão mais completa dos acontecimentos.

Capítulo 2

A Conformação dos Espaços Públicos de Campinas

A vida nas cidades

“A cidade, tal como é encontrada na história, é o ponto de máxima concentração do vigor e da cultura de uma comunidade”. (Mumford, 1961:13)

Definir o que seja uma cidade consiste numa tarefa árdua e com certeza não livre de imprecisões e controvérsias. Podemos contentar-nos com os ensinamentos compilados pelo dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira que nos diz que:

“A cidade é um complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i. e dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural. (Ferreira, Aurélio Buarque; 1986:403)²⁷

Mesmo que aceitemos esta definição como suficiente para definir o termo cidade, permanece a questão principal: O que é a cidade? Para a pesquisadora Ana Fani A. Carlos esta pergunta permanece no ar contudo, para ela, qualquer habitante da cidade sabe o que ela é, posto que vive na cidade e constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade. (1997:11) Já o geógrafo Eliseu Savério Spósito nos alerta que:

“Para entendermos a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc. (Spósito, Eliseu; 1996:12)”²⁸

Desta forma, as cidades, para Spósito, podem e devem ser observadas a partir da conformação de suas ruas, moradias, edifícios, praças, topografia, etc. que se expressam diferenciadamente além de conhecer os caminhos e descaminhos históricos que culminaram com a sua formação enquanto unidade político-econômica. Sendo assim as cidades são representações de uma vida estável que começa na agricultura permanente e prossegue na atividade industrial e de serviços.

Flávio Villaça²⁹ considera a cidade como uma estrutura e a define como um “todo constituído de elementos que se relacionam entre si” de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. (1998:12). Alertando-nos também que esta estrutura territorial é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage sobre o social. Villaça destaca, ainda, que o termo “estrutura urbana” e

²⁷ Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Nova edição Revisada e Ampliada. Rio de Janeiro. J.E.M.M. Editores Ltda, 1986.

²⁸ Spósito, Eliseu Savério. A vida nas cidades. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996 (Repensando a Geografia)

²⁹ Villaça, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP:Lincoln Institute, 1998.

seu correlato “reestruturação urbana” não devem ser consideradas como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos. Sendo assim a cidade, para Villaça, é o conjunto de elementos, físicos e humanos que se inter-relacionam alterando-se mutuamente durante este processo.

Comungo do sentimento de Mumford quando este descreve a cidade em seu aspecto social, como uma “estrutura especial”, dirigida no sentido da criação de oportunidades diferenciadas para uma vida comum e um drama coletivo significativo, que é construído de forma indireta por associações com o auxílio de sinais, símbolos e organizações especializadas que suplantam e substituem o relacionamento face a face dos personagens sociais.

Neste contexto maior podemos considerar as cidades como produto do tempo e da dominação dos espaços pelos homens, são moldes dentro dos quais a existência dos homens se resfria e condensa, dando forma duradoura, por via da ciência, arte e tecnologia, aos momentos que se perderiam com a memória dos vivos isolados na imensidão do sertão, tornando-os parte da história e da memória da coletividade.

A mente toma forma na cidade; pois é moldada pelas formas urbanas, que por sua vez são produtos dessa interação da mente humana com o espaço físico e social. A constante reorganização do espaço reflete-se sobre a própria forma de perceber o tempo, é na fixação de planos horizontais, de culminâncias, nas linhas divisórias, nos contornos, na utilização ou negação do sítio natural que a cidade registra a atitude de uma cultura e de uma época diante dos fatos fundamentais de sua própria existência. Os edifícios públicos e privados, as praças e igrejas, as ruas e avenidas, contam a história não apenas de diferentes acomodações físicas, mas de concepções essencialmente diferentes do destino do homem. O traçado e os aparelhos urbanos são tanto uma comodidade física como um símbolo dos propósitos e imaginários coletivos que surgem no seio da trama social. O espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido.

Segundo Da Matta, o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteira, separando um pedaço de chão do outro. Mas nada pode ser tão simples assim, porque é preciso explicar de que modo às separações são feitas e como são legitimadas e aceitas, pela comunidade, a vigência da propriedade privada e suas origens. Quanto ao espaço, segundo ele, é uma invenção social. Afirmo o antropólogo que não existe uma medida orgânica, natural ou fisiológica de uma categoria de pensamento e ação tão complexa quanto o espaço. Tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens.

As cidades podem então ser definidas como um local onde se concentra as múltiplas facetas das comunidades que a constituem. É no espaço público que a experiência humana toma forma de sinais exeqüíveis, de símbolos, signos de padrões de conduta e de sistemas de

ordem. É na cidade que encontramos de forma mais intensa e aparente os produtos da civilização: os rituais e marcas simbólicas de pertencimento e dominação. É nela que encontramos parte da memória dos homens. É na cidade que o tempo torna-se visível, tanto nos edifícios, ruas e praças como mais claramente no testemunho escrito. É nela, que o tempo toma corpo, passa a ter materialidade, podemos tocá-lo e sentir sua presença.

“Na cidade, o texto verbal liberta-se da sucessão gráfica dos caracteres e adiciona-se aos índices dispersos em quilômetros de ruas, avenidas, edifícios, multidões em locomoção, ruídos, luzes, cor, volume. (Ferrara, Lucrecia; 2000:20)³⁰

Nesse sentido, teremos as imagens urbanas processadas como informação responsável por um modo de viver que dá origem à percepção ambiental urbana, levando o indivíduo a adotar determinadas posturas perante a comunidade, orientando-se e construindo sua forma de viver e perceber o mundo. Podemos dizer que as cidades nascem das necessidades sociais do homem e que acabam por multiplicar essas próprias necessidades e seus meios de expressão.

A cidade e seus espaços descontínuos

“Na cidade há espaço, mas não espacialidade; o ser humano vive no espaço que fica entre as coisas cheias. Vive no espaço que fica entre os edifícios, no vazio que deixam os muros de uma casa” (Barbury, Antiago: 1980; 31)

A cidade é feita de espaços descontínuos, o cidadão reside na cidade, mas mora em sua casa, que fica em seu bairro e só depois na cidade. Como a memória, a cidade não se organiza ou mostra-se contínua ou por inteiro, ela se apresenta de forma fragmentada e hierarquizada. Determinados fatos impressos em nossa memória são acessados com maior ou menor frequência para compormos nossa história de vida e formas de interação com o mundo que nos cerca. Selecionamos esta ou aquela passagem em nossa vida para nos representar como indivíduos.

Em relação as cidades esta interação, guardada as devidas proporções, e mantendo-nos apenas no campo da analogia, é realizada através de espaços e lugares³¹ que são mais ou menos invocados por seus habitantes para representá-la. Desta forma, determinados

³⁰ Ferrara, Lucrecia D'Aléssio. Leitura sem palavras. São Paulo: Ática, 2000.

³¹ Adotamos aqui o conceito de espaço e lugar definido por Milton Santos em seu livro “Espaço e Método” São Paulo, Nobel, 1985, que define que o espaço urbano se transforma em lugar sob o impacto da utilização.

lugares são ignorados ou deliberadamente excluídos das narrativas rememorativas de forma a construir a melhor imagem possível do local em que ele habita.

Como afirma Lucrécia D'Aléssio Ferrara a cidade é dominada pelo plurespaço como decorrência da necessidade de criar espaços e desta forma a cidade como texto não-verbal, é uma fonte informacional rica em estímulos criados por uma forma industrial de vida e percepção. Desta forma a cidade cumpre a função de aglutinar os diversos descontínuos, tornando pertinente a análise dos centros urbanos através de suas células, ou seja, dos bairros e vilas.

Já Sharon Zukin³² informa-nos que, em qualquer região do mundo, a paisagem urbana resultante é, ao mesmo tempo, mais similar ou global, e mais diferente ou local do que antes parecia ser. Para ela desde os anos 70, os urbanistas ocupam-se do estudo da inter-relação entre esses dois termos “global” e “local”, em lugares específicos.

De fato, as cidades são construídas com base em modelos básicos de investimentos, trabalho e organização social, e se tornam “legíveis” por suas formas e pelos significados culturais de seus monumentos, bairros, ruas e parques. Segundo Zukin, a paisagem é, em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais.

Lembra-nos a socióloga que três diferentes níveis de tensões estruturais são inerentes ao conceito de paisagem urbana. Uma tensão estrutural ocorre entre a paisagem e o vernacular. O vernacular dos desprovidos de poder atrapalha a expansão dos poderosos; ele contesta a expansão física e econômica destes e o espaço social para sua auto-expressão. Atualmente, a capacidade de impor uma concepção estética está associada às ideologias de modernização, ao controle da terra e, sempre, à remoção do vernacular.

Para Zukin um segundo nível dinâmico de tensão estrutural da paisagem, descrito há décadas pelo historiador econômico Karl Polanyi, ocorre entre o mercado e o lugar, que num sentido restrito, os poderosos retiram o vernacular e constroem uma nova paisagem do poder. Fala-nos a professora que, numa paisagem cada vez mais homogênea, a diversidade tem um valor de mercado. Assim, a nova inserção de cada cidade na economia mundial sempre proporciona mudanças na estrutura social e espacial urbana.

Ao referenciar-se ao Brasil, a socióloga diz que no final do século XIX, as mudanças na economia cafeeira tornaram São Paulo um pólo de atração para bancos e para a força de trabalho migrante: isso afetou as posições relativas de São Paulo, de um lado, e Rio de Janeiro, Salvador e outras cidades latino-americanas, de outro. Essas mudanças numa hierarquia internacional das cidades impuseram a São Paulo uma nova paisagem urbana: a construção,

³² Zukin, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas; mapeando cultura e poder. In: O espaço da diferença. Antonio A Arantes (Org.) Campinas:Papirus,2000.

feita pelos barões do café, de mansões na região da Avenida Paulista (substituídas, no final do século XX, por sedes de bancos e hotéis de luxo) e de moradias operárias.

Para a autora, todos esses tipos de mudanças moldaram novas paisagens no último quarto deste século. As mudanças na estrutura e na paisagem coexistem nos mesmos espaços sociais e no mesmo momento histórico. A paisagem que observamos é sempre um palimpsesto, raspado novamente, [antigo material de escrita principalmente o pergaminho, usado, em razão do alto preço, duas ou três vezes] uma sobreposição de conflitos. Jamais há uma justaposição sobre as camadas formadas nos séculos XIX e XX, com tensões resultantes da “destruição criativa” das antigas localidades agrícolas industriais e dos mercados urbanos mais novos e complexos.

Por sua vez a arquiteta Lia Motta³³ fala-nos que é através de um permanente processo de criação e reapropriação que o homem transforma o ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para criações futuras e que todos os produtos e espaços podem se tornar patrimônio: basta que sejam utilizados como fonte para novas produções. Neste contexto, o lugar na cidade pode-se tornar patrimônio, seja ele artístico, histórico ou cultural, sendo o resultado de uma seleção diante de objetivos e projetos específicos. A escolha de um determinado patrimônio, assim como, as opções para o seu tratamento, não são atos desinteressados: dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles.

Segundo a arquiteta os sítios urbanos são, de forma especial, objetos culturais histórica e socialmente construídos. Acumulam vestígios e trazem marcas do processo de sua construção, das transformações, adaptações, apropriações e reapropriações sofridas ao longo do tempo, expressando em sua conformação, as representações das relações que ali se sucederam. Desta maneira a cidade se estrutura de forma a criar espaços que por sua vez diferenciam seus habitantes e estes por sua vez se apóiam nesta diferenciação para constituir seu universo pessoal.

“O homem, quando constrói sua casa, imprime nela sua imagem. Ela é um objeto de cultura”.(Lehfeld, Neide, 1988:18)³⁴

O homem escolhe onde morar em uma cidade baseado em diversos fatores sejam econômicos ou sociais. Quanto maior for o poder aquisitivo de um indivíduo ou de sua célula familiar, maior será a influência do *status* social do espaço almejado nessa escolha. Desta forma, a casa de um indivíduo vai responder às funções que ultrapassam as de simples abrigo,

³³ Motta, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: O espaço da diferença. (Org) Antonio A. Arantes. Campinas: Papirus, 2000.

³⁴ Lehfeld, Neide Ap. de Souza. Uma abordagem populacional para um problema estrutural: A habitação. Petrópolis, Vozes:1988.

ela insere uma representação da própria condição sócio/cultural do proprietário. E como nos indica a autora citada acima, através da observação dos aspectos físicos e arquitetônicos da construção das moradias em geral, há a possibilidade de se inferir sobre as condições individuais e sociais que as mesmas traduzem ou refletem.

Campinas e suas origens

“O ano de 1734 marca uma época notável na história de Cuiabá pela descoberta das Minas de Mato Grosso, cujo nome se estendeu depois a toda a enorme região, mais tarde província e hoje Estado de Mato Grosso.” (Taunay³⁵; 1941: 7)

À medida que a cidade de São Paulo se consolidava como centro exportador e aglutinador de serviços e ponto de partida para expedições, aos poucos se consolidou a ocupação do oeste brasileiro. Com a descoberta de ouro em Goiás, por volta de 1720, os bandeirantes paulistas acorreram para lá em um fluxo crescente.

Neste período, em sentido norte abria-se no último decênio do século XVII o caminho dos Goias, passando por Jundiá, Mogi-Guaçu (09.04.1877) e Mogi Mirim (27.06.1769), ligando São Paulo a Goiás pelo triângulo mineiro. (Silva: 1996;23-24). Os caminhos para as minas eram controlados, de forma a não afastar os garimpeiros dos postos arrecadadores da coroa portuguesa. A caminho das minas, os bandeirantes, garimpeiros e tropeiros passavam pelo caminho de mato grosso das terras de Jundiáhy. Neste percurso, gastava-se de três a quatro meses para a viagem completa de São Paulo a Cuiabá. (Taunay, 1941: 55). Desta forma, houve a necessidade de se constituir diversos pousos ao longo do caminho. Um destes pousos, ao longo do “Caminho dos Goias” denominou-se Campinas do Mato Grosso de Jundiáhy, também chamada de Boca do Sertão.

O pouso das Campinas do Mato Grosso (figura 4), era basicamente caracterizado por pastagens, passagem e paragem, além de localizar roças, sem mais lavoura, tendo sempre pouca gente sem vida urbana. (Campinas, subsídios para a discussão do Plano Diretor; 1990:16) Ricardo Badaró nos ensina que neste período a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas, atraiu para a região das Gerais densos contingentes populacionais, que partiam de São Paulo e Parati, alcançavam o Vale do Paraíba e seguiam em direção à zona de mineração, pelo Antigo Caminho Geral do Sertão.

³⁵ Taunay, Affonso de E. Ensaios da História Paulistana. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 1941. Separata do tomo X dos Anais do Museu Paulista.

Campinas nasceu assim, como outras tantas cidades, de um pouso à beira do caminho dos Goiaes, rota secundária e tardia do ciclo de mineração, aberta em 1722 pelos paulistas que, evitando as Minas Gerais – palco ainda de diversos conflitos remanescentes da Guerra dos Emboabas haviam descoberto ouro em Mato Grosso e Goiás. Desta forma as origens da cidade de Campinas, estão relacionadas à função que desempenhava como passagem para o caminho de Goiás, e o processo de ocupação de seu território teve início com uma agricultura de subsistência bastante rudimentar e um comércio voltado para as tropas que vinham de Santos e se dirigiam para Minas Gerais, Goiás e Cuiabá.

“O pouso dos Três Campinhos ou das Campinas, não poderia ter melhores instalações que rudimentares abrigos, por estar em “paragem deserta”, sem culturas e moradores contíguos.” (Freitas, Afonso. 702)³⁶

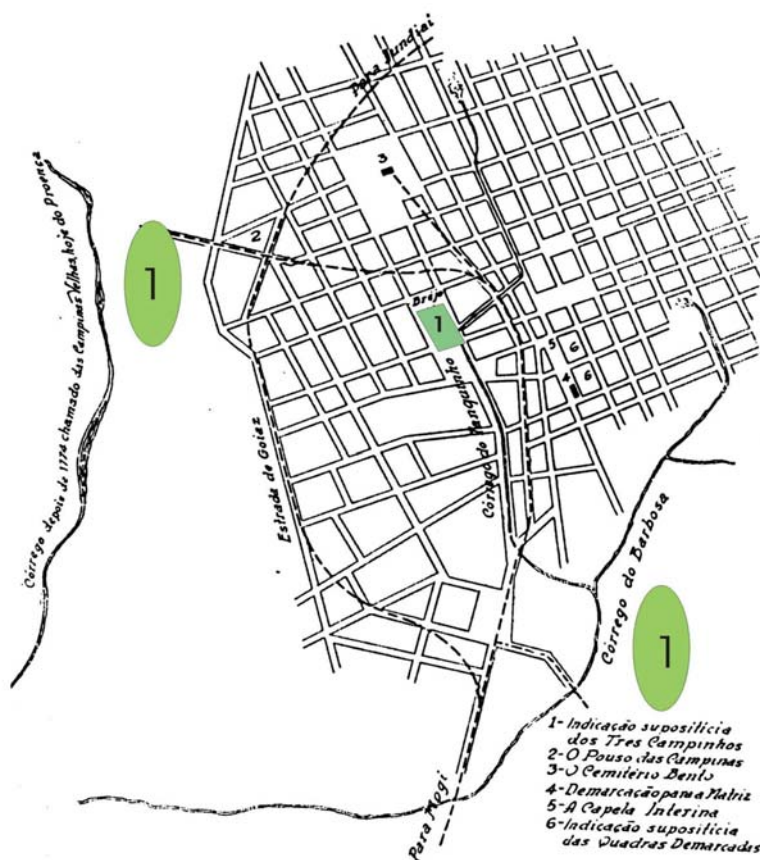


Figura 2 – Campinas de 1774 sobre Campinas de 1879. Os possíveis campinhos, na baixada da Av. Moraes Sales, na Praça Carlos Gomes (o maior) e na baixada das Av. Brasil e Orozimbo Maia. (Pupo, C.M.1969:47)

³⁶ Freitas, Afonso A de. Pouso no Caminho dos Goiaes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XXXIV. In: Celso Maria de Mello Pupo. Campinas seu berço sua juventude.1969

Quando da fundação, Campinas possuía pequeno patrimônio desmembrado da propriedade de Barreto Leme e nela foram abertas apenas três ruas, a de Cima, do Meio e a de Baixo, paralelas, com um pequeno número de quadras destinadas a edificação. As marcas destas origens permanecem, ainda hoje, impressas nos desenhos da cidade, vestígios da localização do caminho dos Goias, do pouso e do núcleo que se desenvolveu ao seu redor, representados pela sinuosidade e desarranjos que fogem ao traçado retilíneo e ortogonal que iria caracterizar as expansões organizadas da área urbana até os princípios do século XX.

A pesquisadora Rosana Baeninger situa-nos a respeito da população “original” de Campinas nos primórdios de sua história, para tanto a mesma utiliza-se do trabalho de PUPO, 1969 - para explicar a evolução da população da cidade Campinas. Fala-nos a pesquisadora que o dinamismo da economia açucareira desempenhou importante papel na diversificação e ampliação do sistema viário da província de São Paulo, articulando-a com o Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Curitiba. Ampliaram-se também as vias de acesso entre os centros regionais e os demais municípios.

Com o início do ciclo do açúcar, princípio do século XVIII, baseado na utilização da mão de obra escrava, a população de Campinas ampliou e diversificou. Sendo que já no ano de 1797 a população chegava a 2.107 pessoas. No decorrer das décadas seguintes a população de Campinas caracterizou-se pelo grande número de escravos e, uma constante nas taxas de crescimento. No ano de 1836 mais da metade da população da cidade compunha-se de africanos escravos mantendo-se a média inalterada durante as duas décadas posteriores, onde em meados de 1854 a população de negros correspondia a 57.7% da população total do município.

Segundo a pesquisadora Rosana Baeninger, a taxa de crescimento da população escrava de Campinas, entre 1874 e 1886 entrou em declínio, alcançou expressivo valor negativo, 2,6% a. a., representando em 1886, apenas 24% da população total. Lembrando a importância da população escrava, fundamental para o crescimento econômico e populacional do município e do Estado até meados do século passado, foi perdendo peso à medida que se intensificou o movimento emancipador. O crescimento populacional de Campinas voltou a elevar-se entre 1886 e 1900, registrando uma taxa de 3,6% a.a.

Com o auge do período açucareiro, 1845-1847, Campinas adquiriu características importantes: por ser ponto estratégico na rede de transportes, por ter concentrado o maior contingente escravo entre os municípios da província (vide tabela) e por ter se destacado como o maior produtor de açúcar, inserindo-se no mercado mundial. O ciclo do açúcar marcou a fase de construção da cidade.

Município	Nº de escravos*
Campinas	13.412
Bananal	8.141
Jundiaí	6.302
Constituição	5.339
Collectoria de Limeira	5.233
Mogi-Mirim	4.864
Guaratinguetá	4.632
Itu	4.245
Taubaté	4.184
Rio Claro	4.073
Pindamonhangaba	3.736
Amparo	3.527
Capital	3.481
Franca	3.436

Fig. 3 - * Nº de escravos registrados, ano base 1873. Almanack da Província de São Paulo para 1873, p.172.

A primeira grande conquista da Vila de São Carlos motivada pelos transtornos causados pelas freqüentes viagens e descontentes com a deficiente assistência espiritual que recebiam da distante Jundiaí, foi a licença para a construção de uma Igreja (1773). Pelas determinações do governador do Bispado, seria uma igreja de grande porte, com paredes de taipa de pilão e cobertura de telha, impossível de ser construída em curto prazo, em face da pobreza do bairro.

Diversas ingerências foram realizadas junto ao bispado e nova licença foi concedida em 7 de maio de 1774, reduzindo as exigências para a construção do templo. (vide figura nr. 5) Logo após a expedição da licença, Francisco Barreto Leme, sesmeiro, primeiro colonizador do bairro e líder local, era nomeado diretor e fundador da povoação de Campinas do Mato Grosso, por designação oficial datada de 27 de maio de 1774. Neste mesmo ano o bairro do Mato Grosso de Campinas é elevado a condição de freguesia e denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

- Em 1773 o vigário de Jundiaí demarcou o lugar para a construção da primeira igreja de Campinas. A primeira igreja era de taipa, sem forro e se conservou até 1806. As paredes de taipa de pilão restantes foram demolidas em 1929(Pupo,C.M.;1969:107-109)

- Em 1797, a freguesia foi elevada à condição de Vila sendo denominada Vila de São Carlos. No ato foram definidos os limites de seu território; demarcados o rossio e a localização da Casa do Conselho e Cadeia; erigido o Pelourinho, símbolo da justiça e procedidas às primeiras eleições para juízes e vereadores.

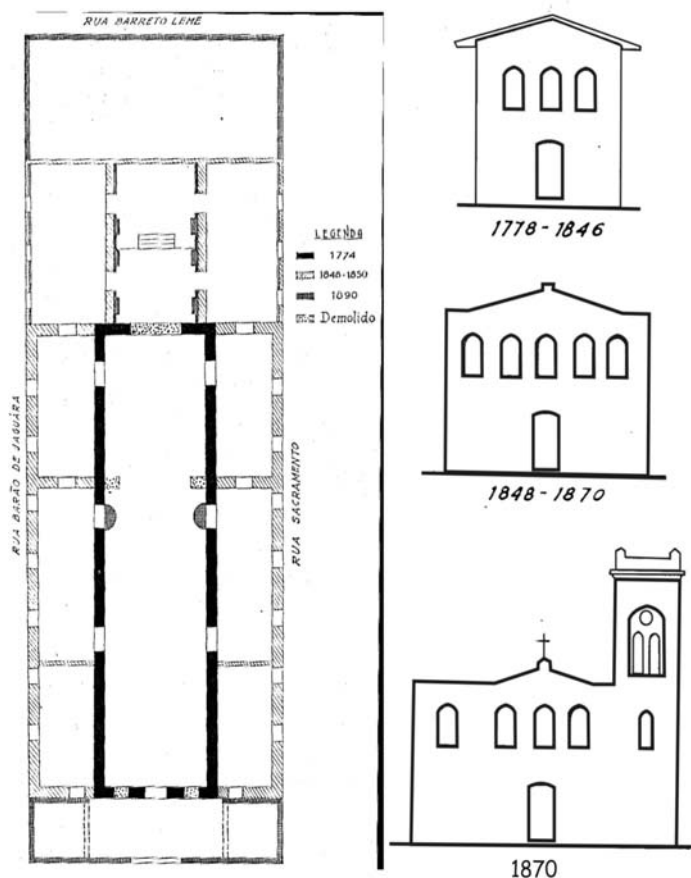


Figura 4 - Celso Maria de Mello Pupo em seu livro: "Campinas seu berço e juventude", nos indica que a cidade foi planejada e traçada previamente, que não nasceu desordenadamente ao "Deus dará", as ruas foram pré-traçadas e delimitadas – ruas de sessenta palmos (13,20 metros lineares) de largura e quadras mínimas de oitenta varas (88 metros lineares). (1969:46). Estas determinações foram passadas a Barreto Leme (sesmeiro e fundador da cidade) pelo Governador da Capitania Morgado de Mateus.

"O arruamento para a construção das casas era tarefa atribuída ao diretor do povoado, autoridade máxima do local que prolongava as ruas, marcava as quadras e dividia os terrenos, distribuindo-os a quem se dispusesse a construir, mediante auxílio para as obras da matriz".(Badaró, Ricardo; 1996:20)³⁷

³⁷ Badaró, Ricardo de Souza Campos. Campinas: o despertar da modernidade. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

A doação dos terrenos era de acordo com o poder econômico dos que pretendiam construir e ao tamanho das casas que pretendiam erguer. Os lotes maiores eram sempre de esquina, de forma a delimitar as quadras e em seu meio, terreno de corte menor completavam as ruas. Aos trabalhadores livres e pobres, em sua maioria agricultores, eram destinados pequenos sítios fora do rossio, sem ainda configurar a ordenação de bairros. Tudo na Campinas de 1774 girava em torno da praça da Matriz.

As casas térreas que predominavam na freguesia, pequenas e toscas construídas de pau-a-pique, dispostas nos cantos das quadras, com amplos muros de barro vermelho ao longo do alinhamento, cederiam lugar para casario mais denso, seqüência de portas e janelas, interrompida por poucos casarões, e alguns sobrados construídos com taipa de pilão. A área urbana de Campinas, com centro na Praça Bento Quirino, iria estender-se especialmente ao longo do eixo Jundiaí – Mogi, crescendo ao norte, no sentido do Bairro de Santa Cruz e ao sul para os lados da Igreja de São Benedito (antigo cemitério). Secundariamente ocuparia o eixo ortogonal, definido pelo Bairro das Campinas Velhas e o recém-aberto (1792) caminho para Itu (avenida Moraes Sales) perfazendo em 1796 uma área de 26.350 m² (Badaró; 1996:20-21)

Posteriormente o arruamento foi atribuído ao Conselho, que mandava abrir novas ruas ou prolongar as existentes, concedendo terrenos gratuitamente aqueles que pretendessem construir. Desse modo ia sendo ocupada a área pública contidas nos limites do rossio.

As doações de terrenos eram conforme as posses dos habitantes e a dimensão da construção que pretendiam erguer, reservando-se as esquinas para as maiores. Nos campos ao redor da cidade eram concedidas áreas mais amplas para pequenos agricultores (pobres na sua maioria), que ali poderiam dedicar-se ao plantio e à criação para a própria subsistência. Campinas somente assumiria um porte significativo, em relação ao conjunto das cidades da então Província de São Paulo, à medida que a produção de açúcar aumenta, até tornar-se a capital paulista do produto no final da década de trinta do século XIX. (Silva;1996:47). A cidade cresce rapidamente impulsionada pela cultura açucareira.

A passagem da cultura açucareira para a cafeeira em Campinas não pode, em um primeiro momento, ser delimitada com precisão histórica, pois a mudança se deu de forma gradativa e sem grandes sobressaltos. Podendo-se afirmar que a cultura açucareira proporcionou a base para a implantação da nova cultura. Desta forma a vila do açúcar ia se transformando na cidade do café que, pelo crescimento e riqueza, iria adquirir em todo o país grande prestígio político e social.

Esta nova fase marcaria, em Campinas, o apogeu do urbano cafeeiro, produzindo importantes repercussões no desenvolvimento da cidade. A inauguração dos trilhos da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1872, ligando Campinas a Jundiaí, e lá se entroncando com as linhas da São Paulo Railway, pôs Campinas em contato direto com São Paulo e Santos.

Por outro lado, a Cia. Mogiana, a partir de 1875, estabelecia a conexão com o interior e, articulando-se por seu turno com as vias fluviais, acompanhava o itinerário do café e gerava as condições básicas para que Campinas assumisse, desde então, a função de pólo regional. Completando o quadro, mais três ramais ferroviários integraram-se aos já existentes, são eles: Sorocabana; Ramal Férreo Campineiro e Funilense.

As marcas da diferenciação

“A discriminação social que ficou perpetuada no Cemitério da Saudade não deixa de reproduzir o que ocorria na sociedade que lhe deu origem, i.e., o contraste da ostentação de certos túmulos diante da humildade de outros ou mesmo a localização das sepulturas dos ricos concentrada em determinadas alamedas e áreas, o que automaticamente relega os jazigos dos pobres para lugares mais distantes da entrada, perto dos muros etc.” (Lapa, Amaral; 1096:333)³⁸

Mesmo antes da efetiva delimitação e ordenação dos bairros campineiros, as marcas de diferenciação social já se faziam presentes. Apesar de Carpintero³⁹ afirmar que na Campinas de 1817 não havia segregação social definida nos limites do rossio (1996:49), podemos inferir que o traçado urbano e as formas de distribuição dos lotes já imprimiam uma forma de diferenciação de camadas sociais. Pois as esquinas eram tomadas pelos grandes casarões, os meios das quadras pelos de menor poderio econômico e os pobres situados fora dos limites do rossio. Este pensamento é reforçado pelo trabalho de Celso Maria Pupo que nos elucida que:

“Com o aumento do número de casas no povoado, surgiram as de menor frente, economizando terreno (...) Os abastados faziam suas casas com duas salas de frente e corredor, alcovas, grande sala de jantar e o segundo lance com a cozinha e despensa, sendo esta casa, geralmente, de quatro janelas” (Pupo, C.M.;1969:88)

Já as residências dos pobres eram casas pequenas, de pau a pique ou paredes de mão, com seus pisos de terra, sem forro, cobertas de sapé, na maioria das vezes, ou telha de barro. Contudo, Carpintero não exclui a presença de marcas de exclusão ou diferenciação social quando diz:

“As marcas da posição social de cada um se dava pelas dimensões ou pelos materiais ostentados nas fachadas das casas”. (Carpintero, Antonio; 1996:49)

³⁸ Lapa, José Roberto do Amaral. A cidade: Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora USP, 1996.

³⁹ Carpintero, Antonio Cabral. Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta. Campinas: Área de publicações CMU/Unicamp; 1996. (Coleção Campiniana).

Esta estrutura, casario baixo, as casa de taipa, com telhados de duas águas, derramando-se na rua, e muito pouca ou nenhuma ostentação, pouco se modificou nos anos subseqüentes antes do ciclo cafeeiro.(fig.5)

Figuras 5 – Nos cantos da casa e em determinados pontos intermediários erguiam-se colunas de madeira cortadas de um só tronco. (Pupo, Celso; 1969:87)



Devido a intensificação do movimento abolicionista, a política de distribuição de terras se modificou. Os lotes não eram mais doados a quem quisesse construir, mas sim vendidos. Esta nova configuração impediria que os negros recém libertos e imigrantes pobres tivessem acesso a terra, obrigando-os a permanecerem como mão-de-obra barata nas fazendas.

“A substituição gradativa do escravo pelo trabalhador assalariado, em geral imigrante ou negro livre justificaria, a partir de 1854, a alteração dos procedimentos de distribuição de terras no Brasil” (Badaró, Ricardo:1996;26)

A redução do número de escravos nos últimos 15 anos que antecederam a abolição da escravatura e o fim do Império foi significativa e estava condicionada a transição das relações de produção do complexo cafeeiro da sua fase escravista para a capitalista. Nessa transição houve um aumento do número de estrangeiros, o que significa a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Essa alteração provocou diversas mudanças na estrutura social de então, o que levou a novas pressões sobre a política habitacional e as formas de apropriação do solo urbano.

Tanto portugueses, como italianos, alemães e japoneses provenientes de uma cultura camponesa tinham a percepção de propriedade como fundamentais em suas vidas. Desta forma, chegavam à nova terra com a firme aspiração de conseguir seu “pedaço de chão”. A

conquista de um pedaço de chão em Campinas e mesmo na maioria das cidades brasileiras não consiste de tarefa fácil. Além do custo, um outro fator se impõe nessa busca: a diferenciação social. Nesse sentido o professor e historiador campineiro José Roberto do Amaral Lapa, em seu livro “A cidade: Os Cantos e os Antros” nos aponta, com muita propriedade, essa tensão entre pobres e ricos na busca de onde morar.

*“O processo de modernização da cidade exigirá desses dois segmentos (pobres livres, nacionais e estrangeiros e aos escravos) deslocamentos e confinamento espacial, enquanto ficam sob a mira de um controle social e disciplinar da vida pública e privada”.
(Lapa, José Roberto Amaral;1996:27)*

Seguindo em suas considerações sobre as formas de diferenciação social, Lapa nos diz que ela se impõe à sociedade pelas novas normas burguesas e capitalistas que procurando racionalizar o uso do espaço, ao discriminar de maneira mais acentuada as desigualdades nos níveis de renda e social, introduzem ou regulamentam normas de “higiene, moral, mobilidade, desodorização, sonoridade, atividade profissional, comércio, lazer etc.” (idem) Desta forma, o poder que a classe burguesa exerce sobre a população em geral se dá, também, pela normalização da vida urbana, procurando introduzir padrões e comportamentos que implicam numa racionalidade individual e coletiva.

O historiador segue dizendo que na Campinas oitocentista, “não se pode viver impunemente”, o uso das horas de trabalho, lazer e ociosidade dos moradores, escravos e livres, devem ser disciplinadas tendo em vista explicitamente a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento de todos, só que com um detalhe: que esse processo assegure e legitime o controle, a dominação da classe burguesa sobre a pobre.

Seguindo-se no bojo desta lógica burguesa de ordenação do solo, veremos que os “espaços malditos da cidade” como referencia o professor Lapa, são camuflados ou escondidos fora dos limites burgueses do rossio original. O Largo de Santa Cruz é um exemplo: em seus primórdios ali fora instalado uma força destinada à execução dos criminosos, principalmente de escravos e com o desenvolvimento do bairro, os seus moradores passaram a reivindicar à municipalidade sua remoção. O patíbulo continuou ativo até 1854, quando as execuções passaram a ser realizadas em local denominado Rancho Grande, próximo ao Cemitério das Almas e do Hospital dos Variolosos. Outra reivindicação dos moradores do local foi a não transformação da capelinha existente ali em um hospital para variolosos em 1899. Nesta época, diferentemente da anterior, a população do largo consistia em advogados e pequenos comerciantes, entre eles o cônsul italiano Prospero Beliffanti.

“Na verdade, nota-se que a cidade ia aos poucos avançando naquela direção, com casas e propriedades de certo padrão”.(Lapa, José Roberto Amaral; 1996:77)

Se as cidades eram construídas e ocupadas a partir da paisagem natural do sítio escolhido, agora este critério não mais poderia ser aceito. A ordenação do espaço fazia-se premente, e a lógica utilizada seria a burguesa/capitalista.

Para as áreas de menor interesse econômico foram destinadas as atividades/aparelhos que provocam asco; para as áreas mais valorizadas, os parques e passeios públicos que levam a uma maior valorização das mesmas. Desta forma, os cemitérios dos acatólicos e o público foram localizados na Vila Industrial, assim como o Matadouro Municipal (1881), o Lazareto dos Morpheticos, o Lazareto dos Variolosos e a forca. Vide mapa de 1900 fig.11

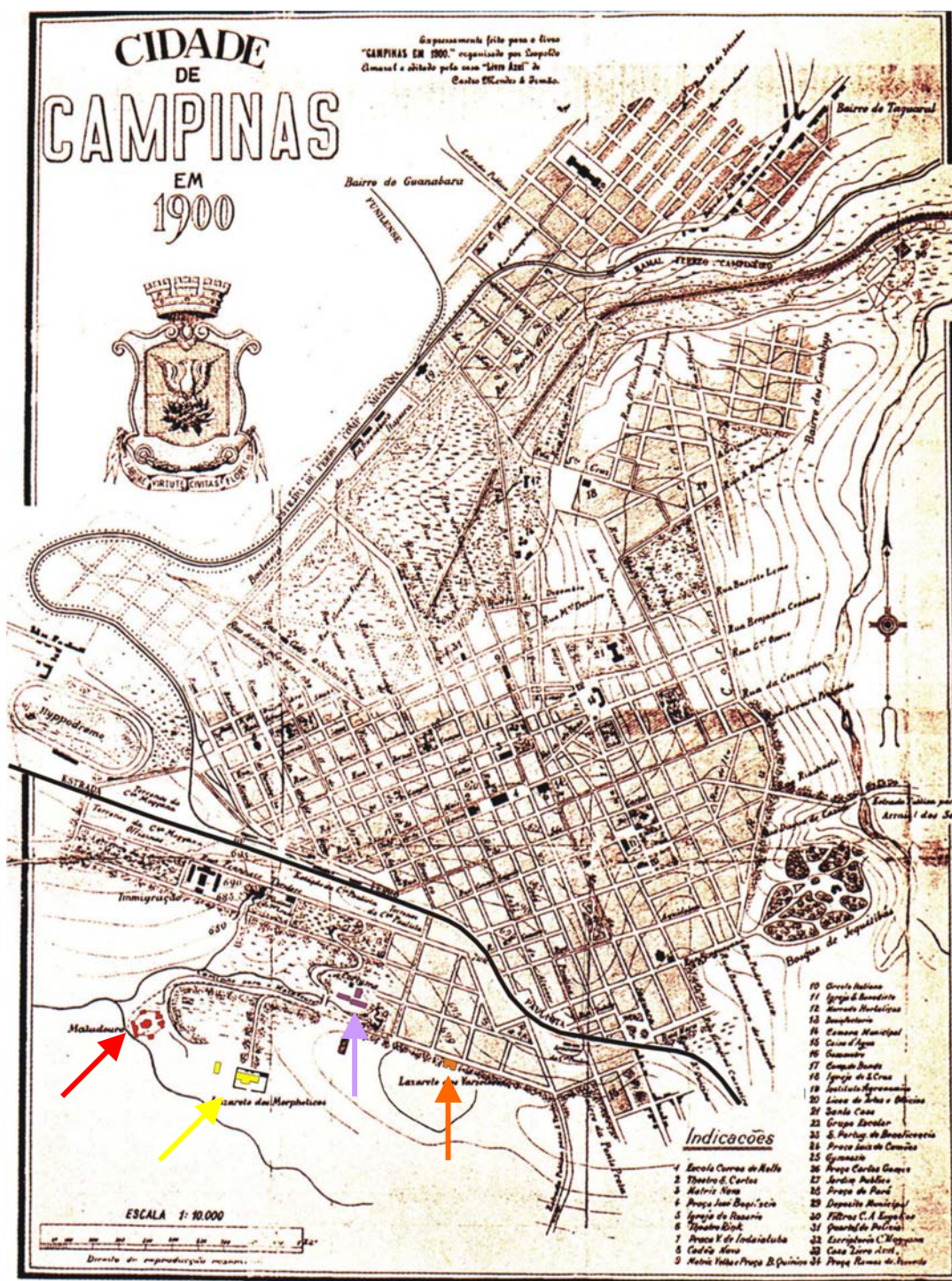


Figura 6. Em vermelho a indicação da localização do Matadouro Municipal; em amarelo Lazareto dos Morpheticos; em laranja Lazareto dos Variolosos; em roxo Cortume; os antigos cemitérios localizavam-se, onde é hoje o pátio de manobras da ferrovia.

A imigração como fator de alteração da paisagem urbana

“Campinas foi um dos principais pólos de atração de imigrantes europeus (italianos, portugueses, espanhóis, suíços e alemães), durante o processo de substituição da mão-de-obra escrava no final do século 19”.⁴⁰

Em São Paulo, os principais núcleos de colonização oficial fundado entre 1850 e 1889 foram: Paraquera-assú; Cananéia; São Caetano; Glória; São Bernardo; Santana; Canas; Cascalho; Bom Sucesso; Ribeirão Pires; Senador Antônio Prado; Barão de Jundiá; Rodrigo Silva e Sabaúna. No campo particular, como nos relata Ulysses Semeghini⁴¹ o pioneiro nessa empreitada, foi o senador Vergueiro, grande proprietário em Limeira e Rio Claro, que em 1842 trouxe a primeira leva de portugueses, ainda para trabalhar na lavoura de cana.

Em 1847, chegaram os primeiros colonos suíços e alemães para trabalhar na região de Campinas. No início dos anos cinquenta, Vergueiro obtém subvenção do governo para o transporte, e começa a imigração sistemática de colonos. Entre 1850 e 1860 são criados 67 novos núcleos, principalmente de alemães e suíços. Tornou-se célebre, na Província Paulista o exemplo da Fazenda Ibicaba, a primeira que empregou europeus na cultura do café. A fazenda Senador Vergueiro vai se tornar o centro acolhedor de oitenta famílias alemãs, num total de 400 pessoas, que tratarão de seus cafezais ao lado dos escravos.

O regime de trabalho era o de parceria, desta forma os imigrantes atuavam como meeiros, mediante um salário baseado na tabela de preços locais. A experiência não dá certo. Os cafeicultores, com algumas exceções, consideram negativos os resultados, e por outro lado reclamações e denúncias dos imigrantes levam os governos europeus a proibirem ou criar entraves à vinda de seus cidadãos para trabalhar no Brasil. Outros fatores que concorreram para agravar a situação do imigrante foram as despesas de transporte e instalação, cujo montante adiantado pelo fazendeiro era descontado com juros; as condições de vida na fazenda; as diferenças religiosas; a ausência de instrumentos de amparo e proteção legais e, a coexistência com o regime escravista. A importância da Fazenda Ibicaba reside principalmente pela tentativa de emprego simultâneo da mão-de-obra livre e escrava. Apesar do malogro, os núcleos coloniais do regime de parceria deixariam importantes marcas na região. O resultado desta primeira tentativa com a imigração européia serviu de experiência aos fazendeiros.

⁴⁰ Campinas Século XX: 100 anos de história. Campinas: Rede Anhanguera de Comunicação. 2000 – Diário do Povo Correio Popular.

⁴¹ Semeghini, Ulysses C. Do café à indústria: uma cidade e seu tempo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991. Série Teses

Na região de Campinas, um grande incentivador da imigração européia para trabalhar na lavoura cafeeira foi o Visconde de Indaiatuba. Como nos relata Celso Maria Pupo⁴², o Visconde empregou seus esforços com vistas a reverter à imagem negativa do Brasil junto aos governos europeus com relação à política de trabalho empregada na lavoura cafeeira da época. A descrição destes esforços encontra-se relatada no “Memorandum – sobre o início da colonização da Fazenda Sete Quedas, no Município de Campinas, em 1852, pelo Visconde de Indaiatuba” publicado em 1952 na Monografia Histórica de Campinas. Apesar de todos os problemas enfrentados no processo de colonização, novas levas de imigrantes se estabeleceram na região: Sete Quedas, do Visconde de Indaiatuba, em 1852; Dolores, de Pedro José do Santos Camargo, em 1854; Florence, de Hercules Florence, em 1855; Laranjal, de Luciano Teixeira Nogueira, em 1856; e mais as de D. Maria Inocência de Sousa Queiroz (Tapera). (Pupo, C.M.;1969:148).

José Francisco de Camargo relata que após esta experiência, a população estrangeira de São Paulo se coloca em 4.º lugar, em 1872, relativamente às outras províncias; em primeiro lugar está Minas Gerais, seguindo-lhe a Bahia e Pernambuco. Já Badaró nos informa que Campinas possuía no mesmo ano 33.000 habitantes, sendo que destes, 14.202 estavam localizados na sede do município. Havia cerca de 13.000 brancos, 20.000 negros e mulatos dos quais mais da metade compunha a população urbana, dedicando-se às obras de edificação, abertura de ruas, implantação de estradas de ferro e serviço domésticos das famílias abastadas. Em termos comparativos, a capital comportava 31.385 habitantes (Blay, Eva;1985;10) sendo, portanto, menor que Campinas.

“Em 1854, Campinas com 8.190 escravos já detém o primeiro lugar na província, superando nesse sentido não só a Capital, como as cidades do Vale do Paraíba que na primeira metade do século se situavam acima dela. Essa posição Campinas manterá até 1886. (...) Campinas, que em 1854 estava em 6º lugar entre as cidades mais populosas da província, para assumir, vinte anos depois (1874), o primeiro lugar, acima mesmo da Capital, com 31.397 habitantes”. (Lapa, José Roberto do Amaral; 1996:110).

Já em 1890, São Paulo passa a ocupar o primeiro lugar no número habitantes e estrangeiros, com 75.030 filhos de outras terras. Tal incremento só se tornou possível pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, que não mais podendo contar com o braço escravo, provocará a intensificação do fomento da introdução de imigrantes.

⁴² Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas; Publicações da Academia Campinense de Letras. 1969. nº 20.

A experiência da Fazenda Ibicaba de substituição da mão-de-obra escrava pela branca livre prosseguiu com pequenos ajustes, contudo sem alterar radicalmente o sistema: parcerias, a meia, a terça e o colonato. Segundo Edemir de Carvalho, pelo menos até a década de 1880, a parceria era utilizada em Rio Claro, Campinas, Limeira, entre outras localidades. Contudo, segundo o autor o problema foi constituído pelas expectativas criadas por estas práticas junto aos cafeicultores: substituir os escravos pelo trabalhador europeu com um mínimo de alteração na organização produtiva. Nesse processo, a idéia de criar núcleos coloniais, denominados de viveiros de trabalhadores prosperou e, em meados de 1887 celebrou-se contrato entre a Sociedade Promotora de Imigração de caráter privado com a província de São Paulo: o que permitiu a entrada de mais 30 mil imigrantes.

Contudo as baixas remunerações obtidas no trabalho das fazendas, a impossibilidade de reunir um capital que permitisse comprar terras e se tornar um produtor independente, aliado a excessiva oferta de mão-de-obra que dava ao grande fazendeiro a possibilidade de rebaixar a remuneração e de substituir os trabalhadores que se afastavam levaram ao abandono da atividade na zona cafeeira por parte do imigrante europeu, levando grande parte deles para o trabalho nas cidades. Desta forma, o afluxo de capital financeiro proveniente do café e mais a corrente populacional que se dirige para a cidade estimulam outras atividades produtivas, articulando-se à agrícola exportadora e a satisfação das necessidades de uma população cada vez mais urbana. Na segunda metade do século XIX o município de Campinas configura-se como o principal produtor de café na província. A partir de 1854, a produção mais que dobra, passando de 300 para 700 mil arrobas. A cana continua mantendo certa importância na atividade agrícola: existem 20 fazendas produtoras, e fabricam-se 60.000 arrobas de açúcar.

Semeghini⁴³ revela-nos que a feição econômica local é dada pelo predomínio das grandes propriedades rurais, contudo o núcleo urbano de Campinas mostra-se bem desenvolvido em relação as demais cidades da Província, excluindo-se a capital. Segundo o autor, destaque merece a Matriz Nova, por sua arquitetura e obras de arte e a vida urbana revela já certa expressão.

Edemir de Carvalho remetendo-se ao trabalho de Semeghini e este, por sua vez, ao Almanaque do Correio de Campinas, editado em 1886 e ao da Província de São Paulo, editado no mesmo ano, apontam uma intensa atividade comercial na cidade, sendo que o seu ainda pequeno centro urbano abrigava: 39 Indústrias diversas; 03 Bancos e casas de desconto; 65 Capitalistas (indivíduos); 10 comissários e compradores de café; 40 depósitos e casas atacadistas; 07 Artigos importados; 07 Sociedades anônimas; 177 Secos e Molhados; 22 Fazendas e armazéns; 08 Ferragens; 04 Joalherias; 05 Agências comerciais e leilões; 17 Hotéis e restaurantes; 29 Colégios; 02 Teatros; 03 Jornais; 17 Sociedades diversas; 05 Casas

⁴³ Semeghini, Ulisses C. Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991

de Saúde e 333 Comércio e serviços urbanos. A partir deste levantamento podemos inferir que Campinas tornou-se um importante centro comercial e financeiro do interior paulista. Essa nova configuração, mas ainda apoiada na economia agro-exportadora cafeeira, proporcionou um aumento do número de habitantes no centro urbano. A indústria campineira ainda nascedoura, pouco contribuía para as pressões sobre a moradia, sendo que o primeiro impulso industrial importante ocorre na segunda metade dos anos 70 com a instalação dos principais fabricantes de máquinas para o beneficiamento de café e com a chegada das ferrovias. (Semeghini,Ulisses;1991:44)

“Antes mesmo de Campinas transformar-se em localidade industrial, já exercia, porém, as funções de centro regional, polarizando boa parte dos serviços e do comércio das cidades da região, funções estas plenamente desenvolvidas nos primeiros anos do século XX.” (Silva, Kleber;1996:67)⁴⁴

Em 1868, organizam-se duas estradas de ferro em Campinas que reforçaram a tendência da cidade em se transformar em um centro-chave nas comunicações da província. A Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais foi fundada com capital local e paulistano oriundo do café. A outra ferrovia constituída em março de 1872 foi a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Com a ferrovia um novo contingente de trabalhadores, desta vez urbanos chega a Campinas para fixar moradia. Esta nova fase marcaria, em Campinas, o apogeu do urbano cafeeiro, produzindo importantes repercussões no desenvolvimento da cidade. (Badaró, Ricardo;1996:25) Contudo, não se tem notícia de grandes concentrações de imigrantes europeus, por bairros, como o ocorrido na cidade da São Paulo. As áreas de alocação da população, ao que parece, seguiu a orientação já delineada nas décadas anteriores; os comerciantes e industriários de melhor poder aquisitivo na região norte, os trabalhadores pobres na região sudeste.

⁴⁴ Silva, Kleber Pinto. A cidade, uma região, o sistema de saúde:para uma história da saúde em Campinas-SP.Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp,1996.

Das senzalas as vilas populares

“A moradia na forma de vilas operárias encontra raízes em um remoto passado. Elas aparecem como um sucedâneo da senzala” (Blay, Eva; 1985:30)

Como vimos anteriormente, o problema do déficit habitacional irá surgir no cenário nacional com o fim da escravidão e início do processo de industrialização.

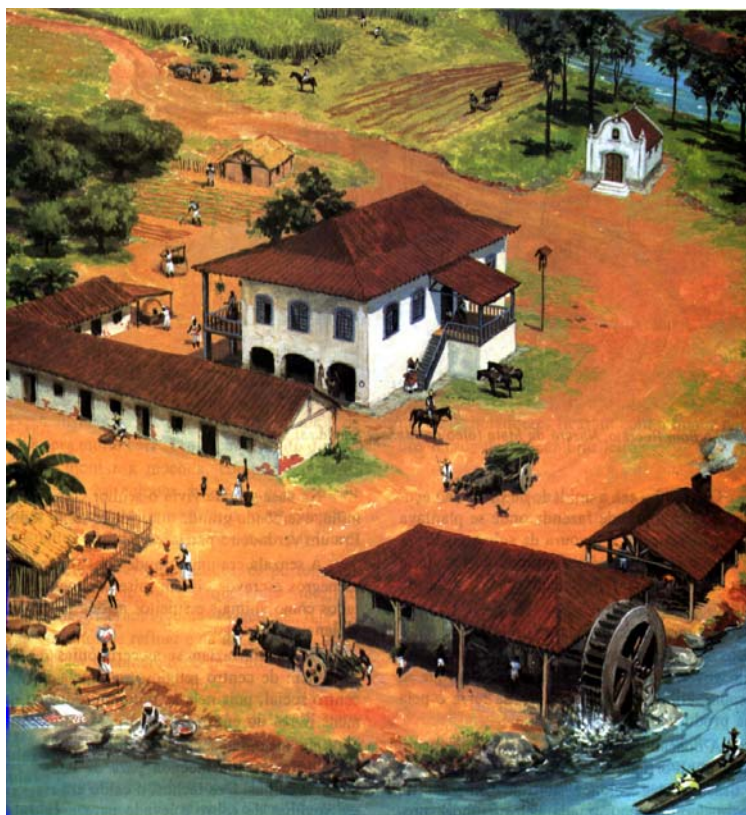


Fig. 7 .Podemos, de forma genérica e livre, dizer que os primeiros conjuntos habitacionais para trabalhadores construídos no Brasil, foram as senzalas. Ilustração de esquema geral de ordenação dos espaços num engenho. A senzala sempre estava a vista do senhor de engenho⁴⁹.

Até então a questão habitacional não era problema para as autoridades, pois o negro era confinado nas senzalas e o trabalhador branco europeu tinha como destino às colônias no interior das fazendas, desta forma, temos no início da industrialização o ponto inicial do processo de construção das vilas operárias no Brasil.

⁴⁹ Ilustração de João Gargiullu. In: Silva, Francisco de Assis. História do Brasil. Editora Moderna. 1990.

Fig. 8. Os primeiros imigrantes trazidos para Campinas alojaram-se na Fazenda Sete Quedas⁵⁰



Este processo iniciado tardiamente em terras brasileiras data da década de 1840, na Bahia, com a implantação das primeiras indústrias têxteis. Esta implantação enfrenta dois problemas cruciais para a época, como garantir um fornecimento de matéria-prima constante (algodão) para a produção e a falta de mão-de-obra especializada. Alguns empresários lançam da mão-de-obra escrava como força produtiva, outros contratam moradores urbanos, além de órfãos pobres. Outros, porém, lançam mão da “importação” de mão-de-obra estrangeira (européia). (Blay, Eva; 1985:21). Contudo, como nos aponta Eva Blay, um outro problema que surgia para o dono de fábrica era como manter estes trabalhadores presos à fábrica, pois devido aos baixos salários aliado as péssimas condições de moradia, os trabalhadores estrangeiros deixavam seus postos de trabalho mesmo antes de saldar suas dívidas, relativas ao financiamento da imigração. Além da Bahia outros estados manufatureiros como Rio de Janeiro e Minas Gerais enfrentavam o mesmo problema.

A solução para este entrave começou a ser esboçada já em 1853 quando a “Fábrica Todos os Santos”, na Bahia e “Andaraí Pequeno” no Rio de Janeiro, constroem dormitórios para os seus trabalhadores não especializados; em 1866 a “Fábrica Fernão Velho”, em Alagoas, além dos dormitórios, constrói pequena enfermaria e um refeitório; em Minas Gerais, a Beribéri alojava 110 mulheres de 10 a 30 anos e a Reigantz, no Rio Grande do Sul, adotava procedimento semelhante. A partir desta experiência, e confirmando o sucesso deste processo, pois ele já era conhecido e testado tanto no Brasil (senzala e colônias) como na Europa, o dono de fábrica passou a construir e fornecer casas a seus trabalhadores, dando início a construção com maior intensidade das Vilas Operárias nas últimas décadas do século XVIII, como forma de fixação do trabalhador ao emprego.

Entre 1880 e 1900 diversas vilas operárias foram construídas no Brasil com o dinheiro da indústria, entre elas destacam-se: vide fig. 9.

⁵⁰ Autor não informado. In: Campinas 100 Anos de História. RAC Rede Anhanguera de Comunicação. Campinas.2000

Fig.9 – Vilas operárias construídas entre 1880 e 1900

Ano	Local	Indústria	Nº de Casas
1880	Salto - SP	Fábricas a Vapor de Tecidos	30 casas, mais médico e farmácia.
1881	Sorocaba - SP	Fábrica de Fiação e Tecidos N.Sra. da Ponte	22 casas
1883	Salto - SP	Fiação Júpiter e Fortuna	Não informado
1883	Caieiras - SP	O Coronel Antônio Rodovalho, constrói uma fábrica de papel, uma de cal, uma de cerâmica e uma oficina, além da exploração de pedreiras.	Mais de 1000 pessoas, a vila conta ainda com escolas e farmácias mantidas pela companhia
1884	Capivari - SP	Engenho Central Villa Raffard	300 casa mais escola e farmácia.
1891	São Roque - SP	Fábrica E. Della'Acqua & Comp.	400 empregados, porém não informado quantos moravam na vila ou quantas casas foram erguidas
1892	Salvador - BA	Empório Industrial do Norte	258 casas, mais escola, jardim de infância e enfermaria
1894	Rio de Janeiro - RJ	Cia América Fabril	Realizam contrato com a Prefeitura para a construção de casas operárias num total não informado.
1894	Sorocaba - SP	Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim	Na ocasião da fundação não há referência a vila operária, contudo 20 anos depois é registrado cerca de 500 casas, além de igreja, teatro, campo esportivo, médico entre outros melhoramentos.
1895	Rio de Janeiro - RJ	Petrolina, Confiança e Aliança	Não informado
1897	São Paulo - SP	Cimento Rodovalho	100 casas
1900	Sorocaba - SP	Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Rosalia	50 casas

Quadro formulado a partir de dados levantados publicados por Blay, Eva;1985

Outro grande construtor de vilas operárias foram as ferrovias. Em Campinas, a Vila Industrial, situada do lado oposto ao centro, após a estação e os trilhos da Mogiana no antigo caminho para Itu, é um grande exemplo. Nesse período de construção das ferrovias:

“Campinas passa por um novo processo de animação. Grande quantidade de operários empregados na construção das ferrovias desloca-se para a cidade.” (Silva, Kleber, 1996:51)⁵¹

Necessitando de moradias, segundo consta, somente a Companhia Paulista transportou 432.990 imigrantes entre os anos de 1882 e 1889, dos quais 22.223 fizeram

⁵¹ Silva, Kleber Pinto. A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde em Campinas-SP. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

baldeação em Campinas no ano de 1888, seguindo caminho pela Cia Mogiana para o interior paulista.(Carvalho; 1991:32) Neste mesmo período instalaram-se nos arredores da cidade 42.613 imigrantes, gerando uma pressão sobre o sistema imobiliário ainda incipiente da cidade. Esse processo de criação de vilas operárias está calcado no princípio capitalista de redução de custos e manutenção das condições da produção. Antes de ser um benefício ao trabalhador, o investimento na construção de casas para os empregados, significava uma parcela muito pequena em relação ao investimento total em teares, instalações e maquinários para a oficina, era considerado como mais um item no custo total da produção.

A lógica empresarial, manutenção das condições de produção, sem crises provocadas pela falta da mão-de-obra, principalmente a especializada, suplantava qualquer outro significado da construção das vilas operárias.

O trabalho braçal e suas implicações⁵²

“E (Deus) à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás á luz filhos (...) E a Adão disse: visto que atendeste a voz de tua mulher, e comeste da árvore que eu ordenara não comesses: maldita é a terra por tua causa: em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida. (...) No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado: porque tu és pó e ao pó tornarás.”⁵³

Historicamente, o trabalho braçal, na cultura ocidental e judaico-cristã, é visto como algo negativo. Um exemplo desse pensamento encontra-se na Bíblia, a qual relata que Adão e Eva viviam em perfeita harmonia com a natureza e as coisas de Deus. Após o pecado original, Adão foi obrigado a viver com o suor do próprio rosto e Eva condenada ao trabalho do parto. Desta forma o trabalho vem com conotação negativa, como punição para a desobediência as leis de Deus.

Encontramos também, essa concepção do trabalho como algo negativo e por contigüidade o trabalhador desvalorizado, na antiga Grécia, onde o trabalho manual era realizado por escravos, enquanto a atividade contemplativa/teórica, era mais digna, pois era feita pelos homens livres. A própria etimologia da palavra trabalho nos remete ao sofrimento e

⁵² Neste tópico trataremos apenas do significado do trabalho para a cultura ocidental judaico-cristã, por estar estas culturas mais ligadas a formação básica da sociedade burguesa brasileira, sem, contudo ignorar os demais significados do trabalho para as demais culturas ou religiões. Não obstante indicamos o trabalho de Suzana Albornoz “O que é trabalho” ed. Brasiliense. 1986. Coleção Primeiros Passos, nr. 171. como referência para se iniciar a discussão sobre este tema.

⁵³ A Bíblia Sagrada: antigo e novo testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Edição Revisada e atualizada no Brasil. Sociedade Bíblica do Brasil. Rio de Janeiro. 1969.

tortura. Vinda do Latim “tripaliare”, do substantivo tripalium, que significa aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados, e os animais difíceis de ferrar, (Aranha, Maria;1993:9). Desta forma, temos a palavra trabalho, em sua origem, associado a algo desagradável e destinado aos condenados e animais, sendo assim, justificando ações desumanas para com o trabalhador e sua família.

No Brasil, o regime escravocrata imperou até o final do século XIX, mantendo essa visão negativa do trabalho como um traço da cultura das elites brasileiras. Por outro lado, a massa de imigrantes de origem camponesa européia, trazia consigo, para o país, uma nova visão sobre o trabalho: para esse conjunto de trabalhadores, o trabalho era tido como algo edificante, realizado no âmbito familiar e caminho para a ascensão social, forçando o grande empresariado a modificar sua postura de forma gradativa. Dessa forma o trabalho braçal assume outras conotações, contudo a visão negativa que a sociedade brasileira tem sobre o trabalho braçal não qualificado ainda é negativa. A maioria dos pais ainda sonha que seus filhos se tornem doutores e deixem para sempre o cabo da enxada e a vida dura do trato com a terra.

A moradia como mediadora das relações de trabalho

“Empregador e empregado, quando têm suas relações na produção mediatizadas pela casa, esta passa a representar um fator que pesa no poder de dominação dos primeiros e no instrumental de reivindicação dos segundos”
(Blay,Eva;1985:19)

Desta maneira, teremos nesta relação – emprego/moradia, uma das formas de reprodução do capital, e esta por sua vez, influenciando na ocupação do espaço pela sociedade, baseado nos mecanismos de apropriação e conservação da força de trabalho pelo capital industrial.

“Nessa perspectiva, o espaço urbano (re)produz-se como produto e condição geral do processo produtivo. Do ponto de vista do capitalista aparece como capital fixo.”
(Carlos, Ana;1997:74)

Ao ver a vila operária como um capital fixo, o empresário construía as casas e mantinha-se como proprietário delas, alugando ao trabalhador, na maioria das vezes por um preço baixo. O aluguel devido à fábrica era descontado diretamente dos salários. Desta forma,

a casa do operário representa uma forma de reduzir o preço da força de trabalho e de ampliação das condições de produção com a manutenção do trabalhador no emprego.

A vila operária significava também um maior controle sobre a vida do operário. Ao morar na “casa da fábrica” o operário tinha que se sujeitar às normas impostas por esta, desde horários de silêncio até horário para entrar e sair da vila. Este controle visava manter o bom desempenho e produtividade no trabalho. As vilas operárias eram um prolongamento da vida dentro das indústrias, persistindo o controle sobre o operário mesmo nos momentos de lazer e descanso. Algo que nos remete a configuração dos engenhos (vide ilustração inicial) onde o senhor tinha total visão e controle das senzalas a partir de sua varanda da casa grande.

“Em troca, portanto, de condições de habitação melhores e mais estáveis, o operariado dessas vilas era submetido mais diretamente ao controle dos industriais, até mesmo em seu tempo livre” (Decca, Maria; 1991:15)

Este modelo de relação trabalhista longe de ser uma invenção nacional, já despertava forte embate político-social por toda a Europa que o adotava há décadas. O modelo do industrial como construtor e proprietário da moradia operária foi amplamente utilizado no Brasil até meados da década de 40 do século passado, quando o governo passa a intervir no processo e a assumir a construção destas vilas.

Entretanto, mesmo antes da intervenção do estado, com conseqüente modificação do modelo, os empregados menos qualificados e de fácil substituição não eram “contemplados” com uma casa na vila da fábrica, permanecendo juntamente com o exército excedente de mão-de-obra necessário para a reprodução do capital não tendo onde morar. Para este exército restava as sub-moradias, ou seja, os cortiços.

Os cortiços como forma de habitação popular

“(…), entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às ave-marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjava aos fundos de sua varanda” (Azevedo, Aluísio;1890:23)

Na última década do século XIX, Aluísio de Azevedo escreve seu clássico “O cortiço”, descrevendo a vida de um trabalhador com toda sua crueza. Esta obra é influenciada

diretamente pelo movimento naturalista francês, que procura retratar com fidelidade as relações do indivíduo e seu meio ambiente, dentro de uma perspectiva científica do homem. Este clássico nos ajuda a perceber o ambiente de miséria e conflito social existente nas entranhas dos cortiços brasileiros, contudo não revela a face mais amarga dos cortiços: a sua presença contundente na vida das grandes cidades brasileiras como forma de habitação popular, principalmente no período de 1886 a 1918, época da implantação e desenvolvimento da indústria.

Neide Lahfeld classifica os cortiços em 6 tipos, enfatizando que todos se caracterizam por “um tipo de habitação coletiva, com condições muitas vezes até mais precárias do que dos moradores em favelas” (1988:14) A tipificação proposta pela autora tem suas bases nos apontamentos feitos pela Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia, instituída pela Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo em 1893, que transcrevemos a seguir:

- **O cortiço-pátio:** *cortiço que ocupa uma área no interior do quarteirão. Tem um portão lateral que dá entrada para um corredor estreito e comprido até para o qual se abrem as janelas e portas de pequenas casas enfileiradas com os mesmos aspectos, construção, divisões internas e capacidade.*
- **O cortiço-casinha:** uma casinha independente, com frente para a rua pública de construção precária, residindo mais de uma família.
- **O cortiço-hotel:** espécie de restaurante, onde as pessoas se aglomeram à noite para dormir, nos aposentos reservados, em dormitórios comuns.
- **Casa de cômodos:** são os prédios de sobrados convertidos em cortiço por meio de divisões e subdivisões dos primeiros aposentos transformados.
- **Os cortiços improvisados:** os bares que contêm nos cômodos aposentos para aluguel.
- **Cortiços em porões:** as moradias primitivas não ficam em contato direto com o solo e deixa um espaço relativamente baixo denominado porão. Anteriormente, nestes porões depositavam-se objetos, materiais inservíveis até que se descobre a possibilidade de alugá-los. Possuem todos os problemas comuns ao cortiço acrescido das dificuldades decorrentes do porão: pouca iluminação, cubagem de ar reduzido, pisos úmidos. Os porões são freqüentes nos bairros antigos e tendem a diminuir não por uma política social, mas pela construção de prédios.

A Comissão de Exame e Inspeção em seu relatório final, também, aponta que as “casinhas” do cortiço “raramente têm mais de 3 metros de largura, 5 a 6 metros de fundo e altura de 3 a 3,5 metros. com capacidade para 4 pessoas quando muito” (Blay, Eva;1985:67). Outro ponto destacado pela Comissão consiste na insuficiência de torneiras e latrinas que além de “imundas” não têm água. Tal condição foi captada e descrita por Aluisio de Azevedo em seu clássico do naturalismo brasileiros desta forma:

“Ao amanhecer (...) em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após os outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água (...) O chão inundava-se. (...) As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos(...) (Azevedo, Aluisio;1975:36)

A partir destes primeiros apontamentos, podemos visualizar que já no ano de 1893, as condições de moradia do trabalhador brasileiro, com certo destaque para o paulista, já eram grave. O mesmo relatório de 1893 identificava o trabalhador ao pobre, sem diferenciá-lo dos excluídos do sistema de emprego formal. Como nos aponta Eva Blay:

“Observa-se que não se falava, nos relatórios e decretos, de pessoas desligadas do processo econômico, vagabundos ou andarilhos, mas são referidos sempre os trabalhadores. (1985:70)

Em Campinas, com a intensificação do crescimento da população na última década do século XIX e início do século XX, a cidade salta de 41.253 moradores em 1886 para 67.694 em 1900, gerando um incremento da população na ordem de 64,09%, provocando pressões sobre o sistema de saúde pública e habitação. Os números referentes ao crescimento da população de Campinas registram desde o início do ciclo açucareiro um forte crescimento, contudo esta tendência irá se interromper no ano de 1889 com a eclosão do primeiro surto de febre amarela. (Vide tabela fig. 10). Kleber Silva⁵⁴ nos aponta que em função do surto de crescimento econômico experimentado por Campinas nos anos 80 do século XIX, a população cresce consideravelmente e proliferam os cortiços. (1996:57). Outro fator que contribuiu para a proliferação dos cortiços nesta década, além da imigração, foi à abolição da escravatura.

“Neste ano, a libertação dos escravos contribuiu para aumentar a população urbana, pois grande número de negros se transferiram das fazendas para a cidade, se alojando nas Campinas Velhas, Fundão e Santa cruz. (Badaró; 1996:30)

Para o ano de 1889, segundo Lycurgo Santos Filho e Nogueira Novaes⁵⁵ não existe uma cifra correta, para suas análises, os autores utilizam-se das estimativas 1871 que apontava 10 mil habitantes na cidade e 23 mil nas fazendas, dos quais 12 mil livres e 20 mil escravos e

⁵⁴ Silva, Kleber Pinto. A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde em Campinas:área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

⁵⁵ Santos Filho, Lycurgo de Castro e Novaes, José Nogueira. A febre Amarela em Campinas 1889-1900. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana,2.

senso de 01/08/1872 que apontava para uma população de 31.377 habitantes sem distinguir entre livres e escravos. Veja também, que existe uma diferença de 1.000 (um mil) habitantes nos apontamentos dos autores, sem que os mesmos justifiquem o porquê.

“Em 1889 – e não há uma cifra correta – seriam ainda os mesmos 10 mil habitantes urbanos? Ou mais? Pois na opinião do médico Ângelo Simões (in tratamento da febre amarela pela água clorada), a cidade após a epidemia ficara reduzida a 3 mil habitantes, havendo morrido mais de mil. (Santos Filho, Lycurgo;1996:36)

Por outro lado, Badaró, citando Bergo aponta que em 1888, Campinas possuía 20.000 habitantes na área urbana e 50.000 em todo o município (1996:30), e que a população após a epidemia ficou reduzida a “5.000 almas”. E, pelos apontamentos feitos por J.F.Camargo⁵⁶, a cidade de Campinas possuía 41.253 habitantes no ano de 1886.

Tomando por base os números apontados por Badaró, 20.000 habitantes no centro em 1888, e subtraindo-se as aproximadamente 1.200 mortes por febre amarela e os 5.000 moradores restantes após a epidemia, teremos o número de 13.800 pessoas que deixaram a cidade neste período. Entre os anos de 1889/1890, afirma Cleber Maciel⁵⁷ a mortalidade chegou a tal ponto que os corpos dos doentes, principalmente de crianças eram abandonados nas portas dos cemitérios ou nas estradas, e que esta postura derivava da falta de recursos para enterrar os seus mortos. Este ambiente insalubre contribuiu para o abandono em massa da cidade por parte de sua população que possuía melhores condições financeiras para fazê-lo. Com o êxodo por parte da população mais abastada, diversos casarões e estabelecimentos comerciais fecharam e mesmo após o controle do primeiro surto de febre amarela, não voltaram a ser ocupados pelos seus primeiros moradores.

“A verdade é que ao eclodir a epidemia em fevereiro de 1889, o êxodo foi geral. Os fazendeiros – os hoje chamados barões do café – mudaram-se para as suas propriedades rurais ou para São Paulo e muitos deles não mais regressaram. Depois dos abastados fugiram todos aqueles que puderam fazê-lo (fecharam-se residências, as lojas, os armazéns, oficinas, hotéis, repartições públicas, escritórios e até as cocheiras localizadas no centro citadino”. (Santos Filho, Lycurgo; 1996:36)

A partir de uma visão sanitaria do problema habitacional, as autoridades baixam diversas medidas de controle e padrões mínimos para as construções.

⁵⁶ Camargo, J.F.Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. Estudos Econômicos n. 14, IPÊ-USP,1981.

⁵⁷ Maciel, Cleber da Silva. Discriminações raciais – negros em Campinas (1888-1926) 2 ed. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

Fig.10 – Crescimento da população de Campinas – 1767 -1996⁵⁸

Ano	População total	População Escrava	População Urbana	Incremento em %		
				Escrava	Urbana	Total ⁵⁹
1767	185	----	----	----	----	185,00
1775	200	47	----		----	8,11
1797	2.107	----	----	----	----	953,50
1798	2184	701	----	----	----	3,65
1818	*6.000	----	----	----	----	174,73
1822	7.369	**4.548	----	548,79	----	22,82
1836	6.689	3.917	----	-16,11	----	-9,23
1854	14.201	8.190	----	109,09	----	112,30
1872	31.377	13.485	----	64,65	----	120,95
1874	31.397	13.885	----	2,97	----	0,06
1886	41.253	9.986	----	-28,08	----	31,39
1889	5.000	----	----	----	----	-87,88
1890	33.921	----	----	----	----	578,42
1900	67.694	----	45.000	----	----	99,56
1918	105.160	----	46.088	----	20,33	5,16
1920	115.567	----	----	----	----	9,90
1934	132.819	----	69.010	----	49,74	14,93
1940	129.940	----	84.055	----	21,80	-2,17
1950	152.547	----	106.834	----	27,10	17,40
1960	219.303	----	184.529	----	63,96	55,4
1970	375.864	----	335.756	----	32,61	57,61
1980	664.559		591.557		54,00	53,81
1991	847.595		824.616			27,54
1996	907.754		878.943			7,1

⁵⁸ Origens dos dados para a construção da tabela: 1767 e 1775 – Pupo, C.M. Campinas, seu berço sua juventude. Campinas. 1969: p.31 # 1797, 1798, 1818* e 1822 – Monografia Histórica de Campinas. Rio de Janeiro;1952. p.48; p64 e 219 # 1950, 1960 e 1970 – Censos IBGE # *Estimativa feita por Luís D’Alincourt que ao passar pelo município em 1818, pela segunda vez contou próximo de mil moradias, com seis mil habitantes. (Monografia Histórica do Município de Campinas.Rio de Janeiro,1952:219) #

** No documento original não está discriminado quantos africanos ou afro-descendentes são livres e quantos são escravos, deve-se levar em conta que no ano de 1798 havia 418 mulatos e 14 africanos livres. # 1836, 1854, 1874, 1886, 1900, 1918, 1920, 1934 e 1940 – Semeghini, Ulysses C. Do café à indústria: uma cidade e seu tempo. Campinas; Editora da Unicamp, 1991. p. 29. # 1872 e 1890- Diretoria de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1873-76. P81; Censo de 1890. In: Maciel, Cleber da Silva. Discriminações raciais – negros em Campinas (1888-1926). 2 ed. Campinas :Área de Publicações CMU/Unicamp,1997.

⁵⁹ A porcentagem de incremento da população foi obtida através da comparação simples entre o levantamento atual com o imediatamente anterior, não levando em consideração qualquer metodologia mais elaborada ou a indicada pelo IBGE.

Em 1894 surge o primeiro código sanitário do Estado, que regulamentou a construção das habitações em geral. Contudo, a legislação sanitária foi omissa em relação à situação das habitações subnormais, desta forma deviam-se adotar para os cortiços os mesmos padrões exigidos para as pensões e hospedarias: uma pia ou cozinha para cada quatro ou cinco cômodos e um sanitário no mínimo para cada dez famílias. Condição esta nem sempre respeitada.

Em Campinas, por exemplo, os quartos dos cortiços chegavam a abrigar de vinte a trinta pessoas, a um custo de 10 a 15 mil réis. Em matéria publicada pelo jornal Diário de Campinas em 1896, levantada por Cleber Maciel, dizia que entre as Ruas Conceição e do Góes, na travessa Rodovalho e Praça Carlos Gomes, existiam uns três ou quatro cortiços, e que naquele ano já havia ocorrido uns dez casos de febre amarela. (1997:48) Porém pouco era feito para melhorar as condições de habitação nos cortiços, pois estes eram organizados pela iniciativa privada como forma de investimento e obtenção de lucro rápido e fácil.

O mesmo Diário de Campinas estampou em suas páginas já em 1895, que uma das maiores dificuldades de se viver em Campinas consistia na moradia “especialmente para a gente pobre”. Cleber Maciel destaca que a proposta inicial do jornal era investigar e publicar as causas determinantes deste estado de coisas, deste desequilíbrio entre capital e juros que vinha ferir a maioria da população menos favorecida. (1997; 50), contudo nada era feito para resolver o problema.

Em 1938, a prefeitura municipal instituiu uma comissão com a finalidade de realizar levantamento sobre as condições dos cortiços em Campinas. O resultados finais do estudo foi publicado em 1939, contendo as seguintes informações⁶⁰: (vide fig. 11)

Este estudo levado a cabo pela prefeitura, como aponta Badaró, tinha por objetivo subsidiar a aprovação de novas leis que favorecessem a construção, por parte da iniciativa privada, de habitações populares com intuito de erradicar os cortiços do centro da cidade.

“Á época, o empenho da prefeitura foi traduzido no decreto lei nº 82 de 26/12/1940 que reiterava a proibição de construir cortiços, mas estabelecia tipos habitacionais de padrão construtivo mínimo e padrão econômico mais acessível ao trabalhador. Regulamentava também a comercialização, interferindo nos preços e definindo critérios para vendas à prestação”. (Badaró, Ricardo; 1996:113)

⁶⁰ *Relatório Municipal de 1939, p 59-60. In: Badaró, Ricardo. Campinas, o despontar da modernidade.

Fig.11- Cortiços cadastrados em 1939

Cortiços cadastrados	74
Número de residências	586(famílias)
Número de residentes	2.321(pessoas)
Área de construção	16.248 m2
Locativo total	27;505\$000(mês)
Número de famílias/cortiço	7,9
Número de pessoas/cortiço	31,3
Locativo médio/m2	1\$690
Locativo médio família	46\$900
Área de construção/família	27,7m2
Pessoas/família	4
Banheiros	1:5,6 famílias
Pias	1:17,2 famílias
Fogões	1:1,9 famílias
Chuveiros	1:11,5 famílias
Tanques	1:3,5 famílias

Esta postura, longe de ser inovadora, reproduzia em sua essência muitas das indicações da Comissão de Exame e Inspeção das habitações operárias e cortiços do distrito de Santa Efigênia, SP capital, de 1893. O Relatório da Comissão trazia as seguintes recomendações:

- *Ampliar a rede de trens de subúrbios até uma distância de 15 Km da cidade, mesmo à custa do Estado.*
- *Facilitar a organização de companhias construtoras de vilas e casas operárias, “mediante favores que o Congresso do Estado conceder”*
- *Os cortiços desapropriados serão reedificados por meio de facilidades concedidas a quem os arrematar em hasta pública.*
- *Serão abertos concursos para a construção das vilas ou habitações operárias, sejam elas construídas em terrenos municipais ou para esse fim desapropriados; seus ganhadores terão as seguintes facilidades;*
 1. *A concessão durará os anos precisos para reversão do capital;*
 2. *O poder público garante a renda de 10% sobre a quantia orçada e efetivamente despendida com a construção;*
 3. *Isenção de todos os direitos municipais e estaduais sobre prédios;*
 4. *Concessão de privilégios de transporte por ônibus ou diligências se não for possível a concessão de linhas de bondes, desde o centro da cidade até a sede da vila operária;*

5. *Fixação e revisão do preço dos aluguéis pelo poder Municipal;*
6. *Os operários poderão adquirir por compra a prazo os prédios de sua habitação, precedendo aprovação da Câmara. (Blay; 1985:76)*

A proposta de favorecer a construção de vilas operárias, tanto na capital como em Campinas, é indicativa de uma polarização do espaço urbano, onde o operário, neste período associado ao pobre e desocupado, como vimos anteriormente, acaba por ser segregado em vilas fora do perímetro urbano já consagrado e distante do centro da cidade.

“Na época da passagem do século [XIX para o XX] é que surgiu o subúrbio ou periferia pobre e subequipada, como forma de inserção no espaço urbano típica das camadas de mais baixa renda.”(Villaça, Flávio;1998:227)

Desta feita, a lógica que orienta o ordenamento interno das cidades não é a da satisfação dos anseios individuais de todas as camadas da população, mas sim a viabilização dos fluxos de (re)produção e apropriação dos espaços pelo capital. Assim, a indústria e o comércio/serviços se alojarão em áreas compatíveis com suas atividades e, bairros diferentes serão criados para alojar as classes médias, médias altas e classe popular em lugares distintos na malha urbana. Mesmo que bairros operários formem divisas com bairros das classes mais abastadas, os primeiros não usufruirão todas as comodidades e equipamentos disponíveis ao segundo.

A formação das Vilas Operárias em Campinas

“A cidade de Campinas é historicamente conhecida por haver sido aristocrata, escravocrata, amante da cultura e das artes, mas também, preconceituosa e discriminadora com relação ao negro, o que acabou, paulatinamente, por determinar a expulsão da camada negra e empobrecida de sua sociedade, localizada até a década dos anos quarenta de nosso século em seu centro, para bairros periféricos, onde até os anos setenta era desvalorizada e a urbanização chegava tardiamente”.

(Von Simson, Olga; 1999:15)⁵⁷

Seguindo essa lógica, e visando favorecer a reprodução do capital, é que o Governo propõe e implementa a construção de vilas operárias fora do perímetro central, mas com uma certa infra-estrutura de transporte que cumpra sua função de trazer o trabalhador para o local de trabalho.

“O Governo propõe a construção de casas dotadas de higiene e conforto, claro que um conforto operário, dada a redução dos padrões de construção, e localizadas em terrenos mais distantes. Mas, dentro dos requisitos da lógica empresarial, prevê a extensão de sistemas de transportes ligando tais áreas aos locais de trabalho.”(Blay, Eva;1985:74)

Ao apontar e direcionar através das políticas públicas as áreas da cidade onde as vilas populares deveriam ser construídas, o poder público, também sinalizou para a iniciativa privada, ou seja, para o setor imobiliário, quais áreas se valorizariam com o tempo, pela construção e infra-estrutura urbana, entrando assim, em ação, a especulação imobiliária.

Além das iniciativas apoiadas pelo governo, empresários locais investiram na criação de vilas para trabalhadores. Podemos citar como exemplo as Vilas Manoel Freire (1915) e Manoel Dias (1918), construídas na Vila Industrial. Hoje, encontram-se abandonadas e deterioradas. O jornalista Benedito Pupo relembra o fato:

“O Sr. precisa ver, ali há um estudo a casas populares, mas está muito bem equilibrado. Teve um plano, aquela foi planejada, por que tem uma entrada, tem um “t”, ela forma um “t”, o vertical do “t” a base está na rua Vinte e Quatro de Maio e a saída na Sales de Oliveira.”⁵⁸

⁵⁷ von Simson, Olga Rodrigues de Moraes. Da “Bastilha negra” à proletarização: Bairro, identidade e memória de espaços negros de Campinas. Campinas. Centro de Memória da Unicamp. 1999. Relatório de pesquisa, processo CNPq nr.522322/94-8 (RE). Campinas. CMU

⁵⁸ Entrevista concedida ao autor em 02 de junho de 2001.



Fig. 12 - A ilustração reproduzida acima, foi retirada de folheto produzido pela Construtora e Imobiliária Tropical de Piracicaba com o aval da Prefeitura Municipal de Campinas. O folheto destinava-se a promover a restauração para posterior venda/aluguel das casas para o comércio. Data de circulação/edição 1995. Autor não informado.



Fig. 13- Devido ao abandono, diversos atos de vandalismo são realizados no interior da Vila Manoel Freire.⁵⁹

Na década de 50, notabilizaram-se como construtores de Vilas para operários as Caixas de Aposentadorias juntamente com a Fundação para a Casa Popular.

⁵⁹ Fotos: Arquivo pessoal R.Gonçalves

Fig. 14 - Conjuntos Habitacionais para Trabalhadores construídos em Campinas de 1942 a 1954

Ano	Cj. Hb.	Nº de Casas	Metro quadrado de construção	Construtor	Protocolo Prefeitura / ou Local ⁶⁰
1942	Vila da Prefeitura	24		P. Municipal de Campinas	Bosque
1946	Particular	48		Particular	*
1947	CAP Zona Mogiana	46		Caixa de Apos. e Pensionistas Mogiana	Bonfim / Vila Teixeira
1949	Vila Carmela Dutra	93		Caixa de Apos. e Pensionistas Cia Paulista	Proença
1950	IAPC – chácara da Barra	50		Inst. dos Apos e Pensionistas Comerciais	Chácara da Barra
1950	IAPI – Vila Teixeira/ Bonfim	328	Grupos do 2 ao 30 todas com 60,50m ²	Inst. dos Apos. e Pensões dos Industriários	9065/50 de 15/05/50 Hab. 17/08/53
1952	CAP Zona Mogiana	100		Caixa de Apos e Pensionista Mogiana	Vila Teixeira
1953	IAPC – N. Campinas		Não informado	Instituto de Apos. e Pensões dos Comerciais Cia. Construtora Cosmopolitana	9885 de 07/05/53
1954	São Bernardo	118 75 52	Não informado	Fundação da Casa Popular / Eng.Cons. Cotelma Ltda	1327 de 19/01/54 Hab. 15/12/48

⁶⁰ Dados com data de protocolo na Prefeitura, levantado pelo autor junto a Secretaria de Planejamento, demais vide Carvalho, Edeir. Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas. 1870 – 1956. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH Unicamp. 1991.



Fig 15- Casas populares construídas no Bairro São Bernardo – Campinas, na década de 50.

Fotos: R.Gonçalves

Fig.16 - A predominância étnica dos primeiros moradores era de negros e em grande parcela de ex-moradores de cortiços.



É lembrado freqüentemente pelos moradores do Parque Industrial, a rivalidade existente entre os moradores destes dois bairros, que em muitas vezes evoluía para agressão física quando um morador “invadia” o território do outro. Até hoje o bairro do São Bernardo é dividido em duas partes, a nova e a velha, sendo a primeira muito mais valorizada do que a segunda. Com a implantação da ditadura militar o governo passa a assumir a iniciativa de financiar e construir as vilas operárias, dando início a criação de grandes conjuntos habitacionais destinados à classe operária, novas frentes de desenvolvimento urbano são delimitadas. Contudo, persistindo a preferência pela porção sudoeste da cidade para a alocação dos novos conjuntos habitacionais. (Vide tabela, fig. 17).

Fig. 17 - Conjuntos Habitacionais para Trabalhadores construídos em Campinas na década de 60 a 90

Ano	Cj. Hb.	Nº de Casas	Aptos	Metro quadrado de construção	Construtor	Protocolo ⁶¹ Prefeitura
1962	Vila Estanislau			Terreno de 4.306m ²	Prefeitura M. de Campinas	971/62 Hab. 17/08/62
1966	Vila Rica	487		Tipo I – 29,38m ²	Cohab	8778 de 11/03/68 Hab.18/07/68
1967	Grupo de Res. Singulares Vila Aurocam	67 70 31 60		Tipo I 30,00m ² Tipo II 45,00m ² Tipo III 60,00m ² Tipo IV 70,00m ²	Coop. Hab. Intersindical Princesa D'Oeste. Hab. Barreto Leme/ Independência	48617 de 30/11/67
1967 e 1968	Vila Castelo Branco (antiga Vila Bela)	234 711 167		Tipo 1–29,73m ² Tipo 2–37,38m ² Tipo 3–45,53m ²	Cohab -	16198 de 20/05/68 Hab. 17/04/70
1968	Baronesa				Bierrenbach de Castro Cia Ltda	10099 de 21/03/68
1968 e 1973	Jd. Profa. Tarcília	01 01 02 64 28 38		Tipo I–33,00m ² Tipo II–45,00m ² Tipo III–60,00m ² Tipo IV–70,00m ² Tipo V–70,05m ² Tipo VI–70,16m ²	Coop. Hab. dos Servidores da Escola Preparatória de Cadetes	5955 de 12/02/68 Hab.22/09/71 Alvará 7088 de 31/08/71 p/ tp I aoIV Hab. 17/05/75 Alvará 1922 de 16/03/73 p/ tp V e VI
1968	Vila Santana I – Sousas	134 50 20		Tipo I–41,00m ² Tipo II–49,00m ² Tipo III–55,00m ²	Cohab – Campinas	33345 de 23/10/68 Hab. 15/09/69
1969	Parque Itália	54			Cohab	*
1969	Vila Boa Vista	500 454 160 160 160 100		Plano 2–41,00m ² Plano 2–39,00m ² Plano 3–45,00m ² Plano 3–47,00m ² Plano 3–49,00m ² Plano 4–55,00m ²	Cohab Projeto de Alberto Alexandre Nassralla	32609 de 16/10/68 Hab. 15/12/70
1969	Vila Teixeira	85 126 52 61		Tipo I–33,00m ² Tipo II–45,00m ² Tipo III–60,00m ² Tipo IV–70,00m ²	Coop. Intersindical Princesa D'Oeste	3660 de 22/01/69 Hab. 04/07/72 Alvará 1382 de 21/10/69

⁶¹ Dados com data de protocolo na Prefeitura, levantados pelo autor no setor de Secretaria de Planejamento, demais sítio oficial da COHAB Campinas. www.cohabcampinas.gov.br

Ano	Cj. Hb.	Nº de Casas	Aptos	Metro quadrado de construção	Construtor	Protocolo ⁶¹ Prefeitura
1970	Costa e Silva	1.531		Não informado	Cohab – Campinas	34744 de 10/09/69 Hab. 30/04/70
1970	São Bernardo		188 350	Tipo A – 39,06m ² Tipo B – 45,02m ²	Coop. Intersindical Princesa D'Oeste Lopez Pimentel Eng.	18221 de 25/06/70 Hab. 01/12/75 Alvará 566 de 17/06/74
1970	São Bernardo		180 298 230 221	Tipo I – 33,06m ² Tipo II – 45,02m ² Tipo III – 60,04m ² Tipo IV – 70,05m ²	Coop. Intersindical Princesa D'Oeste Lopez Pimentel Eng. Civil	3502 de 28/01/70 Hab. 03/12/75 Alvará 151 de 10/06/74
1970	Vila 31 de Março	135 38 373		Tipo I – 49,17m ² Tipo II – 55,25m ² Tipo III – 41,49m ²	Cohab – Campinas	40057 de 12/12/69 Hab. 27/04/70 Alvará 3210 de 09/06/70
1972	Jd. Amazonas				Coop. Hab. Barão Leme	3411 de 02/02/72
1972	Vi. Campos Sales	350			Cohab	
1973	Orozimbo Maia	268		Não Informado	Cohab – Campinas	*
1973	Miguel Vicente Cury	124 282 192 119 49		Tipo I – 29,70m ² Tipo II – 37,70m ² Tipo II – 40,20m ² Tipo II – 43,91m ² Tipo III – 51,74m ²	Cohab – Campinas	31253 de 30/10/74 Hab. 21/02/75 Alvará 6212 de 07/02/75
1973	Parq. Itália	54			Cohab	
1973	Terrenos Diversos	267			Cohab	
1974	Condomínio Julio de Mesquita		532	Não informado	Cohab - Campinas	8418 de 28/03/72 Hab. 11/12/72 Alvará 9148 de 19/05/72
1976	Perseu Leite de Barros	446		Não informado	Cohab - Campinas	*
1976	Padre M. da Nóbrega I	254			Cohab	
1977	Conj. Res.Jd. Amoreiras	70 131		Tipo A – 52,82m ² Tipo B – 72,68m ²	Coop. Hab. Jd. Amoreiras	25379 de 07/10/77
1978	Padre. M. da Nobrega		448		Cohab	
1978	Padre M. da Nóbrega II	520			Cohab	
1978	Padre M. da Nobrega III	322			Cohab	

Ano	Cj. Hb.	Nº de Casas	Aptos	Metro quadrado de construção	Construtor	Protocolo ⁶¹ Prefeitura
1980	Padre Anchieta	2492			Cohab	
1980	V. Santana II e III	80+ 24			Cohab	
1981	DIC I	535			Cohab	
1981	DIC I Embriões	506			Cohab	
1981	DIC II	433			Cohab	
1981	Padre Anchieta		1072		Cohab	
1982	DIC I		624		Cohab	
1982	DIC II		288		Cohab	
1982	Padre M. da Nóbrega.		480		Cohab	
1984	DIC III Rui Naves	332	300		Cohab	
1985	DIC IV – Lech Walesa	318	352		Cohab	
1986	Parque Itajaí I	556			Cohab	
1990	DIC V 1 fase	443	480		Cohab	
1990	DIC VI	1204	720		Cohab	
1990	Parque Itajaí 2ª fase	281	200		Cohab	
1990	Parque Floresta 1ª fase-embriões	402			Cohab	
1993	DIC V 2 fase	85			Cohab	
1993	DIC V 3 fase	271			Cohab	
1993	DIC V 4 fase	376			Cohab	
1993	Pq. Itajaí 3ª fase embriões	308			Cohab	
1993	Pq. Itajaí 4ª fase embriões	383			Cohab	
1998	Padre. Anchieta – Casa Idoso	02			Cohab	
1999	Jd. Conceição	59			Cohab	

Mapa de 1990 com a localização das Vilas Populares construídas pela Cohab e Inocoop até o ano de 1990.⁶²

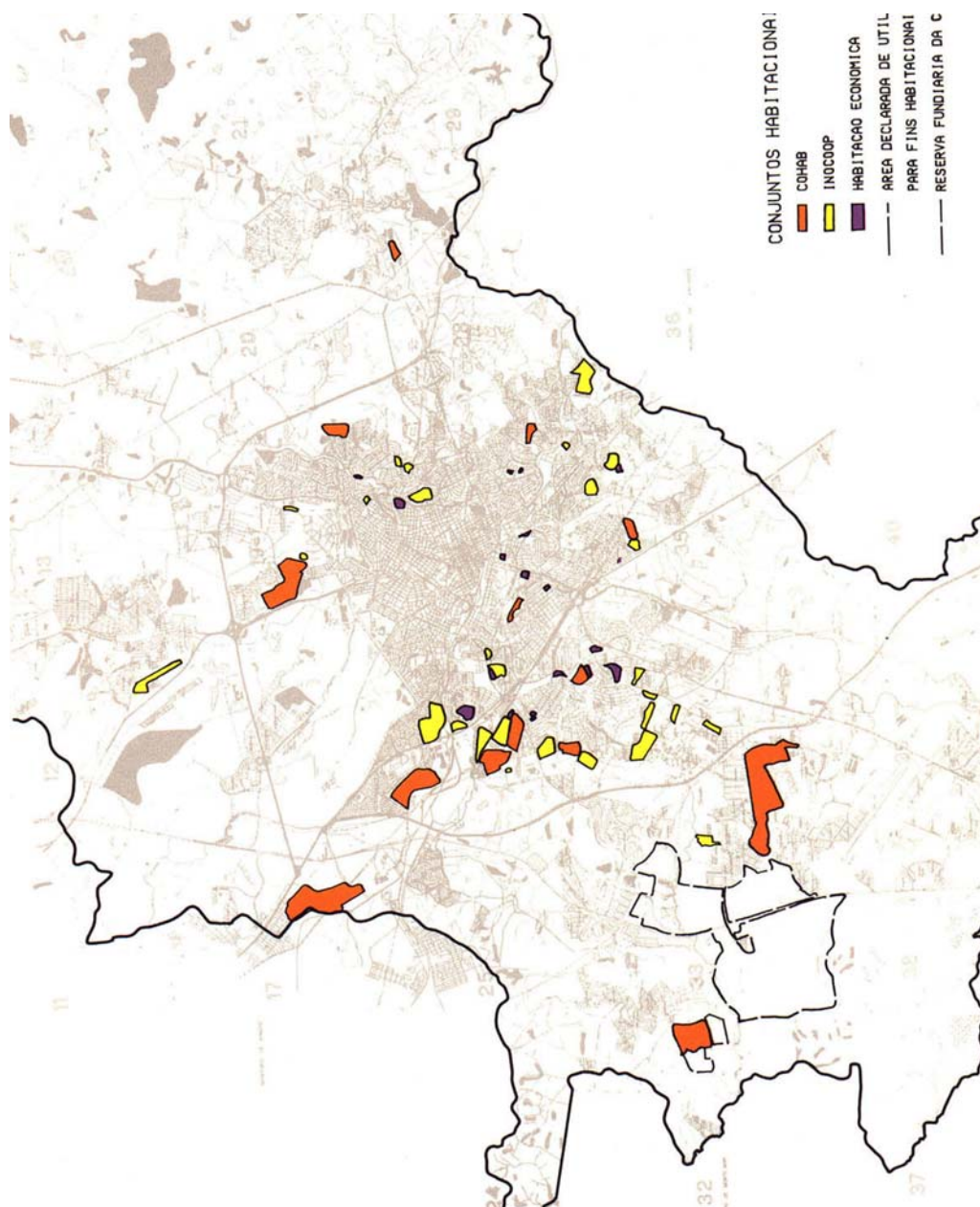


Fig.18 - Mapa da Cidade de Campinas com a Indicação da localização das vilas populares construídas até 1990. Em abóbora, vilas construídas pela Cohab; em amarelo Inocoop e em roxo habitações econômicas

⁶² Fonte: Plano diretor de Campinas 1991

*Fig.19 -Embrião
Profilurb – Conjunto
Habitacional
Monsenhor Luiz
Fernandes de Abreu –
DIC I*



Fotos: Plano diretor de
Campinas 1991

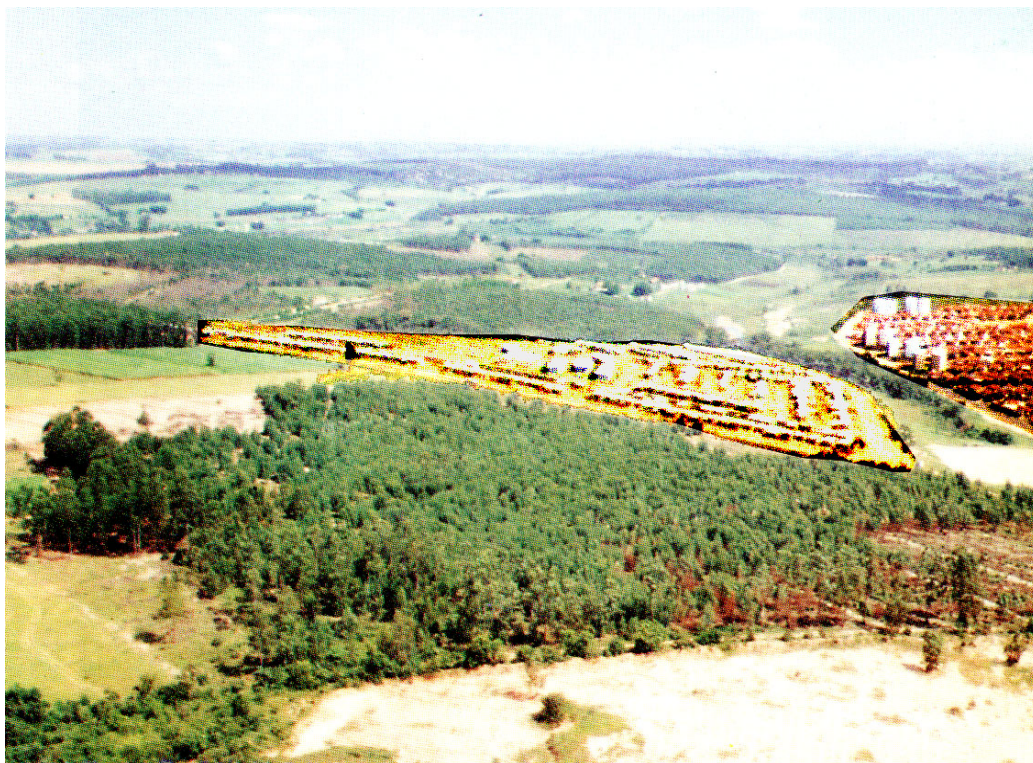


Fig. 20 - Vista parcial do Núcleo Residencial Parque Itajaí e Parque Floresta. Nota-se que o entorno constituía-se por grande vazios urbanos, hoje está praticamente todo tomado por loteamentos e invasões.



Fig. 21 - Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega. Diferentemente da Vila Rica e Vila Castelo Branco, neste conjunto Habitacional, as residências dividem espaço com o comércio. Nas Vilas Castelo Branco e Rica o comércio foi alocado em seu entorno.



Fig. 22 - Vista aérea do Conjunto Habitacional Padre Anchieta.

Vila Bela: contexto de criação

“Foi ao amanhecer de 1º de abril de 1964. Na véspera o presidente João Goulart viajara para o Rio ignorando que o país já estava mergulhado na crise que poria fim ao seu governo. (...) Dois dias depois, um Goulart relutante atravessara a fronteira do Uruguai, refúgio habitual de exilados políticos sulamericanos”. (Skidmore, Thomas; 1988:19)⁶³

O contexto político⁶⁴ e econômico brasileiro nos idos de 64 não eram dos mais tranquilos. A inflação alcançava níveis alarmantes, de janeiro a março o índice apontava para taxas de até 144% ao ano. O governo Goulart, encontrava-se sem crédito no exterior e a beira da insolvência, acumulando uma dívida externa na casa do US\$ 3 bilhões, a inflação do ano anterior chegava a 100%. E o déficit a 4,2% do PIB.

No campo político Goulart acumulava inimigos influentes e de grande destaque, como Carlos Lacerda, que aliado aos militares insatisfeitos, tramaram e levaram a cabo a insurreição. Para esses militares, João Goulart estaria levando o país para um estado socialista, onde os valores, segundo eles, morais e as instituições tradicionais seriam extintos. Após o golpe de abril, uma das primeiras medidas a ser tomada pelos militares, além da edição dos Atos Institucionais, foi a adoção do Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG - formulado por Campos e Bulhões⁶⁵, um calhamaço de 240 páginas que diagnosticava que o maior problema do Brasil a ser resolvido era a inflação, e que esta era causada principalmente pelo excesso de demanda, que por sua vez tinha as seguintes causas: déficits no setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário.

De posse desse diagnóstico, Campos e Bulhões puseram em prática o PAEG. Atacaram o déficit governamental, não pelo corte de gastos, mas sim pela melhoria do sistema de arrecadação, pelo corte de subsídios a autarquias e sociedades de economia mista e contenção de salários entre outras. De fato, nos anos imediatamente subsequentes a adoção do PAEG, houve uma diminuição da inflação e do déficit público (vide tabela). Contudo, apesar da expansão monetária continuar elevada, o crédito bancário ao setor privado sofreu uma forte retração, ocasionando falências generalizadas e desemprego. Devido a estas medidas as taxas

⁶³ Skidmore, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.

⁶⁴ Neste trabalho não abordaremos a questão política em seu aspecto da repressão ou dos movimentos de resistência, armados ou não. Apontaremos de forma genérica o contexto econômico que possibilitou a implantação dos grandes conjuntos habitacionais para a classe operária de baixa renda.

⁶⁵ Roberto Campos e Otávio Bulhões foram recrutados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Guanabara (IPES-GB), um grupo de pressão do Rio de Janeiro patrocinado por empresários. Roberto Campos fora Ministro do Planejamento de destaque do governo Kubitschek, apresentou sua renúncia após a deposição de Goulart mas foi mantido no cargo.

de crescimento de 1964 a 1967 foram as mais modestas, caracterizando a maior recessão desde os anos trinta.



Fig. 23 - Castelo Branco recebe a faixa presidencial a 15 de abril de 1964, com a promessa de estabilizar a economia e restabelecer a moralidade ao serviço público e defender o Brasil dos perigos do comunismo, bem como fortalecer os valores morais da sociedade.

Fig. 24 - Expansão Monetária, Inflação, Crescimento e Déficit do Tesouro, 1964-1967⁶⁶

Ano	Expansão Monetária	Inflação	Crescimento do Produto	Déficit / PIB
1964	81,6	91,9	2,9	3,2
1965	79,5	34,5	2,7	1,6
1966	13,8	38,3	5,1	1,1
1967	45,7	25,0	4,8	1,7

Seguindo no campo econômico, o governo Castelo Branco, institui as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs; cria a caderneta de poupança com correção monetária pelas ORTNs, extingue em 1965 a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que fora criada em 1947 como Agência Coordenadora da Política Monetária,

⁶⁶ Fonte: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas. In: Silva, Helio. História da República Brasileira. Os Governos Militares 1969-1974. Editora Três.1975

transformando-a no Banco Central do Brasil. Extingue a fundação para a Casa Popular, que acumulava denúncias de clientelismo e baixa eficiência e cria o Banco Nacional de Habitação – BNH – pela Lei 4380 de 1964. Instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, lei 5.107 de 1966. Tanto a criação do BNH como a instituição do FGTS teve impacto importante na construção civil, pois o dinheiro depositado nas contas do FGTS era gerido pelo BNH que passara a ditar e financiar o mercado imobiliário. De 1968 a 1974, a economia brasileira teve notável recuperação, cresceu a taxas de 10% ao ano, fenômeno este sem paralelo na economia nacional, sendo chamado de o milagre brasileiro. (vide tabela)

Fig. 25. Expansão Monetária, Inflação e Crescimento, 1968 a 1974⁶⁷

Ano	Expansão Monetária	Inflação	Crescimento do Produto
1968	39,9	25,4	9,3
1969	32,5	20,2	9,0
1970	25,8	19,3	9,5
1971	32,3	19,5	11,3
1972	38,3	15,5	10,4
1973	47,0	15,1	11,4
1974	34,0	35,4	9,4

O BNH: Política Habitacional

“A habitação popular e a construção civil aparecem como saída para a recessão (grifo do autor). O BNH aparece com seus objetivos mais fundamentais – os econômicos, com seu sentido e a sua função ideológica” (Lehfeld, Neide; 1988; 28).

A criação do BNH pela ditadura militar teve impacto direto tanto na oferta de moradia como na de emprego para os trabalhadores de baixa renda. Em sua estrutura, como nos explica Neide Lehfeld, o BNH foi dividido em três:

⁶⁷ idem

1 – As Companhias Habitacionais Cohabs, que tinham por objetivo atender a população de mais baixa renda, de até cinco salários mínimos mensais. Sua estratégia era formar parcerias com as prefeituras para a realização desta política.

2 – As Cooperativas Habitacionais – INOCOOPS – atendem as famílias de três a seis salários mensais.

3 – Caixas Econômicas, Associações de Poupança e Empréstimos e Sociedade de Crédito Imobiliário, para atendimento às famílias com renda superior a seis salários.

Em seu princípio, os empréstimos obedeceram a dois objetivos específicos: primeiro - erradicação de favelas e atendimento a população de baixa renda; segundo - atendimento as demais camadas da população. A diferença situa-se na forma de reajuste das prestações, enquanto o primeiro o reajuste era atrelado ao salário mínimo, o segundo era trimestral.

Esta fórmula persistiu até meados de 1970, quando o primeiro passa a ser reajustado pela Equivalência Salarial – PES, e o segundo pelo Plano de Correção Monetária - PCM. A novidade do PES era que o saldo devedor era assumido pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais, que de certa forma subsidiaria parte da dívida das habitações populares e construções destinadas às classe média e alta. A partir de 1974, o BNH modifica novamente o sistema de correção dos financiamentos, abandonando a tabela *Price* e adotando o Sistema de Amortização Constante – SAC. Este novo modelo trazia o inconveniente de as prestações iniciais serem elevadas, problema este resolvido pela ampliação dos prazos de pagamento.

A fundação da COHAB em Campinas

“Considerando o número apreciável de cortiços e favelas existentes em nossa cidade (...) em virtude da carência de moradia atualmente existente em Campinas, o Exmo Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ruy Hellmeister Novaes, criou, pela lei nr. 3213 de 17 de fevereiro de 1965, a Cohab Campinas”⁶⁸

A criação da Cohab-Campinas foi recebida com um pouco mais de entusiasmo que a atuação da Fundação da Casa Popular, onde certa parcela da população não acreditaria que existisse procura para as casas oferecidas. Veja o comentário do Sr. Rubem Camargo Rangel publicado no Jornal Correio Popular de 24 de setembro de 1948.

⁶⁸ Texto publicado no Jornal O Município, data aproximada primeiro semestre de 1965. O recorte encontra-se nos arquivos da Biblioteca Municipal de Campinas, infelizmente não existe indicação na pasta da data precisa de sua publicação ou da editora.

“O número de interessados pela aquisição de Habitações, deverá ser bastante reduzido, como sempre foi nas carteiras imobiliárias das Instituições de Previdência ou mesmo nas empresas particulares”⁶⁹

Como Edemir demonstra mais a frente em seu trabalho, o Sr. Rubem Rangel estava redondamente enganado, apareceram 1350 pessoas interessadas em umas das 245 unidades ofertadas, demonstrando assim que o problema habitacional já se instalara com toda a sua força em Campinas. A preocupação que se fortalece, neste momento, é quanto a proliferação dos cortiços no centro e o aparecimento das primeiras favelas na periferia da cidade. Tanto a Fundação da Casa Popular como a recém criada Cohab-Campinas tem por objetivo a erradicação completa dos cortiços e sub-moradias.

Vila Rica: a contradição de um nome.

Dizendo-se impressionada com a rapidez com que estão sendo construídas as casas populares e a escola-parque na Vila Rica, a Sra. Sandra Cavalcanti retornou ontem ao local que já visitara em julho, quando assinou em Campinas o convênio entre o Banco Nacional de Habitação e a Prefeitura para o financiamento de residências proletárias na cidade.” (Correio Popular; 22/20/65)

Dentro dessa política, o Conjunto Habitacional Vila Rica, foi o primeiro a ser erguido pela ditadura militar em Campinas. Situado na região sudoeste, logo após a via Anhanguera, (vide mapa) este conjunto foi o marco da nova política habitacional para a população de baixa renda no município. A seleção dos futuros moradores da Vila Rica se deu através dos seguintes critérios: 1º - famílias moradoras em barracos ou sub-habitações; 2º - funcionários públicos mais necessitados; 3º - cortiços e 4º - expropriados pela prefeitura.

Após passarem pela triagem inicial, as famílias pré-selecionadas tinham que comprovar renda, tempo de residência na cidade, e número de dependentes, além de não possuir nenhum outro imóvel. No texto publicado no *Municipiário*, consta, mesmo que aparentemente de forma involuntária, uma denúncia sobre a utilização política da destinação das casas do núcleo.

“Carinho todo especial foi dedicado aos funcionários da Prefeitura, na seleção para a aquisição da casa própria” (O Municipiário)

⁶⁹ In: Carvalho, Edemir. Crise Urbana e habitação Popular em Campinas – 1870 – 1956. Dissertação de Mestrado, 1991 – IFCH – Unicamp.

Fig. 27 - Mapa Rodoviário de Campinas 2001⁷⁰

Localização das Vila Rica (roxo) e Castelo Branco (azul). Em vermelho, destaque para o centro de Campinas. Para a época, os bairros situados após a via Anhanguera eram considerados “o fim do mundo”, da mesma forma que os DICs foram tratados na época de sua implantação após a Rodovia dos Bandeirantes.

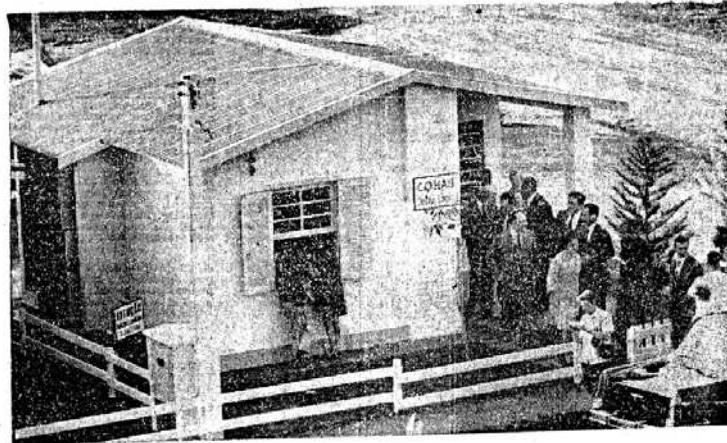
⁷⁰ Objetivando facilitar a localização das vilas populares estudadas, optou-se por utilizar como base o Mapa Rodoviário de Campinas publicado na lista telefônica Listel 2001

O Jornal, que reproduzimos a seguir, destaca a rapidez com que as obras foram executadas. No recorte da página seguinte destacamos um dos critérios utilizados para a distribuição das casas

Fig. 28 - A cada etapa da obra novas visitas de autoridades locais e nacionais. Nesta inspeção, estavam presentes a presidente da Cohab-Campinas Sra. Ana Maria Afonso Ferreira, Sandra Cavalcanti, presidente do Banco Nacional de Habitações, Georges de Almeida Magalhães, Superintendente do Serviço Federal de habitação e urbanismo, o prefeito Ruy Novaes e assessores como Salvador Scarcelli, Vicente De Marchi e Reynaldo Calil.

— CORREIO POPULAR — 22 de Outubro de 1965

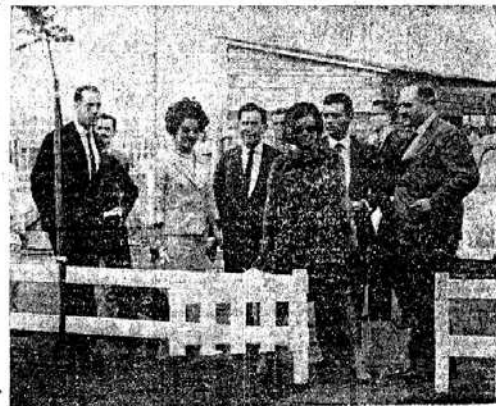
A RAPIDEZ DAS OBRAS NA VILA RICA IMPRESSIONOU



Uma das duas casas populares já concluídas na Vila Rica e que servem de padrão para as demais quatrocentas e cinquenta do loteamento. Nela funciona o escritório da COHAB.

Dizendo-se impressionada com a rapidez com que se estão construindo as casas populares e a escola-parque na Vila Rica, a sra. Sandra Cavalcanti retornou ontem ao local que já visitara em julho, quando assinou em Campinas o convênio entre o Banco Nacional de Habitação e a Prefeitura para o financiamento de residências proletárias na cidade, dentro do Plano Nacional de Habitação. A presidente do Banco Nacional de Habitação chegou a Campinas há poucos minutos, descendo em Viracopos acompanhada do superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, sr. Georges de Almeida Magalhães e de assessores, recebida pelo prefeito Ruy Novaes e pela presidente da Companhia Habitacional de Campinas, sra. Ana Maria Afonso Ferreira e assessores, sr. Salvador Scarcelli, Vicente De Marchi e Reynaldo Calil, respectivamente diretores financeiro e administrativo da COHAB. A sra. Sandra Cavalcanti visitou demoradamente as casas-padrão (duas) já terminadas e que servem de modelo para as demais quatrocentas e cinquenta.

Em seguida, toda a comitiva visitou o local já escolhido para receber a segunda fase de aplicação do Plano Nacional de Habitação em Campinas, através da construção de um grupo de outras trêscentas e cinquenta casas populares. A escola



A entrada de uma das casas-padrão, a presidente da COHAB local, sra. Ana Maria Afonso Ferreira, conduz os visitantes: sra. Sandra Cavalcanti, presidente do Banco Nacional de Habitação, sr. Reynaldo Calil, Vicente De Marchi, Salvador Scarcelli e o prefeito Ruy Novaes.

foi aprovada pelos técnicos do BNH e do SFRPAU (que lhe presta assessoria técnica) e deverá receber as primeiras construções já no

início do próximo ano, antes mesmo do término do primeiro grupo, cuja conclusão está marcada, por cláusula contratual, com firma compromissória para o dia 29 de janeiro.

coquetel em uma das casas já terminadas na Vila Rica a sra. Sandra Cavalcanti acompanhada de seus assessores, retornou, ainda na tarde de ontem, para o Rio de Janeiro.

Fig. 29 – Em destaque o tratamento preferencial dado ao funcionário público

MUNICIPIÁRIO

CAMPINAS E A COHAB

Uma organização modelo, que trabalha com os métodos mais aperfeiçoados

As Cohabs — órgãos executores do plano nacional de habitação — são sociedades de economia mista e têm por objetivo o estudo e a solução do problema da habitação popular, planejando e executando, prioritariamente, a arradiação de moradias que apresentem condições semelhantes às favelas, substituindo-as por casas que possuam os requisitos mínimos de habitabilidade.

Considerando o número apreciável de "cortiços" e "favelas" existentes em nossa cidade, os quais se ressentem das exigências mínimas de conforto e higiene requeridas, e dada a impossibilidade material de ser imediatamente resolvido este problema, pela sua supressão, em virtude de carência de moradia atualmente existente em Campinas, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ruy Hellmeister Novaes, criou, pela Lei n.º 3213 de 17 de fevereiro de 1961, a COHAB-CAMPINAS, COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS, sociedade de economia mista, cujo capital majoritário pertence à Prefeitura, sendo esta, portanto, a maior acionista.

Posteriormente, para o financiamento da 1.ª etapa da construção das casas populares, nesta cidade, foi assinado, em 7 de junho de 1965, o convênio COHAB-Campinas — BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, no valor de Cr\$ 600.000.000.

Escolha do Local

Para a primeira etapa de construção das casas populares, a Assessoria Técnica, juntamente com a Diretoria da COHAB-CAMPINAS, após vários estudos e visitas por toda a cidade, houve por bem escolher uma gleba de terreno, situado nas proximidades da via Anhanguera, entre o Jardim do Lago e Jardim Novo Campos Elísios, gleba essa que foi imediatamente desapropriada pela Prefeitura.

Pelas suas condições geográficas, trata-se de local amplamente privilegiado, de fácil acesso, abundantemente arborizado, localizado em zona industrial e já servido por transporte coletivo.

As casas

As casas, conforme modelos padronizados pelo 'SER

FHAU" — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, são construções sólidas de bom acabamento e possuem as condições mínimas de habitabilidade exigidas. Com 36 metros quadrados de construção e terreno de 128 metros quadrados de área, contém: sala, quarto, cozinha, banheiro e área de serviço, sendo que a sua construção é dotada de um dispositivo que permite o aumento imediato de mais dois cômodos.

Cada casa conterá ainda um sofá-cama e um beliche com quatro colchões.

A Vila

O conjunto residencial construído, num total de 487 casas, recebeu a denominação de "Vila Rica" e as obras fo-

maior índice de sub-habitação, dividiu-se a cidade em quatro zonas distintas, a serem desfaveladas.

Obedecendo esta demarcação, fez-se um levantamento sócio-econômico das famílias, nos locais onde observou-se maior índice de sub-habitação. Este levantamento foi realizado em todas as favelas e cortiços existentes na cidade, através de entrevistas individuais e familiares.

Após estes estudos foram adotados os seguintes critérios para a seleção:

- 1.º — barracos ou sub-habitações.
- 2.º — funcionários mais necessitados.
- 3.º — cortiços.



Um dos inúmeros cortiços visitados pelas assistentes sociais da COHAB

ram iniciadas em 29 de setembro de 1965 e serão entregues ainda este mês.

A Vila Rica será dotada de todos os melhoramentos públicos: (água, esgoto, pavimentação e iluminação) e ainda: administração, praça de esporte, posto policial, centro comercial, serviço médico-dentário, moderníssimo parque-escola e serviço social permanente.

Seleção

Para a seleção, num trabalho insano desenvolvido pelas assistentes sociais da Cohab, visitou-se toda a cidade de Campinas, a fim de se ter conhecimento objetivo, real da situação habitacional e, baseando-se no conhecimento dos locais que apresentam

- 4.º — expropriados da Prefeitura.

e, para prioridade no atendimento, foram observados:

- a) — Possibilidade aquisitiva.
- b) — necessidade econômica.
- c) — residir no local a um prazo X.
- d) — não possuir imóvel.
- e) — número de dependentes.

Carinho todo especial foi dedicado aos funcionários da Prefeitura, na seleção para a aquisição da casa própria. Mais de 150 famílias de funcionários (quadro de operários), foram visitadas e, dentre estas, as 75 que se apurou serem as mais necessitadas foram contempladas.

E nos primeiros meses de 1966, os jornais de Campinas estampam em suas páginas os detalhes da inauguração da Vila Rica e, já anunciam a compra e inícios dos trabalhos para a construção da Vila Bela. Fig. 30

Festividades assinalaram inauguração da Vila Rica

Foram inauguradas ontem, oficialmente, as 485 casas populares da Vila Rica, construídas pela COHAB, através de financiamento do Banco Nacional da Habitação. As solenidades, que tiveram início às 10,30 horas, constaram de corte da fita simbólica, pelo prefeito e sr. Luiz Gonzaga Nascimento Silva, presidente do BNH, inaugurando a Vila, discursos, bênção solene por D. Paulo de Tarso Campos, arcebispo Metropolitano, inauguração do parque-escola construído pela Prefeitura ao lado do núcleo residencial e missa campal às 17 horas, com a participação dos moradores. Entre as autoridades presentes, destacavam-se os srs. Luiz Gonzaga Nascimento Silva, presidente do BNH, prefeito municipal, sra. Anna Maria Afonso Ferreira, presidente da COHAB, cel. Edmundo Costa Neves, comandante da Guarnição Militar, cel. Hélio João Gomes, comandante do 5.º GCm, prof. Ataliba Nogueira, secretário de Educação e Cultura do Estado, ed. José Theófilo Albejante e Júlio da Silva Batista pela Câmara Municipal, major Rui Ortiz da Siqueira, pelo comando do

1.º BCCL, profa. Jacy Milani, secretária de Educação e Cultura, sr. Elvino Silva, secretário dos Negócios Internos e Jurídicos, sr. Alfredo Gomes, Júlio, secretário das Finanças e capitão Hernani Benedito de Tolosa, comandante do 2.º Grupamento de Bombeiros, além de prefeitos da região e funcionários da COHAB.

INAUGURAÇÃO

Após o corte da fita simbólica, as autoridades se concentraram num palanque especialmente armado. Ao cargo do serviço de som da Secretaria de Educação e Cultura foi tocado o Hino Nacional seguindo depois discursos a cargo da sra. Anna Maria Afonso Ferreira, prefeito municipal e sr. Luiz Gonzaga Silva, todos ressaltando o significado da Vila Rica no setor habitacional de Campinas. Ao sr. Luiz Gonzaga Nascimento Silva foi entregue um ramalhete de flores por uma moradora da Vila Rica.

PARQUE-ESCOLA

Após a inauguração da Vila Rica as autoridades se dirigiram para o parque-escola construído pela Prefeitura, que também foi inaugurado oficialmente. O moderno estabelecimento de ensino completa o conjunto de obras da Vila Rica e beneficiará a todas as crianças do núcleo residencial e adjacências.



O sr. Luiz Gonzaga Nascimento Silva, quando discursava na inauguração da Vila Rica.

A lista de autoridades civis e militares destacada pelo jornal também não foi pequena, contudo pouca importância foi dada aos mais interessados na festa, os novos moradores. Destacamos a seguir trechos da reportagem de interesse da pesquisa. Pois as condições apresentadas pouco se alteraram para a aquisição das casas na Vila Bela, com exceção da ajuda para mudança que foi bastante restrita.

Fig. 31

Sorteio e Escrituras

A partir de 1.º de março p.p. iniciou-se, dentre as famílias contempladas, o sorteio o contemplado assinava a escritura de compromisso e já saía de posse da mesma, contente e jubiloso, chegando, mesmo a chorar de alegria, tal era a certeza que levava por já ter onde morar.

Esta modalidade empregada, ou seja o sorteio, visa evitar a escolha de local privilegiado, e perdurou até o dia 16, num atendimento diário de 40 famílias.

Mudança

A mudança dos contemplados será feita pela própria

COHAB, através de "peruas" e caminhões, gentilmente cedidos pela Prefeitura e pelas guarnições militares de Campinas. Iniciar-se-á dia 28 p.f. e será efetuada em grupos de 20 famílias por dias.

Pagamento

As condições de pagamento são as seguintes: Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) de entrada e 180 (cento e oitenta) prestações mensais na base de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente na época. Entretanto, diante da quase maioria das famílias não oferecerem condições para o pagamento inicial a Diretoria da COHAB-Campinas solucionou o problema estabelecendo um sistema de pagamento flexível, isto é, dividiu também a entrada em prestações mensais, de acordo com a possibilidade de cada família.

Vila Bela

Para a construção do segundo grupo residencial (600 casas), foi escolhido o local denominado VILA BELA, gleba de terreno já desapropriada e atualmente nos primeiros estudos topográficos. Os trabalhos vêm se desenvolvendo em ritmo acelerado, e, como a Vila Rica, brevemente será entregue a outros pretendentes à casas populares.

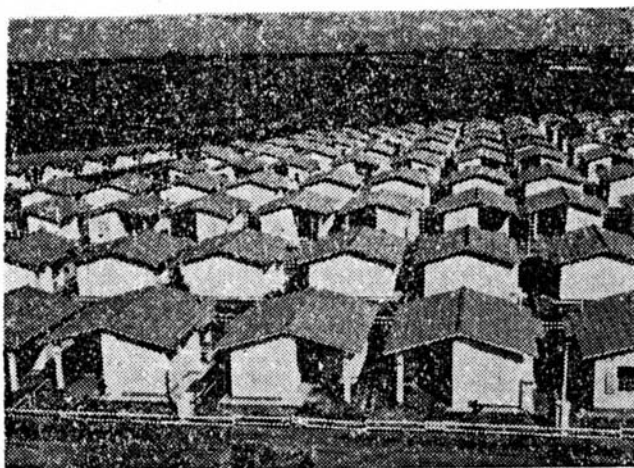


Fig. 32 - Vista parcial da Vila Rica antes da ocupação das casas.

Capítulo 3

Recompondo a trajetória de criação da Vila Castelo Branco através de depoimentos

Uma explicação necessária

“A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos: todo estudioso está engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa.” (Queiroz, Maria Isaura;1999:13)⁷¹

A escolha do material que comporá o relatório final de uma pesquisa não consiste em tarefa fácil e sem perdas. Com este trabalho não se procedeu de forma diversa. Do material coletado, fotografias, documentos e depoimentos, apenas uma parte foi efetivamente utilizada. Este fato se deu principalmente pela escassez de tempo para a análise, sistematização e checagem das informações coletadas devido a mudança de objeto de pesquisa efetivada no início de fevereiro de 2001. Desta feita, dediquei o segundo trimestre do ano passado a pesquisa bibliográfica sobre Campinas, tendo como enfoque principal os processos de ordenação dos espaços públicos, bem como o entendimento do processo de criação das vilas operárias no Brasil com ênfase no estado de São Paulo e Campinas, (vide capítulo 2). Posteriormente a qualificação realizada no mês de agosto e, de posse das sugestões feitas pela banca examinadora, lançou-me a finalização da pesquisa de campo.

Os meses de setembro e outubro do ano passado foram dedicados às entrevistas exploratórias e treinamento dos informantes disponíveis no manejo de máquinas fotográficas, bem como realizar as entrevistas, sua transcrição e fichamento temático. O mês de novembro foi destinado à checagem dos dados e cruzamentos das informações prestadas, bem como *escaneamento* e tratamento das imagens coletadas. Dezembro de 2001 e janeiro de 2002 giraram em torno da sistematização do trabalho e novas entrevistas, pois um dos pontos abordados no presente trabalho, a Festa de Santos Reis, somente se realizou em 13 de janeiro deste ano. Desta forma determinados pontos dos quais o grupo de informantes estabelecidos não possuía memória construída, através da participação efetiva no desenrolar dos acontecimentos, foram deixados de fora. Um exemplo é a Escola de Samba Rosas de Prata.

A princípio, acreditei ser fácil encontrar informantes sobre este tema, uma vez que aos olhos de quem não vive o cotidiano do bairro, imagine que a Escola de Samba faça parte ativa da vida da comunidade. Pois a Vila Castelo Branco também é conhecida em Campinas pela existência da mesma. Contudo, a dificuldade de encontrar pessoas ativas nos festejos de Momo entre o grupo entrevistado, pode estar relacionado ao processo de ascensão social que o

⁷¹ Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (Org.). Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica. Col. Textos, nr. 3, série 2. 2 ed. São Paulo; CERU, Humanitas 1999 – 13-24

mesmo experimentou com a mudança para o bairro, suas origens geográficas muitos são oriundos do interior do Paraná e Sul de Minas e além de suas origens étnicas, a maioria é composta por pardos e brancos.

As informações colhidas remetem-se a figura do “Rubão” o grande incentivador do carnaval na Vila Castelo Branco e a sua atuação frente à Sociedade Amigos de Bairro e não da escola de Samba propriamente dita. A única informante encontrada no processo, que possui certa memória sobre o carnaval relacionado à vila, foi a Sra. Sonia Regina Camargo da Silva, 35 anos, filha de Nelson Camargo, 68 anos.

Entretanto, sua memória sobre o carnaval na Vila Castelo Branco resumia-se ao apoio que ela dava à sua mãe para esta desfilar. Ela mesma nunca desfilou e, como declarou, não sente vontade. E, após a morte de sua mãe em 1999, perdeu completamente o contato com as outras pessoas que desfilavam. Suas idas a avenida eram sempre para acompanhar a mãe em virtude de seu pai não aprovar a conduta materna. No seu relato, Sonia deixa claro que o carnaval acontecia em torno do “Rubão”

“Todo mundo se agitava, todo mundo gostava de fazer festa no carnaval, tinha bastante gente que participava tudo, mas no fim o Rubão morreu, tentaram fazer, mas não conseguiram, ficou só na tentativa. Porque tinha um setor lá do Rubão, que quis ter a Rosa de Prata para ele, mas como o Rubão era forte. O Rubão tinha costa larga não deu. Esse rapaz inclusive ele mora lá na Vila também, agora não vem o nome do homem na minha memória, ele é lá da 26. Ele tentou também, ele até tinha A Rosa de Prata do Futuro que seria com as crianças tudo, mas não conseguiu, não deu certo”. (SCRS)

O que foi possível perceber é que existia ou ainda existe dentro da vila Castelo Branco uma grande disputa pelo controle da agremiação e o único que conseguia costurar as divergências era o seu fundador e mestre. Devido a essa dinâmica, trabalhar com o tema Rosas de Prata e o Carnaval na Vila Castelo Branco foi deixado para uma nova etapa da pesquisa.

A memória relacionada à educação mostrou-se também parcial, pois a totalidade dos entrevistados na faixa dos 60 anos, relacionam a Escola Antonio Fernandes Gonçalves à falta d'água, e não a educação de seus filhos. Para os depoentes, com idade inferior a 60 anos (04), as memórias retomadas também foram das filas para a busca de água junto com suas mães, e para uma em específico, do tempo que tomava banho na caixa d'água da escola que abastecia toda a comunidade. O que foi possível constatar nesse grupo é que a totalidade não completou seus estudos no tempo previsto. O abandono dos estudos foi em decorrência do casamento 01, trabalho 02, e por não gostar de estudar 01. Dois abandonaram os estudos na quarta série do primário (primeiro ciclo do ensino fundamental) e dois na oitava série (segundo ciclo do ensino fundamental). Destes, três retornaram aos estudos nos anos de 1999/2001 completando o ensino fundamental e médio. As razões para a retomada foram diversas, desde poder auxiliar

os filhos nos deveres de casa, a desejo de ascensão profissional. Para o grupo na faixa de 60 anos, 06 completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental, 4 série em suas cidades de origem/bairros de Campinas, 02 são analfabetos portanto, nenhum deles freqüentou aulas na escola da Vila Castelo Branco.

Das fotografias coletadas, num total de 80, somente dez por cento eram de alguma forma relacionadas com a vida no bairro, o restante consistia em fotografias dos pais, avós, casamentos e viagens de passeio, desta forma sendo pouco útil ao objetivo específico da pesquisa. Mesmo assim, todas as imagens foram higienizadas, reproduzidas e devolvidas a seus detentores. Cerca de 50% destas imagens estavam na forma de binoclinho, ou seja, em diapositivo meio quadro montado em dispositivo cônico tendo em uma das extremidades uma lente de aumento e na outra material translúcido na qual é apoiado o diapositivo. Vide foto.



Fig. 33 - Os "Binoclinhos" foram muito comuns até a década de 70, após o barateamento das máquinas fotográficas e seus insumos, eles perderam espaço para a fotografia ampliada em papel.

Devido ao seu formato, a visualização da imagem nele contida por vistas cansadas torna-se extremamente incomoda e em alguns casos impossível. Desta forma, procedi ao escaneamento, tratamento e impressão das imagens, devolvendo aos informantes imagens recuperadas e impressas em papel fotográfico no formato 10x15cm e em alguns casos 15x21cm, ampliação máxima permitida nestes casos.

Utilizou-se máquinas fotográfica 35 mm automáticas, de foco fixo (02) e filmes negativo colorido 135, Kodak Supra 100 Profissional 36 poses, que foram distribuídos aos informantes e Supra 400 Profissional utilizados por mim. Foram utilizadas 10 fitas mini K7 de 60 minutos, marca Sony, totalizando aproximadamente 08 horas de gravação. O material foi transcrito e fichado tematicamente resultando no texto apresentado a seguir.

Os *Portraits* dos Informantes/ personagens

“No entanto, as origens e a trajetória social do pesquisador são raramente discutidas, como se o investigador social estivesse livre de qualquer contingência, quando, em verdade, cada entrevista envolve em uma posição delicada a posição social de cada participante” (Trigo, M.H. e Brioschi, L. E; 1999:28)⁷²

Neste tópico, tentaremos de forma sucinta, apresentar os personagens que integram este trabalho, bem como contexto em que se deu cada entrevista. Esperamos com isso fornecer subsídios de forma a permitir um melhor aproveitamento da leitura.

A primeira entrevista realizada para esta pesquisa deu-se em 26 de maio de 2001 com o casal Nelson Ribeiro, 47 anos e Nilza Aparecida Modesto Ribeiro, 40 anos. Pais de dois filhos e moradores atualmente no Parque Itajaí. As entrevistas, num total de duas, foram realizadas na residência do casal. “Casa modesta, mas bem arrumada” como enfatizou Nelson em nosso primeiro encontro, revelando um merecido orgulho por sua residência. De fato a casa fora toda reformada, ganhando mais dois quartos, uma sala confortável para os padrões de casas populares e uma cozinha muito bem cuidada. A finalização dos encontros sempre se deu ao redor da mesa da cozinha enriquecida por bolos e café.



Fig. 34 - Da esq. p/ dir. Neide, Nilza e Nelson na sala de sua casa no Pq. Itajaí.

Nelson e Nilza são oriundos dos bairros Parque Industrial e Taquaral, respectivamente, e mudaram-se para a Vila Castelo Branco em dezembro de 1967 com seus pais. Eles se conheceram, contraíram matrimônio e permaneceram até 1982 na vila, quando foram contemplados com uma casa da Cohab no Parque Itajaí. Casal falante e de bem com a vida,

⁷² Trigo, Maria Helena Bueno Trigo e Brioschi, Lucilia Reis. Interação e comunicação no processo de pesquisa. In: Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, (org). Reflexões sobre a pesquisa sociológica / 2.ed. São Paulo; CERU, 1999

detentores de uma memória privilegiada, considero impossível não se sentir bem na presença destas pessoas. Participou também, mas somente do segundo encontro a irmã de Nilza, Neide Aparecida que servia de apoio ao desfiar das histórias de Nilza. Ambos retornaram aos estudos no ano de 1999, freqüentando a mesma classe de suplência.



Fig.35 - Sra. Isabel Schnaider, 78 anos, durante missa no Santuário de Guadalupe. No decorrer da conversa acabei por ser convidado a participar de um grupo de oração que ela havia iniciado na praça da Castelo Branco há dois anos.

Na busca de novos informantes, dirigi-me ao Santuário de Guadalupe, localizada no Bairro da Castelo Branco. Durante os preparativos para a missa, conhecia a Sra. Isabel Schnaider. Ao adentrar a igreja, logo avistei uma senhora muito falante e de olhos vivos e de andar irrequeto. Sentei-me na ultima fileira de bancos e pus-me a observar as pessoas que ali chegavam a fim de acompanhar mais um culto na igreja do bairro. Uma das coisas que me chamou a atenção, foi a pouca freqüência de negros a esse encontro dominical. Passado alguns instantes, esta prestativa senhora veio para ao meu lado e perguntou se era novo no bairro. Respondo que não, que praticamente tinha nascido lá e que me mudara depois, mas que agora esta retornando a fim de realizar uma pesquisa de mestrado. Vendo sua expressão de interesse, contei rapidamente os meus objetivos e perguntei se ela poderia me ajudar. Prontamente ela respondeu que sim e sacou de sua bolsa, uma cadernetinha, bastante manuseada, e me forneceu o telefone do Senhor Vilela, um antigo morador do bairro e, que segundo ela, poderia me contar toda a história.



Fig 36 - Como não tinha uma folha de papel sobrando, valeu-se de um cartão de visitas da igreja já usado para marcar outro telefone e me forneceu as indicações para chegar até o sr. Vilela. Após algumas tentativas frustradas de contatá-lo desisti da indicação.

No decorrer da conversa, a Sra Isabel contou-me que organizou um grupo de oração na praça da Rua Ataulfo Alves, no próprio bairro. Que o grupo é formado basicamente por senhoras moradoras nas ruas circunvizinhas à praça. Com certo orgulho, a Sra. Isabel relatou que o grupo se iniciou após mais um assassinato ocorrido naquele local, e que a partir desta data “nunca mais mataram ninguém lá”. Passei então a dedicar a minha tardes de quinta-feira a observar este grupo e a aproximar-me cada vez mais de Dona Isabel. Além do grupo de oração a dona Isabel realiza trabalho voluntário no bairro, visitando as famílias em dificuldade e acompanhando os doentes sendo também assídua freqüentadora do Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. Foi a primeira a aceitar a tarefa de fotografar o bairro.

autor não informado



Fig. 37 - Sra. Isabel Schinaider. Após algum tempo de conversa e treinamento, a Sra. Isabel se tornou uma aguerrida “repórter” da Vila Castelo Branco. Além de entrevistar pessoas ela também registrava suas andanças pelo bairro com o equipamento e material fornecido por mim.



Fig.38 - Em seu relato, Renata conta-nos que voltou a estudar para poder acompanhar o filho nos deveres escolares.

Na busca por informantes negros e residentes no bairro desde a infância, localizei Renata Alves Bernardo por intermédio de minha esposa. Ambas trabalham no Hospital Municipal Ouro Verde, periferia de Campinas. Pessoa desconfiada, mas prestativa, após um primeiro contato morno, recebeu-me em sua casa na manhã de um sábado chuvoso. Receoso quanto ao horário, cheguei adiantado e esperei na esquina de sua casa por uns 15 minutos até as 10 horas. Ao bater palmas em seu portão, percebi um corpo se esticando porta afora segurando nas mãos vassoura e pano. Sem cerimônia pediu-me para aguardar mais uns minutinhos na calçada que já iria me atender. O que me permitiu observar seu quintal. Nos nove metros de frente, deposita-se a carcaça de um maltratado Chevette ano 78. Um pequeno cômodo de janela diminuta. Um garoto com uma bicicleta e um pastor alemão. Este último, pouco afeito as suas obrigações de guarda da casa.

Ao entrar na casa, percebia-se no ar o odor de álcool de limpeza. A sala da casa permanece com as dimensões originais, apenas a porta da sala foi trocada por uma de ferro. O forro de papelão original foi substituído por gesso, mas esse já apresentava um certo nível de deteriorização, tendo inclusive uma placa quebrada, por onde passa o cabo da tv. Antes de iniciarmos a conversa, Renata pediu para seu filho ir chamar sua amiga de infância Silvia Aparecida Brandão para participar da entrevista, este se recusou e continuou a mexer em sua bicicleta. Um pouco sem jeito com a recusa, pediu licença e atravessou a rua, a cata de sua amiga.

No decorrer da conversa, Renata, agora apoiada em Silvia passou a soltar-se e a rememorar as passagens vividas pelas ruas da Castelo Branco. Sentindo-se mais segura aceitou a tarefa de fotografar as ruas e praças de sua infância. Este encontro não foi gravado. No segundo encontro, Renata novamente acompanhada de Silvia passou a descrever as fotografias de sua autoria em meio a muitas risadas de ambas. A mãe de Renata, sempre acompanhada de um copo de cerveja, juntou-se a nós e esporadicamente entrava na conversa. Renata tem 34 anos, dois filhos do primeiro casamento e está namorando. Possui um apartamento da Cohab, no Parque Itajaí há um ano, mas ainda não tomou a decisão de sair da Castelo Branco.

Silvia Aparecida Brandão é mais velha, tem 40 anos, solteira e convive desde os 9 anos, com uma paralisia infantil que lhe dificulta o andar mas que nunca lhe impediu de desfrutar a sua vida ou mesmo de apreciar uma boa bebida. Por não gostar de aparecer em fotografias, não foi possível conseguir nenhuma imagem dela. Parou de estudar na 4 série do primário. Renata voltou a estudar, após ter parado na quinta série do antigo ginásio, recentemente terminou o curso técnico para profissionais de saúde, promovido pelo Ministério da Saúde.



Fig.39-Posteriormente a questão profissional passou a impulsioná-la nos estudos. Ao centro de roupa clara, a mãe de Renata Sra. Cristina Ap. Alves, 75 anos.

O sr. Nelson Camargo, 69 anos, viúvo, aposentou-se no ano de 2000. Ele era motorista de ônibus coletivo na cidade de Campinas. Oriundo do Bairro São Bernardo, conseguiu sua casa na Castelo Branco por indicação do Prefeito Ruy Novaes que freqüentava o posto de gasolina onde ele trabalhava na Av. Anchieta. Do conjunto de fotos fornecidas pelo Sr. Nelson, três eram do carro de praça de seu avô, duas de viagens a Pirapora e uma em frente ao

primeiro ônibus que dirigiu e uma do dia da sua conversão à Igreja dos Mórmons. Seu filho José Camargo, 28 anos, participou de forma esporádica nas conversas. Ele é segurança do Banespa e faz bico de vigia na padaria da Vila. É casado, tem um filho e mora com a família nos cômodos dos fundos da casa de seu pai.



Fig.40 - Sr. Nelson Camargo e “seu ônibus” na Viação Campos Elíseos.



Fig. 41 - O Avô e seu carro de praça (táxi) em Aparecida. Esta foi a primeira imagem mostrada pelo Sr. Nelson e cedida para reprodução

Sonia Regina Camargo da Silva, filha de Nelson Camargo, é casada, tem 35 anos, mudou-se com os pais para a Castelo Branco no início de 1968, estudou até a quarta série do primário (primeiro ciclo do ensino fundamental) no Grupo Escolar Antonio Fernandes Gonçalves. Ela abandonou os estudos por estar grávida aos 16 anos. Atualmente mora no

Parque Itajaí, mas pretende, assim que tiver condições financeiras retornar a Castelo Branco. Seu filho mais velho permanece na casa do avô por considerar o novo local de moradia como muito distante do centro da cidade.



Fig. 42 - Sonia em sua sala na qual foi realizada a entrevista, a princípio declarou que não gostaria de ser fotografada, contudo após a promessa que ela ficaria bem na foto, aceitou.

Maria Candido Teodoro da Silva, 73 anos, separada, teve 10 filhos sendo que dois falecidos. Antes de morar na Castelo Branco, passou uma temporada debaixo de uma mangueira que existia onde é hoje o Paço Municipal. Posteriormente foi morar em um abrigo para indigentes juntamente com os filhos. Foi neste abrigo que a assistente social, alocou seus filhos maiores em casas de família. As meninas para trabalharem como empregadas domésticas e os meninos em serviços gerais. O mais velho foi trabalhar na Cia Ultragás. Sua saída do abrigo deu-se em virtude de seu ex-marido ter provocado confusão dentro do abrigo. Posteriormente, passou a habitar um cortiço tipo porão na rua José Paulino juntamente com sua filha mais nova.



Fig.43- Festa de Santos Reis jan/2002

Fig. 44 - Na foto a baixo, reunida aos filhos após a compra da casa própria em 1968.

Sua religiosidade e fé nos Santos Reis, impressiona a qualquer um. A entrevista foi realizada nos fundos de seu bar, ou seja, na porta da sala de sua casa. Pois o bar toma toda a frente da residência sobrando apenas um pequeno corredor como porta de entrada. Esta configuração acaba por escurecer muito o ambiente e a esquentá-lo também. A construção do Bar é a única alteração substancial realizada na casa erguida pela Cohab.



O Grupo de Oração da Castelo Branco, devido a característica de ser um grupo aberto, apresenta uma certa rotatividade de seus freqüentadores. Desta forma, a legenda da fotografia ficou prejudicada, pois ao tirar a foto em uma semana, quando voltava na semana posterior para legendar e identificar as pessoas, elas já não estavam mais lá. A Sra. Edinalda Rodrigues de Oliveira, 40 anos não é freqüentadora do grupo de oração, compareceu apenas no dia da festa de Santos Reis promovida por dona Isabel no dia 06 de janeiro de 2002.



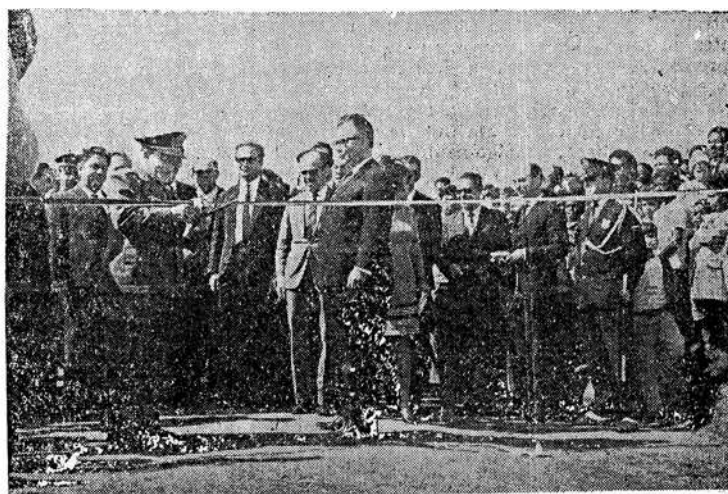
Fig. 45 - O grupo base é integrado pelas senhoras: da esq. para a dir. de blusa azul Odete Beltrani, 65; de blusa preta Márcia Lima, 52; no centro ao lado da criança de blusa rosa, Luzia Pontes da Silva, 60 anos; de branco, Nair Schnaider, 73 anos; Júlia Ramos da Conceição, 81 anos; de vestido branco e bolsa preta Isabel Schnaider, 78 anos; de saia florida Georgina Rodrigues Ferreira, 74 e sentada Ana Candido de Jesus, 88.

“Vila Presidente Castelo Branco núcleo residencial foi inaugurado”⁷³

“A Vila Presidente Castelo Branco é o segundo conjunto residencial que o BNH constrói em Campinas”. (Diário do Povo; 06/08/67)

A solenidade de inauguração do novo conjunto habitacional de Campinas foi motivo de festa promovida pelas autoridades civis e militares. Mesmo antes da inauguração oficial da Vila, esta já se encontrava ocupada em quase sua totalidade, mas ao contrário do que afirma a reportagem, ainda faltava à ligação de água e esgoto nas casas.

*Fig.46 – Diário do Povo,
06 ago. 1967⁷⁴*



O gen. Syzeno Sarmento e a sra. Anna Maria Afonso Ferreira, cortam a fita simbólica, inaugurando a Vila Castelo Branco.

Como na inauguração anterior (da Vila Rica), na reportagem publicada pelo Diário do Povo, pouco ou nada se fala sobre a presença de populares ou mesmo a participação destes na inauguração, com exceção de um único representante dos moradores. Nas fotografias publicadas nos jornais, vê-se ao fundo um desfilar de quepes e gravatas, poucos são os populares flagrados pelas lentes dos repórteres desta forma, mais uma vez é a memória oficial que é veiculada pela imprensa e preservada para a posteridade. No palanque oficial, desfila imensa lista de autoridades, nacionais e locais. Veja lista:

⁷³ Título utilizado originalmente na reportagem homônima publicada em 06 de agosto de 1967 no Diário do Povo. Foto Arquivo Diário do Povo.

⁷⁴ Foi mantida a legenda original, embora a Sra. Ana Afonso Ferreira mencionada, não esteja efetivamente cortando a fita, ela se encontra atrás do Sr. Postado logo a frente do general. Ela está de vestido claro com listas na barra.

Discursaram: Sra. Anna Maria Afonso Ferreira, Presidente da Cohab – Campinas; Sr. Gabriel Nogueira Serpa, em nome dos moradores da vila; Sr. Mário Trindad, Presidente do BNH, Prefeito Municipal Sr. Ruy Novaes e o General Syzeno Sarmiento, comandante do II Exército. Presentes no palanque: Vereador Romeu Santini, presidente da Câmara Municipal; Deputado Jamil Gadia pela Assembléia Legislativa, General Bina Machado, comandante da 2ª Região Militar, general César Montagna, comandante da Artilharia Divisionária da 2ª RM; Cláudio Luiz Pinto, superintendente do BNH, Gilberto Colfal, diretor da Carteira de Cohabs, do BNH, Luiz Carlos Fonseca, diretor da Carteira de Operações Especiais do BNH, Hernani Duncan, chefe de gabinete do superintendente do BNH; Paulo Santos, assistente do sr. Gilberto Colfal, Rodrigo Costa, assessor do presidente do BNH, secretários municipais e vereadores da Câmara Municipal.

Inicialmente o Conjunto Habitacional Vila Castelo Branco era denominado Vila Bela, a alteração do nome ocorreu em função da morte de ex-presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 20/07/1900 – 18/07/1967. Após a morte de castelo Branco em acidente de avião. A aeronave em que ele viajava chocou-se com um jato da FAB em pleno ar. Diversas homenagens foram levadas a cabo, uma delas foi a alteração do nome do novo conjunto habitacional em Campinas, com a respectiva entronização de seu busto em praça pública.

Vila

Diário do Povo — Domingo, 6 de agosto de 1967

'Presidente Castelo Branco'

núcleo residencial foi inaugurado

Com a presença do general Syzeno Sarmento representando o presidente Costa e Silva e sr. Mário Trindad, presidente do Banco Nacional da Habitação, foi inaugurada ontem a Vila "Presidente Castelo Branco", conjunto de casas populares construídas com financiamento do BNH, através da COHAB-Campinas.

As solenidades inaugurais desenvolveram-se pela manhã, na própria Vila. As 11 horas, o general Syzeno Sarmento, que é comandante do II Exército, juntamente com a sra. Anna Maria Afonso Ferreira, presidente da COHAB, cortaram a fita simbólica, dando por inaugurado o núcleo residencial. A seguir, as autoridades rumaram para o local onde foi colocado um busto em homenagem ao ex-presidente Castelo Branco, inaugurando-o após o hasteamento da Bandeira Nacional e Bandeira Paulista, ao som do Hino Brasileiro.

PALANQUE OFICIAL

Num palanque oficial, armado pela Prefeitura, concentraram-se as autoridades, ouvindo-se os discursos da sra. Anna Maria Afonso Ferreira, sr. Gabriel Nogueira Serpa, em nome dos moradores da vila, Mário Trindad, presidente do BNH, prefeito Ruy Nogueira e general Syzeno Sarmento. O sr. Mário Trindad, na oportunidade, anunciou aos presentes a meta do governo federal de se levar à execução um plano de um milhão de residências populares no Brasil. Disse que o BNH já entregou 30 mil casas com mais 30 mil em construção, além de 240 mil contratadas.

Após os discursos, houve a bênção do conjunto residencial por d. Antonio Maria Alves do Siqueira, arcebispo coadjutor de Campinas.

AUTORIDADES

Além do comandante do II Exército que representou o mal. Costa e Silva e do presidente do BNH, estiveram

presentes à inauguração da Vila Presidente Castelo Branco os srs. prefeito Ruy Nogueira, vereador Romeu Santini, presidente da Câmara Municipal, deputado Jamil Gadia pela Assembleia Legislativa, general Bina Machado, comandante da 2ª Região Militar, general Cesar Montagna, comandante da Artilharia Divisionária da 2ª RM, Cláudio Luiz Pinto, superintendente do BNH, Gilberto Colfal, diretor da Carteira de COHABs, do BNH, Luiz Carlos Fonseca, diretor da Carteira de Operações Especiais, do BNH, Hernani Duncan, chefe de gabinete do Superintendente do BNH, Paulo Santos, assistente do sr.

Gilberto Colfal, Rodrigo Costa, assessor do presidente do BNH, secretários municipais e vereadores à Câmara Municipal.

B. P. A.

VILA CB

A Vila Presidente Castelo Branco é o segundo conjunto residencial que o BNH constrói em Campinas. Já concluídas e habitadas, conta com 668 residências com 30 a 45 metros quadrados de construção, algumas com 1 quarto, outras com 2 e outras com 3, além da possibilidade de ampliação. Estão em construção mais 448, no mesmo local, que serão entregues provavelmente em fins de setembro próximo. A Vila conta com água, luz pública e domiciliar e rede de esgoto. Resta apenas a pavimentação de suas ruas. Os melhoramentos públicos e a desapropriação da gleba para a construção das casas, couberam à Prefeitura Municipal.



Juntamente com a Vila, foi inaugurado um busto em memória ao ex-presidente Castelo Branco, patrono do conjunto residencial.

Fig. 47 - Repare na altura do pedestal do busto de Castelo Branco, em comparação com a atual bem mais reduzida, vide fig 37 pág 107.

As casas

“Dos conjuntos habitacionais construídos 7.298 unidades correspondem a casas térreas e 532 unidades a apartamentos (...) Portanto, a tipologia usada pela Cohab nas construções habitacionais no período, foi basicamente a de unidades unifamiliares térreas”.⁷⁵ (1991:224)

Seguindo o padrão determinado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFAU – as casas da Vila Bela foram projetadas de forma a economizar terreno, material e mão-de-obra, bem como tempo de construção. De forma adversa as da Vila Rica, as casas deste segundo empreendimento eram geminadas, duas a duas, distribuídas em terrenos de 135m² cada.



Fig. 48 - Fachada padrão das casas construídas na Vila Bela. Nota-se do lado direito da foto, o início da outra residência construída de forma espelhada a primeira.

Esta configuração padrão facilitava a construção, pois era comum a casa a cumieira central além de não necessitar recuo lateral. A instalação elétrica também era simplificada, pois os relógios de medição de consumo estavam alinhados dividindo o mesmo poste, bem como a ligação de água e esgoto, estas, contudo independentes.

⁷⁵ In: Plano diretor de Campinas, 1991. O período a que se refere a citação 1965 –1974. Os primeiros apartamentos a serem construídos pela Cohab Campinas foram os da Vila Padre Manoel da Nóbrega.

As casas foram entregues no contrapiso, ou seja, o chão era de concreto sarrafeado e desempenado. O banheiro e cozinha, eram de cimento queimado.⁷⁶ As paredes eram pintadas com tinta látex na cor branca com exceção do banheiro e cozinha que eram pintadas na cor cinza (meia barra) em tinta a óleo. As esquadrias de madeira eram pintadas na cor azul, também a óleo. A porta da cozinha era dividida em duas folhas, permitindo assim ao morador que mantivesse a criação em seu quintal sem que esta entrasse casa adentro, além garantir certa ventilação e iluminação suplementares, não alcançada pela janela tipo *vitro* empregada, tanto na cozinha como na sala. (vide foto anterior)

O forro era constituído de placas de papelão tipo “eucatex”, de 40x40cm aproximadamente, pregadas em estrutura de madeira presa às paredes, pintadas de branco. Sua pouca distância da cobertura composta por telha de fibro-cimento tipo *Brasilit*, provoca um aquecimento constante de toda a casa. Este desconforto térmico é minimizado mantendo-se aberta as portas da sala e cozinha. Esse procedimento é seguido até hoje pelos moradores que ainda não trocaram o tipo de telhado ou mesmo substituíram o forro por um de melhor isolamento térmica. Os quartos não possuíam portas instaladas, sua separação da sala era conseguida pelos moradores através da utilização de cortinas, fabricadas nos mais diversos tipos de materiais e técnicas, passando das tradicionais de pano até as confeccionadas com de saquinhos de leite vazios.

Fig. 49 - Em destaque a estrutura do forro⁷⁷.

Devido ao tipo de material empregado, papelão, qualquer deslocamento ou quebra de telha, significava vazamento direto sobre os móveis. No caso de tempestades mais fortes, como a ocorrida em 1974 e mais recentemente no segundo semestre de 2001, que destelhou algumas casas, a chuva entrou casas adentro danificando móveis e aparelhos eletrônicos.



⁷⁶ Cimento queimado consiste de uma técnica de construção civil utilizado em lugares úmidos visando à impermeabilização do local. Consiste em espalhar uma pasta de cimento sobre o contrapiso desempenado ainda molhado e alisá-la com desempenadeira de aço ou colher de pedreiro.

⁷⁷ Casa pertencente ao Sr. Nelson Camargo. Fotos. R. Gonçalves



Fig. 50 - Como podemos perceber, sob o carpete de borracha imitando taco de madeira, o piso original de cimento com a adição posterior de cobertura de “vermelhão”. Esse tipo de revestimento foi muito utilizado na vila por ser barato e de fácil aplicação e manutenção. Era composto de uma mistura de pigmento vermelho marca Cardeal com cera em pasta, da marca Dominó.

O terreno padrão mede 9 metros de frente por 15 de fundos, totalizando 135 metros quadrados. O recuo das casas é inferior a três metros, o que dificulta, atualmente a construção de garagens para carro. As casas foram entregues com uma muda de árvore plantada na frente do quintal, com a orientação expressa de que o morador deveria cuidar da planta e vê-la crescer juntamente com a vila. A maioria dos moradores retirou a árvore logo nos primeiros meses de ocupação do bairro.

Hoje as casas foram em grande número reformadas, sendo que a alteração dos telhados configura uma das prioridades dos moradores. Tomando por base levantamento realizado junto a Seplan em dezembro do ano passado, de um conjunto de 20 residências localizadas na Rua Ataulfo Alves, antiga 03, apenas 15% delas permanecem, oficialmente com 36,22m² de construção. As demais variam de 45,90m² até 107,00m² de área útil. Esta amostra pode ser extrapolada para todo o bairro sem grandes variações. Observando a fotografia aérea tirada em 1984 pela Prefeitura Municipal, podemos verificar, pela diferença de tonalidade dos telhados, que grande número de residências sofreram alterações.

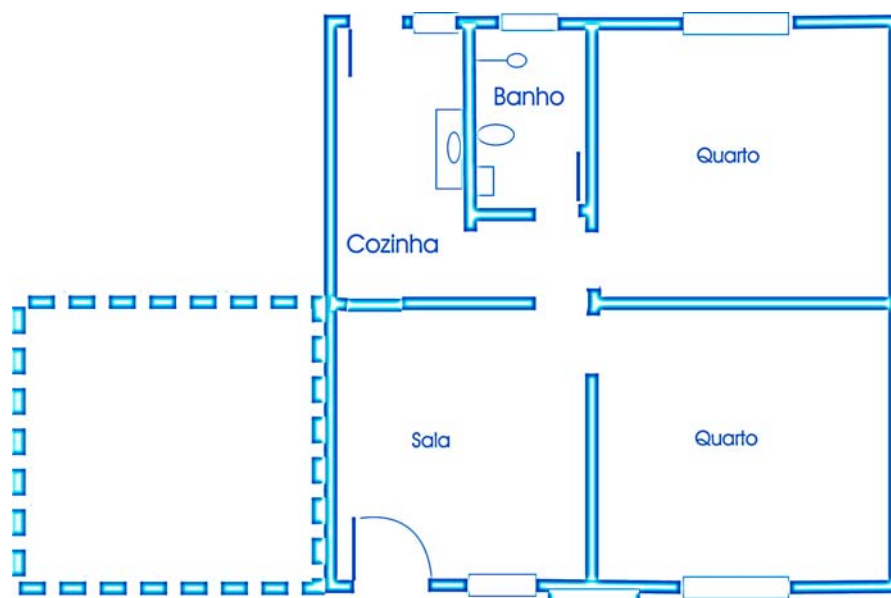


Fig. 51 - As fachadas, também sofreram modificações substanciais, imprimindo o gosto pessoal do morador e ostentando uma certa diferenciação econômica. As primeiras alterações na configuração básica das casas consistiam na construção de mais um dormitório junto a sala⁷⁸ e modificação do acesso a cozinha, bem como a passagem da pia do lavatório para dentro do banheiro.

Na fotografia seguinte, podemos visualizar o efeito dessa ampliação na fachada das casas. Hoje é comum encontrar casas com dois pavimentos e pequenos sobrados nos fundos, normalmente destinado aos filhos casados e suas famílias.



Fig. 52 - Casa com fachada próxima da original e seguindo a orientação dada pela Cohab na época para a ampliação dos imóveis (quarto do lado direito). Do lado esquerdo, permanece a utilização conjunta do poste de ligação de energia.

⁷⁸ Esta configuração era prevista no projeto inicial, bem como o aumento da cozinha.

Fig.53- Fotografia aérea realizada em 1984 pela Prefeitura Municipal de Campinas, em amarelo a indicação da localização do Conjunto Habitacional Vila Castelo Branco.



Os moradores e suas origens

“Eu morei debaixo de uma mangueira onde tem a Prefeitura nova e eu morei ali. Agora está bonito lá, mas eu morei debaixo daquela mangueira. Depois eu arrumei um serviço, eu nunca tive vergonha de chegar e falar o que sou e como é que estava a minha vida, então eu explicava e falava e logo arrumava um serviço. Arrumei um serviço criei as crianças tudo trabalhando de empregada doméstica”. (Maria Candido Teodoro da Silva)

As origens dos primeiros moradores da Vila Castelo Branco são diversas, contudo uma grande maioria é oriunda de cortiços ou sub-habitações localizadas na região do Cambuí, Centro, São Bernardo e Taquaral. Outros viviam de pagar aluguéis em pequenas casas de fundo ou na casa de parentes. Invariavelmente as famílias eram numerosas, cinco ou seis filhos, alguns muito mais, sendo esse um dos quesitos levado em conta na hora da seleção dos futuros moradores⁷⁹. A renda familiar girava em torno de três salários mínimos, como nos conta a senhora Maria Candido Teodoro da Silva⁸⁰:

“Naquela época eu estava com oito filhos e tinha morrido dois. Eu sou mãe de dez. Quando eu vim (para Campinas, oriunda do Sul de Minas) eu fiquei lá (naquele lugar) na cidade que eu falei (vide citação acima), lá debaixo da mangueira depois eu arranjei um porão e morei no porão oito anos. Ali eu fiquei muito doente, fui operada lutando com as crianças. Mas lá no cômodo nós não tínhamos nada. Ai quando eu cheguei lá, arrastei o estrado, estendi a roupa em cima e nós dormimos. Eles tinham só a roupa do corpo, eu não tinha nenhuma caneca, não tinha nada, mas tava lá, eu deixava ela lá (a filha) dentro fechadinha e ia trabalhar⁸¹, todo o dia. O almoço que ela (a patroa) dava eu tirava duas colherzinhas para eu agüentar trabalhar e levava o outro para ela comer coitadinha da criança! Eu partia aquele pãozinho, tirava a pontinha para mim e dava o outro para ela, aquele ali era a janta. Ela comia aquele pãozinho até a manhã na hora que eu viesse do serviço (ou seja no final da tarde). Eu trabalhava, ela dava o almoço para mim eu comia um pouquinho e levava para ela comer coitadinha! Ela sofreu muito, era isso aí que era a nossa vida. Passei uns três meses trabalhando assim, porque até consertar (a vida). Ali (no quarto de porão) a gente pagava o

⁷⁹ Sobre este tema vide “O BNH e a política habitacional”, pág. 89.

⁸⁰ Maria Candido Teodoro da Silva, 73 anos, Entrevista concedida em 22/12/2001.

⁸¹ Os demais filhos foram enviados por uma assistente social em casa de famílias de Campinas e Americana, permanecendo a Sra. Maria Candido apenas com a mais nova. A família foi reunida novamente após a aquisição da casa na Castelo Branco.

aluguel. Aquele dinheirinho aquele tempo pagava muito pouco, aquele tempo com Deus é muito com aquele pouquinho mesmo eu arranjei, comprei uma caneca, comprei uma espiriteira. Aí já dava para mim esquentar uma água para fazer uma coisinha para ela, comprei um macarrãozinho, já fazia ali para sustentar minha filha e continuava trabalhando. Trabalhei muitos anos nessa casa, era uma casa de sírios, aí depois um rapaz arrumou um lugar para colocar a menina no Cambuí para eu ficar mais sossegada e continuei no meu quartinho.

Esse porão era na José Paulino, para cima do sinaleiro e depois de lá desse porão um dia chegou uma senhora lá e falou para mim assim: Por quê você não vai lá na Cohab agora tem as inscrições da casa, eu estava num porão bem pequenininho que dava para eu colocar somente uma cama, lá era uma pensão eu arrastei um estrado e punha roupa, era roupa não tinha cama, eu estendia a roupa ali e deitava ali com a minha filha e as outras como já estavam assim maiorzinhos ficavam cada uma num lugar.

Por sua vez, a outra informante, Nilza e sua família viviam em uma pequena casa de fundos alugada no bairro do Taquaral. Devemos observar que a região do Bairro Taquaral não era valorizada na época, inclusive este era o local que abrigava a zona de prostituição de Campinas, sendo a casa mais famosa do local a da Paraguaia. Contudo, a memória de Nilza, por ela ainda ser pequena na época, não contempla este fato, resumindo-se na descrição do local da primeira habitação e a emoção da chegada em uma nova:

Eu nasci aqui em Campinas mesmo, 03/02/61. E quando eu mudei para o Taquaral eu tinha uns 6 anos de idade. Não, quando eu mudei para o Taquaral, não. Quando eu vim do Taquaral para a Castelo Branco aí eu tinha 6 anos de idade. Fiquei lá até quando eu casei também em 82. Lá no Taquaral a gente morava em cômodos de fundos, eu lembro que tinha um quarto só, a cozinha, na cozinha não tinha nem pia, minha mãe tinha que sair numa área para lavar louça, o banheiro também era para fora era cômodo de fundo assim bem simples mesmo. A gente nem tinha sala também, na própria cozinha que tinha um sofá a gente sentava ali, almoçava tudo ali mesmo, entre a cozinha e o sofá que dividia entre a sala e a cozinha devido não ter pia então lavava louça lá fora então acho que dava para repartir, que eu me recordo. Depois quando a gente pegou a casa na Castelo Branco, hoje que é Castelo Branco, que era Vila Bela, aí a gente veio, foi para lá, naquela época eu tinha uns seis anos de idade quando eu fui para a Castelo Branco, aí na Castelo Branco a gente falou nossa! Eu e meus irmãos nós ficamos todos contentes de ir morar em uma casinha, que era da gente. A

gente era pequeno e nós não sabíamos nada desse negócio de aluguel, essas coisas. Mas para nós tudo era novidade, um lugar diferente e tal. A gente foi para a Vila Bela e a minha mãe não trabalhava nessa época era só o meu pai. Depois minha mãe fez ficha e começou trabalhar na creche. Ela trabalhou na creche quando eu tinha nove anos eu fui para lá, aí ela começou a trabalhar, aí eu fiquei tomando conta dos meus irmãos, que eu tenho o Nilton e a Neide, ainda que o Nilton minha mãe levava na creche com ela.

Sonia Regina Camargo da Silva⁸² e Nelson Ribeiro, tinham com endereços anteriores os bairros São Bernardo e Parque Industrial, mas tinham em comum a vida em casa de parentes:

Eu tinha um ano e meio. Foi assim que eles entregaram (as casas) lá né. Começaram a entregar (as casas) aí o meu pai e minha mãe mudou e nós mudamos para lá. (vindos) do São Bernardo. A gente vai (retorna) porque a casa do São Bernardo que a gente morava é da família, era do meu avô, é ali nas (rua) Minas Gerais, naquela rua que faz a volta ali do Colégio, quando a gente passa na Amoreiras a gente vê o Colégio grande, então é ali mesmo a casa. (Sonia Regina Cândido da Silva)

Morava no Parque do Industrial, nasci fui criado no Parque Industrial até a idade dos 13 anos, aí dos 13 anos eu mudei para Castelo Branco em 1967 - tenho até hoje na cabeça, 13/12, aliás, 28/12/67, quer dizer os meus pais estão lá até hoje – e morei na Castelo Branco até quando me casei, foi dia 15/05/82 até essa data eu morei na Castelo Branco. Eu passei o Natal no Parque Industrial e o Ano Novo na Castelo Branco. (Nelson Ribeiro)

Diferentemente dos outros entrevistados, Nelson Ribeiro não considerou a mudança para a Vila Bela como algo positivo, pois como relatou na entrevista, apesar de dividir a casa antiga de dois cômodos com os pais e mais sete irmãos, considera que a vida no antigo bairro era melhor, pois seu pai possuía um pequeno comércio, uma mercearia na qual ele passava as tardes. Outro ponto a destacar, consiste no fato de que Nelson possuía um círculo de amizades formado fora do bairro, pois já trabalhava como entregador e Office-boy no centro da cidade, estando assim exposto aos comentários feitos na época sobre a nova vila popular de Campinas. Veja o relato do Sr. Nelson Ribeiro sobre estes dois pontos.

⁸² Sônia Regina Camargo da Silva, 35 anos.

Acho que o povo naquela época achava que casa de Cohab seria uma favela, vamos chamar assim. Então acho que não se interessa muito, acho que depois a coisa começou, acho que a pegar e apertar o povo, e acho que eles começaram a sentir que quem pegava a casa era mais prático, que era outra coisa, acho que começaram já a aumentar. Tanto é que você vê a Cohab Campinas ela construiu bastante aí veio depois da Castelo Branco, se não me engano foi a Costa e Silva ou Boa Vista⁸³. Acho que foi o Costa e Silva depois foi o Boa Vista, depois Trinta e Um de Março, eu sei que o Padre Anchieta é um dos pouquinhos mais recentes, o Padre Anchieta já é de 78, 79. Aí foi construindo foi aumentando o número de inscrição. Me parece que a Cohab publicou em jornais, televisão na época então foi aumentando o número de inscrição.

Sobre sua moradia anterior Nelson Ribeiro lembra:

Eu morava na João Batista Morato do Canto esquina com José Antônio da Silva Martelinho. Era da minha avó, mas era alugada também. Mixaria mas era. Era uma casa de esquina, que hoje não tem mais a casa da frente, por que eu morava nos fundos da casa dos meus avós e a casa que a gente morava no fundo eu me lembro, ela era uma casinha que tinha apenas um banheiro, uma cozinha um quarto e uma sala aí ao passar, a gente já era mocinho, garotos, eu tinha mais ou menos por volta de uns oito anos de idade, mais ou menos, quando o meu pai resolveu aumentar, ampliar a casa. Foi onde eles construíram na frente uma cozinha e uma sala, aí onde era sala virou quarto, porque a gente foi crescendo. Os irmãos eram meninas e meninos então os meus pais queriam separar, mas, no entanto acabou não separando porque não teve como também porque se não, não ia sobrar quarto para ele. A intenção a idéia deles era essa, só que até hoje, até a data de hoje presente que nós estamos, de 67 que eu mudei de lá, até 2001 a casa continua no mesmo lugar, do mesmo jeitinho. Então eu gostava muito do Parque Industrial, inclusive a gente era criança, molecão, tinha muita amizade, aí vamos mudar para a Castelo Branco aí eu bati o pé que não queria, não queria, mas aí não teve como escapar né. (N.R.)

⁸³ Para informações mais detalhadas vide "A formação das vilas operárias em Campinas" pág. 99.

Fig.54- Local de moradia anterior de Nelson Ribeiro, a casa da frente foi demolida, restando apenas a casa original de seu avô no Parque Industrial.



Quanto aos comentários feitos sobre a qualidade do imóvel para o qual se mudou, o Sr. Nelson Camargo as rebate dizendo:

Fizemos aquele cômodo pegado. Aquela cômodo pegado apresentou rachaduras, mas aquele não tem nada que ver com a casa, aquele fomos nós que fizemos, deu rachaduras, rachou o chão lá na cozinha, ainda falavam a casa da Cohab lá que vocês vão pegar, uma churvinha e aquilo desmancha tudo. Não desmanchou é nada! (Nelson Camargo)

Os comentários depreciativos não se limitavam somente à qualidade dos imóveis construídos, eles atingiam também as pessoas que para lá estavam se transferindo. Tanto que três dias antes da inauguração da Vila Castelo Branco o Jornal Correio Popular indagava a população sobre as consequências da criação dos conjuntos habitacionais pelo BNH.

Nesta reportagem, o autor afirma que a Cohab está criando “quistos sociais” e, defende a miscigenação dessa população, ou seja, a construção de pequenos números de casas dentro ou contíguos aos bairros tradicionais, de forma que essa população possa aprender noções de higiene e cidadania com os moradores mais antigos. Em outras reportagens publicadas posteriormente a tônica é a mesma. Vide fig. 66. Nesta mesma matéria o presidente em exercício da Cohab Arthur Canguçu, defende a criação dos conjuntos habitacionais como forma de promover a higiene e a ascensão social do trabalhador de baixa renda e afirma que a convivência entre trabalhadores com emprego fixo e com estrutura familiar estável irá influenciar positivamente aos que ainda não atingiram este patamar. Desta forma, sua defesa pouco se distancia das sugestões dos contrários à instalação dos conjuntos habitacionais, apenas modifica o local destinado à miscigenação da população. Vide figura 56

— CORREIO POPULAR — 5.a Feira, 3 de Outubro de 1968

Em Campinas já estão habitadas a Vila Rica e a Vila Castelo Branco. Quase concluída se encontra a Vila Boa Vista. Em construção, as Vilas Costa e Silva, 31 de Março e do Plano do Terreno Próprio. São etapas brentes do Plano Habitacional do Governo, financiado pelo BNH, sigla que ficou famosa neste Brasil de três anos para cá. Há quem acredite que, ao invés de resolver, o Plano Habitacional veio agravar os nossos problemas sociais. Em pesquisa, o "Correio Popular" levantou os diferentes ângulos da questão. Os depoimentos colhidos permitem avaliar, negativa ou afirmativamente, os

Documentário de Campinas

Problemas sociais que o BNH criou

O PLANO HABITACIONAL VAI CRIAR «QUISTOS» SOCIAIS!

Azail Adamir Soares Filho, bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, tem opinião formada sobre o assunto:

«O Plano Habitacional resolve em parte o problema habitacional e, concomitantemente, cria problemas novos de solução tão difícil quanto aos pré-existentes, antes da execução do Plano. Contudo, os problemas criados são de natureza outra. A principal objeção à execução do Plano Habitacional é a criação, em futuro muito próximo, de «quistos» sociais. Os aglomerados humanos que se formam, sem planejamento científico, dentro de muito pouco tempo formarão áreas impenetráveis aos habitantes do próprio bairro em que as casas populares estão situadas. Serão formados núcleos de vivência própria, com baixo nível social e sem a mescla necessária, seja de profissões, seja de posições sociais ou mesmo simples nível cultural.

Repetir-se-ão o fenômeno e os problemas já verificados no passado, por exemplo, em Santa Catarina, com a colônia alemã que lá se instalou.

Poder-se-ia objetar que dentro do próprio planejamento existe assistência social ou órgãos encarregados de observar e resolver o problema. Entendemos, no entanto, que para uma solução pelo menos satisfatória, necessário se tornaria um grande número de pessoas altamente especializado e, portanto, sumamente oneroso aos cofres públicos. Dai porque vislumbramos que, muito brevemente, estarão formados núcleos populacionais de nível cultural extremamente baixo e completamente ao arrepio de qualquer interpenetração dos aglomerados vizinhos e que constituem os bairros normais.

Seria melhor que o Banco Nacional de Habitação construísse, através de seus financiamentos, núcleos muito pequenos (10 ou 20 casas) já integrados nos bairros da periferia».

NÚCLEOS habitacionais como os que se formaram nos últimos três anos, em Campinas, e em outros pontos do país, sob a égide do Banco Nacional de Habitação, geram controvérsias. Uns consideram que eles estão ajudando a resolver o problema habitacional do povo brasileiro. Outros, acham que eles solucionam esse problema, mas em parte, criando paralelamente graves ameaças à tranquilidade e à segurança da população.

O fato é que, em sua fase apenas inicial, o Plano Habitacional instaurado pelo Governo, em sua ânsia de corrigir uma situação, onde a maioria do povo morava em casas alugadas debaixo de prestações extorsivas, sofreu a incidência de falhas.

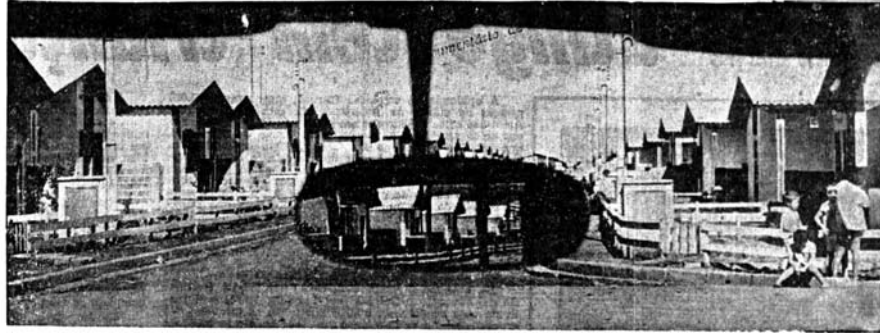
Uma delas é que foram reunidos em determinados núcleos, logicamente, indivíduos de má índole, formando comunidades de alto índice criminal, apenas porque tais elementos se encontravam em camadas de baixo padrão econômico, justamente as contempladas pelo Plano Habitacional. Sem um critério seletivo, houve em direção aos primeiros núcleos formados, uma canalização de famílias pobres, sem cultura, cujos integrantes de sexo masculino tinham delinquindo ou estavam propícios a transgredir a lei, na primeira oportunidade. Tudo mercê de sua escassez de recursos econômicos, de sua falta de cultura ou em decorrência do próprio meio em que passaram a viver.

A fim de esclarecer a opinião pública sobre as objeções levantadas ao Plano Habitacional, quatro personalidades foram chamadas a opinar. O ponto de vista de cada uma delas está contido nesta reportagem. A pergunta que cada uma foi convidada a responder é: «O Plano Habitacional conforme foi idealizado pelo Governo e vem sendo desenvolvido, resolve ou agrava os problemas sociais do país?».

Fig. 55- Matéria publicada no Jornal Correio Popular em 03 de outubro de 1968.

Nessas vilas, uma questão social

Correio Popular - Sábado, 4 de Set. de 1971 -



Nas vilas populares, a solução para o "deficit" habitacional

Muito se tem discutido acerca dos benefícios e desvantagens sociais das vilas populares. Levando-se em consideração a densidade populacional de Campinas — 36 mil habitantes — nossa cidade não sofre o problema habitacional na mesma proporção que outras cidades paulistas. Pode-se atribuir esse fato ao grande número de casas populares construídas no município, que vem atender às necessidades de moradia daqueles que não dispõem de recursos financeiros suficientes para o aluguel ou compra de uma casa fora dos padrões populares.

O sociólogo Alfonso Trujillo Ferrari, professor de Sociologia, Metodologia e Técnicas de Pesquisas Sociais da Universidade Católica de Campinas, conhece o problema habitacional em todos os seus detalhes. Nascido no Peru, onde se douto-

rou pela Universidade de São Marcos, Lima, o Prof. Alfonso tem cursos de pós-graduação em São Paulo, tendo lecionado e proferido conferências em diversos países latino-americanos, bem como nos Estados Unidos.

"Fiz uma série de pesquisas — com meus alunos da Faculdade de Serviço Social — nas Vilas Castelo Branco e Costa e Silva" afirma o Prof. Trujillo.

"Geralmente, em vilas populares, podemos constatar vários problemas, como identificação da população, que, via de regra, é composta de pessoas de camadas mais baixas. Por serem provenientes de diversas origens — rural, urbana, de outros Estados, etc. — tais pessoas apresentam, também, subculturas diferentes, com costumes, crenças e hábitos igualmente distintos. Essas dife-

renças criam certos conflitos entre as pessoas", foram as observações iniciais do sociólogo Alfonso Trujillo Ferrari, acerca das vantagens que podem sofrer as vilas populares.

ASPECTOS POSITIVOS

Entretanto, o Prof. Alfonso frisa os aspectos positivos que se constatarem nessas vilas. "Especialmente porque solucionam, de modo racional, o grande "deficit" de habitações", disse. "No Brasil, esse fato também é verificado, mesmo porque proporciona estabilidade à população."

Outro aspecto que chama a atenção nas vilas populares é o ecológico, referente às edificações, pois, os sociólogos urbano se apresenta, muitas vezes, a imagem futura de que esses bairros possam se transformar em favelas, daqui a 20 anos. Essa ameaça é decorrente da limitação das áreas verdes em algumas vilas populares.

Para melhorar o aproveitamento das casas populares, seus ocupantes deveriam ser instruídos previamente, no sentido de diminuir o impulso de deterioração das construções. Desprezando-se essa precaução, a vila será empobrecida a curto prazo, como já se verificou.

PROBLEMA É LATINO-AMERICANO

"A construção de vilas populares foi a solução encontrada pelos diversos países latino-americanos, visando resolver o problema habitacional", afirmou o Prof. Alfonso Trujillo Ferrari.

"Conforme pude observar, no Peru e no Chile várias experiências com vilas populares já foram realizadas, embora nem todas tenham conseguido bom resultado. Em tais casos, o fator principal do insucesso foi a falta de orientação específica aos ocupantes das vilas, quanto ao melhor aproveitamento das casas."

Por outro lado a falta de serviços geralmente se apresenta nos bairros populares, os quais somente vem a ser completados depois de algum tempo. O ideal seria não sacrificar os residentes nas vi-

PLANEJAMENTO É A SOLUÇÃO

O planejamento nas construções de casas populares deve ser o mais detalhado possível, com a participação de técnicos nos diferentes setores, como sociólogos, urbanistas, psicólogos, técnicos em higiene, arquitetos, etc., para um projeto que venha a atender a todas as necessidades dos futuros ocupantes de uma vila.

Além disso, a própria comunidade poderia ser consultada, opinando sobre as especificações que venham de encontro às suas condições. Desse modo, muitos dos atuais problemas poderão ser eliminados.

UNIVERSITARIOS PESQUISAM

Salientando as boas condições habitacionais de Campinas, o Prof. Alfonso Trujillo Ferrari lembra a visita que a cidade recebeu, há pouco tempo, de um especialista norte-americano, o qual destacou a verificação desse fato. Segundo aquele mesmo

especialista, o sistema brasileiro tem obtido melhores resultados do que o similar americano, pois nos Estados Unidos as construções populares abrangem prédios de apartamentos, tanto para venda como para aluguel.

Na Venezuela, onde as experiências foram dirigidas também ao meio rural, (Estado de Sucre), o aproveitamento da habitação não atingiu a mesma eficiência verificada no Brasil. Mesmo os edifícios de apartamentos populares de Caracas oferecem diversos problemas, pois foram ocupados por camponeses não preparados.

A Faculdade de Serviço Social, através de seus alunos e sob a orientação do Prof. Alfonso Trujillo Ferrari, realizou uma série de pesquisas em vilas populares de Campinas, em convênio com a Secretaria de Promoção Social, as quais estão sendo completadas pelo Centro de Computação da Universidade Estadual de Campinas, para posterior divulgação.



A falta de áreas verdes é um dos grandes problemas das vilas populares

Figura 56 - Correio Popular, 04 de setembro de 1971.

documentário

PLANO HABITACIONAL PREVÊ MORADIA, HIGIENE E SAÚDE

O engenheiro Arthur Canguçu, presidente em exercício da COHAB-Bandeirante, é outro que vê no Plano Habitacional a solução para os problemas sociais. Ele respondeu: «Resolve os problemas sociais. Os núcleos residenciais dão às famílias condições de moradia, higiene e sanitárias. Com isto, faz com que a família se sinta num levantamento de nível, produzindo mais e melhor, devido à sua nova situação.

Nos núcleos devem ser miscigenadas famílias operárias, cujos chefes já tenham condições de estabilidade no trabalho, com famílias que por um motivo ou outro encontre-se o chefe sem um emprego fixo. Para isso, prevê o Plano Nacional de Habitação uma assistência social permanente, orientando todas aquelas famílias que se encontrem desamparadas psicologicamente. Essa assistência social deve orientar não só o chefe de família, mas também a sua mulher e os dependentes para que possam conjuntamente, em trabalhos caseiros e de economia doméstica, aumentar sua renda.

Os núcleos construídos pela COHAB - Bandeirante são perfeitamente normais, como qualquer bairro das cidades em que estamos agindo. As ruas são normais, as casas têm tipos diferentes, não havendo a monotonia do tipo. A única diferença que existe entre os nossos núcleos e um bairro periférico é que nêles, as casas são construídas de uma só vez. Nêles moram pessoas da classe operária, funcionários públicos e, em geral, o que poderíamos chamar de classe média baixa, ou seja, que têm renda entre 1 e 3 salários mínimos mensais. Para obter uma casa, em qualquer dos nossos núcleos, há necessidade de que o pretendente apresente a sua carteira profissional de trabalho, onde indica que ele é um operário que trabalha pela grandeza do nosso país e que, portanto, tem o direito de ter da nossa sociedade o amparo que as dificuldades financeiras não permitem que sozinho obtenha sua casa, seu lar, meta de todo chefe de família».

Figura 57. Jornal Correio Popular 04/07/1971

A aquisição

“A Vila Castelo Branco naquela época ela era a segunda Vila popular de Campinas, primeiro foi a Vila Rica depois a Vila Castelo Branco, como já disse e repito, não era Vila Castelo Branco, vamos chamar assim, era Vila Bela”. (Nelson Ribeiro)

Diversas foram as formas através das quais os moradores souberam sobre a possibilidade de adquirir uma casa no novo conjunto habitacional; desde a visita de assistentes sociais, conversas com os amigos, até a indicação de políticos. Nelson Ribeiro compara o processo da época com o atual:

Aquela época é o seguinte, a Cohab Campinas era nova no mercado e na época ela construía mil casas, mil e poucas casas, oitocentas casas, vamos dizer assim, a Vila Rica deve ter, se não me engano, deve ter uma quatrocentas e poucas casas, se não me engano é quatrocentos e pouco alguma coisa⁸⁴. Assim, a Castelo Branco construiu mil cento e doze casas e naquela época a Cohab ela dava casa para pessoa, por que ela tinha mil casas construídas e tinha duzentas, quinhentas inscrições então ela dava casa não era sorteio, porque o volume de casa era maior do que a inscrição. Então ela construía mil casas e tinha quinhentos inscritos, então ela chamava quinhentos e dava a casa para os quinhentos e sobrava quinhentos para quem queria se inscrever não ia. Hoje não, hoje é quarenta, cinquenta mil inscrições para duzentas, trezentas casas. Aqui no Itajaí mesmo são quinhentas casas, depois construíram Itajaí um, dois, e três e hoje, então, tem em torno de até sessenta mil inscrições. Foi feita inscrição, é como eu estou falando, foi feita inscrições só que eles construíram as casas e chamou os inscritos. Hoje não, hoje é sorteio, hoje tem que jogar na sena para pegar uma casa, tanto é que a minha inscrição é de 78 e eu peguei a casa em 85, até que não demorou tanto, demorou oito anos. Mas você vê que eu demorei um pouco. Então naquela época era fácil pegar casa na Cohab por causa disso, como eu já falei, o número de inscritos era menor que o número de casas que ela construiu. (O local de inscrição) era na cidade. Como foi crescendo o número de pessoas, acho que o povo não se interessava pelas casinhas na época, porque o aluguel era preço de banana qualquer um podia pagar, tanto é que meu pai pagou, apesar que foi pouco, sustentava oito filhos, nove depois na Castelo Branco, só ele sozinho. Minha mãe às vezes pegava umas costurinhas para fazer, pegava

⁸⁴ A esse respeito vide A formação das vilas operárias em Campinas, pág. 76

balas para embrulhar, minha mãe pegava soutien de uma firma que tinha na Sales de Oliveira para costurar. Por isso que meus pais na época pegou a casa fácil, por causa disso, agora hoje para pegar uma casa na Cohab. Para começar acho que hoje a Cohab nem fabrica mais casas, acho que nem tá fazendo mais.(NR)

Para Maria Candido Teodoro da Silva, além do conselho de uma assistente social, a interferência de um vereador foi fundamental para a concretização de seu sonho.

Aí, depois que essa mulher falou para mim da casa que eles estava fazendo, nessa época aí eu já estava operada, aí eu fui na prefeitura, não fui na Cohab, fui na prefeitura. Cheguei lá na prefeitura, achei um vereador muito bom, expliquei tudinho para ele a minha vida. Ele falou para mim a senhora merece ter uma casa. Virou assim, escreveu uma carta, e falou assim: leva na Cohab essa carta aqui e fica sossegada. Cheguei lá na Cohab entreguei a carta, a moça leu e falou para mim assim: - Cadê os documentos? Mas eu não tinha um nada, que eu nem sabia se eu era batizada, por que eu não tenho pai, não tenho mãe, não tenho ninguém. Agora eu tenho família, agora eu tenho os filhos, os parentes. Mas eu tinha um menino que já tinha colocado na Ultragás. E eu falei olha eu não tenho, mal e mal sabia como é que eu chamava. Ela falou e o menino? Falei: ele trabalha na Ultragás. Ela telefonou na Ultragás e eles trouxeram os documentos para ela do menino e fez o papel da casa graças a Deus quando fez quinze dias eu já estava com essa casinha, fez o papel tudo direitinho e falou a senhora vai esperar. Eu vim para casa eu não podia trabalhar, mas eu estava olhando as crianças para as mães trabalharem se não como é que eu ia comer né? Aí eu estava olhando as crianças e quando fez quinze dias que eu fui lá na prefeitura mandou me chamar. A mulher da pensão chegou lá e falou assim: tem um guardinha chamando a senhora aí. Aí eu saí e pensei o que será ? Mas nem pensava que podia ser a casa, porque disseram que demorava muito. E me entregou a carta e que era para eu descer lá embaixo no outro dia. Naquele tempo a Cohab era bem no centro da cidade perto da Igreja do Carmo, da Catedral. Aí eu fui lá falei para ela: - Você mandou me chamar? E mostrei a carta. Ela falou assim: Vem cá, é para a senhora tirar uma chave aqui. Daí eu peguei e tirei a chave e já comecei a chorar peguei a chave. Ela falou assim: Essa chave é para a senhora ir lá na Castelo, na Vila para eu abrir a minha casa para eu poder morar. Porque as primeiras casas que foram saindo eles foram

entregando né, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, mas me entregou. Daquele jeito mesmo eu já louvei a Deus e não tinha ônibus aqui não tinha nada.(MTCS)

Foto; arquivo pessoal Maria Candido

Fig. 58- Maria Candido e os filhos reunidos na nova casa na Castelo Branco.



Já para Nelson Camargo, a indicação para a compra da casa veio por parte do prefeito Ruy Novaes:

A gente trabalhava num posto na Anchieta, O Ruy Novaes passava lá, um dia ele perguntou pra mim se eu tinha casa, eu disse que não, então ele falou para eu passar na Cohab que tinha uma casa para mim.(NC)

As prestações, como já vimos anteriormente, seguiam dois modelos. Contudo, com a inflação novamente em crescimento, a inadimplência passou a aumentar, o que levou o BNH a repactuar as dívidas dos moradores, aumentando os prazos de pagamento com a conseqüente diminuição do valor das prestações⁸⁵.

Sei que nós pagávamos aqui eram trinta cruzeiros por mês. Depois uma temporada que a gente estava aqui, ele chamou a gente lá na Cohab, se queria que abaixasse o aluguel e daí aumentava de 25 anos passava para 30. Aí baixamos pagamos em 30 anos, mas daí nós pagávamos vinte e cinco cruzeiros por mês só. Vê que moleza! Agora não tem mais isso não! (Nelson Camargo)

⁸⁵ A respeito, vide figura 26 na página 90. Contrato de Reformulação da dívida.

A vida na Castelo Branco

“Mas ao passar do tempo eu fui me acostumando bem lá, fui me apegando mais ao pessoal e gostei da Castelo Branco, tanto é que eu vivi lá até 82.” (Nelson Camargo)

Como nos ensina Ecléia Bosi, o passado conserva-se e influencia o presente, a memória da vivência anterior atua e por muitas vezes dificulta a construção de um novo sentido de pertencimento⁸⁶. Nesse processo de construção do sentido de pertencimento pode ser observado na fala de Nelson Ribeiro, que se mudou para o bairro em plena adolescência, tendo que deixar para trás no bairro de origem os amigos e os demais elementos que compuseram sua infância.

No começo foi difícil eu me habituar bem na Castelo Branco, foi muito difícil. Só que não tinha tanta violência como tem hoje que, aliás, a violência está no mundo inteiro não é só lá, está no mundo todo, aqui também tem, em todo lugar tem. Era gostoso no começo, só que de lá para cá mudou muito, muito, muito. Porque na época que a gente mudou para lá, como eu já te disse, só na Vila Castelo Branco existe mil, cento e doze casas, e depois construíram, aí veio o Garcia, o Nóbrega, veio aquela região todinha, por que a John Boyd Dunlop era uma pista só, não tinha duas, como a Avenida é hoje ela era uma só, o asfalto era só até a Pirelli. Da Pirelli não tinha asfalto e ali onde é o Balão do Londres existia o Balão realmente naquela época, só que a John Boyd Dunlop ela não cortava o Balão. O Balão era só do lado, não onde do lado do Habbis, do lado do Covabra, ali que era o Balão onde tem aquele posto, que não existia posto ali, era uma casa no meio no Balão. Então a Avenida Ibirapuera ela existia, quando a Castelo Branco foi construída ela já existia. A Avenida mesmo era de terra né, mas já existia. Aí mais ou menos, uns três anos começou a vir o asfalto aí começou a crescer, foi mudado o nome do bairro, só que a violência foi tomando conta. Mas no começo a Castelo Branco era gostoso, só que ali era o seguinte, representava naquela época, que a Castelo Branco era o fim do mundo, da Castelo Branco para a cidade, parecia que era o fim do mundo, como eu já te disse, o ônibus mesmo acho que demorou uns dois meses para vim do Jardim Aurélia até a Castelo Branco. Era a CCTC⁸⁷, não sei se você lembra, parecido com um boi vermelho, então tanto é que até eu depois também trabalhei lá, ela demorou acho que uns dois meses para vir o ônibus para a Castelo Branco. O ponto final foi em frente à padaria, lá

⁸⁶ Vide Memória e Pertencimento, pág.01.

⁸⁷ Companhia Campineira de Transportes Coletivos - CCTC

em cima onde tinha a padaria Três Nações, depois ela foi lá para baixo, depois era lá mais próximo da minha mãe, então mudou três vezes o ponto final dele mas, naquela época, o povo da Castelo Branco, que vamos dizer assim, da Vila Bela na época que iam trabalhar dependiam de ônibus (eles) iam a pé, de lá até o Jardim Aurélia para tomar ônibus naquela época(..) três meses na época, mais ou menos, o asfalto levou três anos o ônibus levou uns dois a três meses, por aí. Só, como eu trabalhava na Guanabara na Rua Osvaldo Cruz no Ibroqui eu ia de bicicleta, então para mim não fazia muita diferença. Eu ia de bicicleta, e como eu já te disse, representava que a Castelo Branco era super longe da cidade, tanto é que não mudou nada, de lá para cá o tempo não mudou nada, Castelo Branco está no mesmo lugar e o Centro no mesmo lugar, e hoje representa que é mais fácil e mais rápido. Você vê, a distância não mudou em nada, vamos dizer assim em quilometragem, não saiu do lugar, mas hoje parece que é rapidinho. A gente mora aqui, (no Parque Itajai) você vê, daqui no Jardim Aurélia tem quatorze quilômetros, e da Castelo Branco na Cidade, se tiver seis quilômetros é muito e hoje representa que daqui na cidade é o fim do mundo e na realidade não é também, é que a gente ao passar do tempo vai se habituando.(NR)

Mapa de Campinas 2000/2001



Fig.59- Em vermelho, o centro da cidade; em azul vila Castelo Branco e Jardim Aurélia; em roxo Vila Rica e em verde, Parque Itajaí.

Sonia Regina Camargo da Silva e Maria Candido, por sua vez, relacionam o início da Castelo Branco como algo bom, e dizem que a deteriorização das condições de habitabilidade do local se deve aos novos moradores.

Bom, antes era tudo bom. Você podia sair, podia passear para tudo quanto é lado lá. Mas agora tem muita gente de fora, então você tem até medo de fazer alguma coisa. Apesar de que eu acho que eles não mexem com a gente não. Mas é que tem muita gente de fora. Muita gente mudou, inclusive tem uma vizinha lá que falou assim, quando saiu de lá ela falou assim: Que ia mudar, porque aquela Vila não dava pé para criar filho e tudo. No fim para onde ela foi ao invés de melhorar ai é que piorou tudo mesmo. E minha mãe falava assim, gozado eu com seis filhos aqui graças a Deus, nenhum virou marginal, então foi pura sorte? (SRCS)

Era uma relação até boa, era gostosa, agora que já morreu bastante, também já vai entrando outros mais novo, e esses mais novos sabe como é que é, não é que nem a gente. Mas é uma relação muito boa. Eu graças a Deus que eu moro aqui esse tanto de tempo eu não tenho a má querença com ninguém, As vezes eu fico triste aborrecida com aquela pessoa conforme o que a pessoa faz para a gente, mas eu deixo para lá, deixo quieto, não vou discutir, não vou nada. (MCT)

Contudo, Sonia sonha com a possibilidade de retornar à Vila Castelo Branco, desprezando a nova moradia conseguida no Parque Itajaí, demonstrando o processo de construção do sentido de pertencimento experimentado durante a infância e adolescência vividas na Vila Castelo Branco. Maria Cândida, da mesma forma não cogita em abandonar sua casa na Vila, mesmo que os novos moradores não sejam “que nem a gente”.

O que vem é que um dia que eu tiver dinheiro eu saio daqui e volto pra lá. Eu falo assim para o meu marido, o dia que a gente puder a gente volta para lá. Tem gente que não gosta daquela Vila, mas eu gosto de lá. Ontem mesmo eu estava lá, passei o dia inteiro lá e só imaginando se eu tivesse dinheiro eu ia para lá. (Já) Era para mim estar. Tem uma casa de frente a do meu pai, aquela casa é invadida, faz uns quatro anos que o pessoal está morando, é justo? Se eu tivesse lá, não ia ser assim. Queria comprar a casa, mas é de herdeiros e o dono falou que não compensa fazer o inventário, então a casa está lá. E a pessoa que mora lá, ao invés de guardar um dinheiro, alguma coisa não, a luz é gato, a água é gato, então o que ela

está fazendo lá, só está empatando. E a casa é na frente da casa do meu pai, se eu tivesse dinheiro eu ia lá e comprava. (SRCS)

Os passeios pelos arredores, na região do Jardim Garcia e Londres eram comuns para as crianças, sendo diversão predileta dos meninos nadarem em um tanque existente na região do Jardim Londres. Outro ponto que aglutinava os interesses juvenis era o Lixão existente na região do Jardim Garcia, no processo de aterro e encerramento das atividades, grandes tubos de concreto foram espalhados no local, servindo para as mais diversas aventuras sobre e dentro deles. As brincadeiras femininas consistiam em pic-nic e passeios pela região, aproveitando as possibilidades de uma zona da cidade que mantinha características ainda rurais. Mas curtiam também brincadeiras e jogos tradicionais no próprio bairro.

O lixão era na rua da feira. Ele começava ali e ia até lá em baixo na pracinha. Foi aterrado tudo. Ali atrás da escola em frente a Igreja de Guadalupe foi aterrado tudo com lixo. Foi até lá embaixo, no Jardim Garcia. Porque a rua que separa o Garcia da Castelo Branco ali é a Castel Nuovo é a antiga Rua A, ela que separa. Por que o Garcia foi construído em 70 ou 71, não sei, e foi entregue em 72. Isso eu lembro porque a gente morava na Castelo Branco e o Garcia era um matagal terrível, tanto é que lá embaixo no Nóbrega, onde hoje tem um piscinão que a gente chamava de pinicão, é um piscinão que era piscina mesmo, só que parece que afundou tudo lá, não sei o que houve lá, era da prefeitura. Para baixo um pouquinho desse piscinão, até hoje existe, aterrou onde hoje é o ponto final do ônibus Jardim Aurélia, ali para baixo onde ficou o aterro ali existia um tancão que era um buraco, era uma mina d'água e a gente ia lá brincar, nadar, era mina de água limpa. Então tinha gente que chegava correndo, tinha uns que chegavam correndo! Já chegava e gritava lá de cima. E lá vai eu! Quem estava na água tinha que sair fora porque chegava a pular de cabeça. (NR)

Eu lembro, que quando a gente mudou na Castelo Branco, então, o Jardim Garcia não existia, então era só matagal. Aí juntava eu e as outras coleguinhas lá da rua e nós íamos fazer pic-nic lá embaixo. Nossa, um dia eu lembro que a gente achou um lagartão correndo, mas nós saímos correndo e deixamos até as coisas do pic-nic lá, porque nós éramos todas pequenas. (NAMR)

Era diferente, era brincadeira suave, gostosa. Depois que eu vim para cá eu brinquei muito com essas meninas, jogava peteca, jogava bola, depois que foi caindo. Tinha sim bastante brincadeira. (RAB)

A memória dos moradores relacionadas aos primeiros anos de vida da Castelo Branco, invariavelmente é relatada como boa, apesar das dificuldades de transporte, falta d'água ou aparelhos públicos destinados ao lazer. Quando comparam o ontem com o hoje, o que surge é a violência como ponto de tensão. As dificuldades do passado foram superadas, transporte, saneamento básico, comunicação e educação, mas a violência do presente dificulta e passa a permear todas as lembranças relacionadas à Vila Castelo Branco. Segundo os moradores, o ontem era marcado por uma convivência entre iguais de "gente como a gente", o presente é invadido por "estranhos". Pessoas que desconhecem e, portanto não valorizam a conquista da casa própria e dos equipamentos urbanos que tornam a vida no bairro mais agradável, sendo os novos habitantes que trazem a violência.

Aqui é nosso, é do Castelo Branco, bandido não comprou nada aqui. (GRF)

Antes era bom aqui, sossegado. E outra, não tinha tanta violência. Hoje a gente sai na rua e não sabe o que vai acontecer. Hoje, tem que deixar o portão trancado, não pode deixar aberto o portão, se deixar aberto, eles vem correndo da polícia e entram lá dentro. Outro dia mesmo, entrou um aí (aponta para seu jardim). O portão estava aberto, estava uma porção de mulher, a gente estava conversando, era tarde, elas estavam tomando cerveja e eu do lado aí. Depois me deu uma vontade de ir lá na cozinha, fui para cozinha atravessei no rumo do vitrô e vi uma pessoa de roupa escura. Aí eu não fui na cozinha, voltei para trás, cheguei para ele e falei assim: O que você está fazendo aí? – Escondendo da polícia! – Ah é! – Fiquei caladinha e fui olhar onde estava a polícia. Abri o portão, e ele foi atrás de mim. Besta! Foi atrás de mim, também saiu para fora, quando ele achou a polícia se escondeu debaixo do carro. Mas eu não podia deixar ele aqui dentro que ia ficar ruim para mim. Agora não pode. Mas de primeiro você podia deixar roupa no varal, podia dormir com a casa aberta, não tinha perigo, não tinha nada. (MCTS)

A conquista das melhorias

“Primeiro veio a luz, (levou) uns quinze dias. A água demorou uns vinte dias. Quando começou, eles encanou água aí (na escola EEPG “Antonio Fernandes Gonçalves”) então a gente pegava”. (Cristina Aparecida Alves)

O princípio da Castelo Branco é lembrado por seus moradores, como de lutas e privações. A memória da falta d'água e de ônibus supera em muito a da falta de luz ou de escola. Veja os depoimentos:

Trabalhava o dia inteirinho, quando chegava de tarde a gente ia lá embaixo. Tinha um buraco lá embaixo tinha uma mina e a gente ia lá buscar água e fazia fila para pegar água, aquela filona de gente Os meninos brigavam, caia na água. A gente ia lá catar aquela água com vela, por que não tinha nem luz. Aqui ainda catava aquela aguinha, cada um com um caldeirãozinho e dava para passar até amanhã. Aí tomava um banho numa bacia sem vergonha porque não tinha jeito, foi desse jeito. Mas era um lugar sossegado, quando chovia não dava nem para andar, escorregava. Todo o dia cedinho ia para o Jardim Aurélia tomar o ônibus. Aí à tarde, também descia lá e até que chegava em casa era uma luta. Depois foi aumentando, depois eles puseram ônibus aqui na Dulope (John Boyd Dunlop) e depois juntou uma porção de ônibus agora está bom. (MCTS)

Chegava àquela hora, dava aquela coceira. Não tinha o Garcia a gente ia brincar pra lá e com aquele monte de cavalo, monte de bicharada você acha que eu não ia? (tomar banho na caixa de água da escola Antônio Fernandes Gonçalves) SAB⁸⁸

Há um outro problema. Ela conta que na época quando foi feita essas casas não tinha água nas casas, a água vinha do grupo escolar. Então todo o povo do bairro tinha que ir no grupo escolar buscar água. Não tinha encanamento ainda, a Prefeitura entregou as casas, mas não tinha encanamento ainda, não tinha água nos canos então o grupo escolar tinha (porque) era onde tinha a caixa de água que servia o povo da Vila Castelo Branco. Não tinha condução (também). Eles iam para tomar o ônibus, iam tomar o ônibus no Jardim Aurélia. Exatamente, tudo sem asfalto, tudo com terra, tudo, tudo. As casas sem muro, sem

⁸⁸ Silvia Aparecida Brandão

cerca, cerquinha baixinha. O Jardim Garcia que é vizinho da Castelo Branco era mato por que não tinha casa, não tinha nada, era cafezal. IS⁸⁹

Do começo, 35 anos que nois mora aqui. Do começo, sem nada, sem água, não tinha asfalto, não tinha nada, só tinha luz e dentro de casa. Não tinha ônibus, o ônibus ficava até o Jardim Aurélia, do Jardim Aurélia tinha que vir a pé até aqui. Depois, quando começou a chegar o ônibus até aqui, conforme a gente descia no ponto do ônibus, eu moro pegadinho cá pista né, a gente atolava no meio do barro. Quantas vezes não caí, ia correndo pegar o ônibus, escorregava, caia aquele baita tombo no meio do barro. E eu não era velha não, era nova mas o barro era demais, muito liso, no fim tinha que voltar para casa, troca de roupa, bota outro chinelo no pé e ir trabalhar. A gente lutou bastante. Mas agora, na graça de Deus, a gente tem tudo na porta. GRF⁹⁰

Devido as casas terem sido entregues sem muros, apenas separadas por pequenas cercas de madeira⁹¹, os moradores da Castelo Branco tinham por costume atravessar o quintal alheio como forma de encurtar caminho até o ponto do ônibus ou nos deslocamentos intra-bairro. Desta forma, no primeiro ano de existência do núcleo habitacional, houve uma febre de construção de muros. E, como a construção deste melhoramento demandava um certo poder aquisitivo, a existência do muro em uma residência acabava por estabelecer um início de distinção entre os moradores.

O muro demorou para a gente fazer. Eu pus um murinho, uma gradinha. O homem que veio pregar a grade falou: A senhora é enfermeira? – porque naquele tempo a enfermeira ganhava bastante – falei: Não, eu sou empregada mesmo, sou empregada doméstica, mas era quase enfermeira. Eu sou umas das primeiras que fez o muro aqui, (...) depois fiz o fundo, por que eu trabalhava e acertei a minha casa mais depressa. Ela (a patroa) era muito boa e mandou fazer para mim. (MCT)

A chegada do asfalto foi bastante comemorada:

A gente não queria mais nada e pior que a gente ficava tudo pintadinho (de pixe), porque todo mundo queria ver, nunca tinha visto. A roupa então! Não tinha como, para nós era festa mesmo” (RAB)

⁸⁹ Isabel Schnaider

⁹⁰ Georgina Rodrigues Ferreira, 74 anos a 35 no bairro.

⁹¹ A respeito, vide o tópico As Casas, pág. 147.

Eu lembro que eu queria tanto ver asfaltar, por que eu nunca tinha visto fazer um asfalto, mas justo na época foi festa de fim ano, e no fim de ano a gente ia para a casa da minha avó lá em Mococa. Então quando nós chegamos de viagem da casa da minha avó, cheguei lá, já estava tudo pronto o asfalto, eu cheguei em casa comecei a chorar, porque eu queria ver asfaltar a rua, eu lembro disso até hoje. Eu não vi. Eu sei que nós saímos de casa e as máquinas estavam trabalhando, e eu falei para minha mãe: - O que eles vão fazer com esses tratores? (a mãe respondeu:) - Ah, eles vão asfaltar! Aí a minha mãe começou a explicar como era o processo e foi chegando o fim de ano que era época de Natal, época de eleição, fim de ano assim então eles faziam rapidinho. Eu me lembro que a gente foi para a casa da minha avó e quando a gente voltou, já estava tudo asfaltado. Quando nós chegamos com uma mala, porque a minha mãe tinha uma mala tão grandona quando a gente viajava, que a gente chegou no bairro que eu vi tudo asfaltado aí eu comecei a chorar porque eu falei para minha mãe: Nós não podíamos ter viajado porque eu queria ter visto o asfalto! (NAMR)

foto:arquivo pessoal Luzia Pontes.

Fig. 60 - A chegada do asfalto na vila Castelo Branco, podemos observar ao fundo, lado esquerdo da foto, os muros ainda em construção. Na foto a baixo o asfalto que Nilza não viu ser colocado.

Ao fundo, cerca original de madeira.

A passagem de fotógrafos de rua com seus animais era bastante comum naqueles tempos por toda Campinas, Hoje esta prática resume-se aos bairros mais periféricos.



Fig. 61- Em muitas casas, as fotografias produzidas por esses profissionais, são as únicas imagens de posse das famílias de baixa renda nas décadas anteriores a de 70. Outra oportunidade que essas famílias tinham para obter uma foto, eram as caravanas para a cidade de Aparecida, Bom Jesus de Pirapora e entre outras localidades turísticas. As imagens em sua maioria eram no formato meio quadro, montadas em binóculos.

A dificuldade de comunicação e de atendimento médico urgente também foi lembrada como uma das dificuldades iniciais.

Você não lembra que na Castelo Branco, não tinha Orelhão, não tinha nada. Então existia um barracão de madeira e lá que tinha um telefone e ficava um guarda ali. Eu lembro até que quando acontecia de alguém ficar doente, eu lembro que quando o Sr. Joaquim ficou doente, o marido da D. Joana, aí correram lá nesse telefone que tinha nesse local e foram ligar para vir uma ambulância para poder vir socorrer ele. (NAMR)

Já na década de 70 do século passado, a diferenciação se dava pela posse de aparelhos eletrônicos como televisão e geladeira. Os que possuíam televisão eram agraciados, no horário das novelas, com jarras de gelo que eram consumidos nos refrescos durante a exibição das mesmas. Eram chamados os tele vizinhos. Como as salas de tamanho diminuto não comportavam todos, as portas eram mantidas abertas e o espiar pela janela era uma constante. Atualmente a reforma dos telhados e fachadas passou a permitir uma diferenciação mais nítida dos moradores.

Foto: Nelson Camargo



Fig 62-. Em uma mesma rua (15) podemos observar as diferenças na reforma dos telhados e ampliações. O sobrado contrasta com as casas originais.

fotos: R. Gonçalves

Fig. 63. As alterações de fachada modificam completamente o estilo original das casas. Em uma mesma rua vemos casa que ainda mantém o telhado origina (centro), ao lado das que os moradores já substituíram as telhas de amianto por barro e os que esconderam completamente o telhado.



A chegada do comércio

“Antes não tinha nada, mas depois que puseram a padaria, puseram a mercearia. O homem vendia para a gente e recebia em 15 dias, tinha dó dos pobres. A gente ia lá de noite depois que vinha do serviço”. (Renata Alves)

Hoje, os estabelecimentos comerciais, padaria, farmácias, salão de beleza, restaurantes e loja de materiais para construção, estão instalados nas ruas perimetrais do bairro. Já, os pequenos prestadores de serviços, serralheria, gráfica, sorveterias, bares, tapeçarias, entre outros, estão instalados nos jardins das residências transformados em oficinas de trabalho⁹². Vide relação fornecida pela Prefeitura Municipal de Campinas, figura 6. Nos idos de 68/69 o comércio resumia-se a pequenas barracas de secos e molhados, instaladas nas perimetrais e vendedores ambulantes de gêneros de primeira necessidade. O sistema de compra era por caderneta, onde os gastos eram anotados e pagos posteriormente, restando sempre um saldo devedor para o mês seguinte. A quitação destas dívidas é lembrada pelos moradores como de difícil realização.

Para você ter uma idéia o Brotense, o Supermercado Brotense ele tinha um Armazém, ele era feirante, depois ele montou um Armazém, ali onde que é a Padaria Três Nações, lá em cima. Ao lado da Padaria tem uma Casa de Carne, ao lado tem um Restaurante, ao lado tem não sei o que é hoje, se é bar. Ali era um Armazém do Brotense. E aquele (...) bazar (...) na Castelo Branco, muito famoso, ele começou com uma perua Kombi, ele ficava ali em cima parado ali perto da padaria vendendo, com Kombi, ele ficava com uma Kombi, ele era um tipo de um armazém, ele ficava com uma Kombi ali e vendia para todo mundo. Todo mundo ia lá na Kombi dele comprar de tudo, ali era o bazar dele. Ele não rodava a Vila, ele ficava parado ali. Hoje, ele é dono daquele bazar (...) na Castelo Branco enorme. A feira, na época, quando a gente mudou lá, a gente fala a rua da feira, na divisa da Castelo Branco velha com nova⁹³, na época a feira lá em cima dessa pracinha para baixo da padaria onde tem uma praça hoje, a feira era ali na época. Depois que a feira mudou lá para baixo, como eu já disse a Castelo Branco foi feita em duas repartições duas fases, a fase um e fase dois, a fase um foi entregue em 66 e fase dois em 67 e a fase dois é conhecida como essa rua da feira para lá. (NR)

⁹² A respeito vide relação de alvarás de funcionamento expedida pela Prefeitura Municipal de Campinas. Nesta lista estão inclusos os estabelecimentos comerciais instalados na Av. Ibirapuera, divisa com o Jardim Londres uma vez que estes servem a população da Castelo Branco e foram os primeiros a serem instalados na Região. O supermercado Brotense a que os moradores se referenciam, está localizado no Jardim Londres, uma vez que, o projeto inicial da Vila Castelo Branco, não contemplava local para a instalação de comércio de médio ou grande porte.

⁹³ Referindo-se as duas fases de construção do conjunto habitacional que, entretanto, foram quase concomitantes.



Fig.64- A Feira era o ponto alto dos domingos na Castelo Branco. Nela podia-se comprar desde roupa a alimentos e artigos de primeira necessidade. Neste tempo as galinhas ainda eram vendidas “em pé” ou seja vivas. As aves não eram abatidas imediatamente, elas eram soltas nos quintais ou presas em galinheiros. Após algumas semanas eram mortas e depenadas em água quente.

Era quilinho de arroz, um quilinho de açúcar, feijão tudo em pacotinhos. O dono do Brotense (supermercado) morava aqui perto daquela igreja. É, isso daí, que tristeza viu!. A galinha era viva não tinha nada morta. Aquelas galinhas tudo unhando na gente, a gente jogava no quintal e quando minha mãe ia matar, a Cilene (irmã mais nova), corria para não ver matar a galinha. É porque (ela achava que) se via matar ficava com dó e (a galinha) não morria. A mesma coisa quando matavam porco. Quantas pessoas nesse tempo matava porco. Eu não ficava perto, eu não! Por que você fica com dó e ele não morre. (RAB)

Sabe o que eu lembro, tinha padeiro, que tinha a perua que passava de padeiro e tinha também peixe, tinha bucheiro. Passava toda quinta feira, já tinha os dias certinho. (NAMR)

Contrastando com os dias atuais

Têm bastante comércio aqui na Vila, nas casas. Estofamento, tem sim, cada um já fez um jeitinho de ganhar dinheiro. Um põe estofamento, outro põe uma serralheria, outro põe cachorro quente, tem sim bastante mesmo, bazar.(MCTS)

Junto com essa Praça tem a Padaria, chama Padaria Três Poderes, mas essa Padaria não era Padaria Três Poderes, essa Padaria pertencia à família Rosolem, antigo morador que foi vereador por muitos anos. Depois é que mudou para Três Poderes aí foi vendendo a Padaria. Então a primeira pessoa que foi, foi o Rosolem família Rosolem que fundou a Padaria no começo (IS)

O comércio, tem a Dalas (loja de roupas), tem o Brotense (supermercado), tem o Caipirão (forró), tem Eletrônica. Em matéria de comércio aqui na redondeza, depósitos de materiais também. Não tem o que reclamar, o problema é o lazer para a criançada, porque nós antigamente a gente se virava.(RAB)

Dona Maria Cândido também encontrou sua forma de completar a renda familiar montando um pequeno bar na frente de sua casa.

O barzinho é muito corrido demais, apertado para mim, porque você vê, se ele não está aqui, ele vai trabalhar – porque ele não estava trabalhando quando montamos o bar, agora que ele pegou um serviço – precisa para poder ajudar e é longe o serviço dele, mas eu tenho que tomar conta, sábado passado, eu não fiz almoço, fiquei aqui, vou lá dentro e como qualquer coisa, a gente vem correndo, põe um arroz na frigideira para poder esquentar, a pessoa chama, você desliga o fogo, corre aqui, torna ligar, torna a por a panelinha no fogo e assim vai.(MCTS)

A banca de jornal foi lembrada como ponto de disseminação das informações no bairro. Nela eram expostos os Boletins do Centro Comunitário e outros avisos de interesse da comunidade.

Por que a banca de Jornal justamente, em 1967 o povo vivia de jornal, não existia quase televisão, então o jornal chamava a atenção. Tudo o que tinha no bairro era pela Banca de Jornal, ali, naquela Banca de Jornal do Sr. Jorge, ali tinha, como se diz, folhetos das comunidades, folhetos dos Centros Comunitários, do Grupo Escolar, tudo o que tinha no bairro. A banca, como era o Centro principal do bairro para o povo ter conhecimento e devido àquela banca, uma ajuda do Sr. Jorge, e ele não sendo do bairro ele estava colaborando com o bairro por que ele tinha a família dele morando aqui. Então ele foi também um pioneiro com essa Banca de Jornal foi o pioneiro. Porque hoje é raro uma Banca de Jornal dar uma informação, colocar na Banca uma informação de um Centro de Saúde, uma informação de um Centro Comunitário, porque antigamente o povo era simples mas se comunicava melhor. Ele não tava preocupando com o dinheiro, ele não estava preocupado em vender o jornal, ele estava preocupado com a comunidade, isso era o mais importante. (IS)

Foto:Isabel Schinaider

Fig. 67 - O homem se chamava Jorge Canine, ele foi o jornaleiro, a história do jornal a primeira banca simples, que hoje se tornou grande e ao mesmo tempo, devido a essa Banca começaram a aparecer as outras Bancas. Então ele confiou muito na Castelo Branco, ele confiou muito no Bairro do Castelo Branco, por isso que ele colocou a Banca. A banca passou de pai para filho. (IS)



Contribuinte	Rua	Logradouro	Bairro	Ncae1	Ncae2
VITOR TEODORO-ME	MONTESE	RUA	V C BRANCO	2	871
APARECIDO STRAZZA - ME	CAMAIORE	RUA	V CASTELO	2	872
TRANS JULIANO TRANSPORTES ROD LTDA	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	2	873
MERCECAMP COM DE PECAS DIESEL LT	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	30	371
EDUARDO CESAR MATIAS ME	VALENTIM SEGALLIO	RUA	V CASTELO	40	302
LUMAQ IND COM DE ETIQ E SERV ELETR LT-A	ATAULFO ALVES	RUA	V CASTELO	40	434
SERRALHERIA FUJI LT-ME	PAULO EIRO	RUA	J LONDRE	46	302
REGIONAL NORTE COM E REPRESENTACOES	ZOCCA	RUA	CAST.BCO	50	321
SALGADELLA'S ALIMENTOS LTDA-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	58	000
D J SUPRIMENTOSJ PARA INFORMATICA LTD	ATAULFO ALVES	RUA	V C BRANCO	58	849
GERALDO YUKIO YAJI-ME	IBIRAPUERA	RUA	J.LONDRES	60	030
MARIA CELIA TONOLI SOARES ME	FORNOVO	RUA	V C BRANCO	60	043
PROPART'S COMLT LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	J.LONDRES	60	310
A VERTICAL COM PCS ASS TEC ELEV LTDA-M	JOSE SERAFIM	RUA	V C BRANCO	60	329
ELETROTECNICA SAAVEDRA CP, REP AS LTD	IBIRAPUERA	RUA	J LONDRES	60	335
SALVALINA GONCALVES DE FARO - ME	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	60	351
ANTONIO PADOVA JORA FERRACIOLI-ME	RODOLPHO LINER	RUA	JD LONDRES	60	371
VILMAR FERNANDES DOS SANTOS-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	60	371
CIATORK COMERCIO E REPRESENTACOES L	ATAULFO ALVES	RUA	VL C BRANC	60	371
VILAS BOAS COM DE AUTO PECAS LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD.LONDRES	60	371
MACPELA COM DE FORROSE DIVISORIAS LT-ME	MONTSE	RUA	V C BRANCO	60	409
UBALDO URBANO ALVES	IBIRAPUERA	AVN	JD.LONDRES	60	410
GRAFICA E EDIT NEVALDO BERTO & CIA LT	ATAULFO ALVES	RUA	V C BRANCO	60	430
BRUTOS TAPECARIA LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	60	615
PLUS BOUTIQUE LT-ME	COLLECCHIO	RUA	V C BRANCO	60	630
WILSER CALCADOS E CONFECcoes LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	60	630
REINALDO CRIVELARI CAMPINAS-ME	CASTELNUOVO	RUA	V CAST BCO	60	630
SALAO DO SORVETE LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	J.LONDRES	60	716
RICARDO ALEXANDRE ANTUNES-ME	CASTELNUOVO	RUA	V. CASTELO	60	849
WLAILSON FIRMINO ME	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	60	849
CARLOS JOSE PARISI RIBEIRO ME	IBIRAPUERA	RUA	JD LONDRES	61	000
AGUIA COM E REPRESENTACOES LT	IBIRAPUERA	AVN	J.LONDRES	63	000
DROGARIA OLIVEIRA JUNIOR LT -ME	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	64	000
SUELJ APARECIDA GERALDO DE GODOY-ME	VALENTINA FIGUEIREDO	RUA	V C BCO	65	000
CARLOS AUGUSTO PINTO CAMPINAS ME	ATAULFO ALVES	RUA	V C BRANCO	65	000
COM DE CARNES SANTA IZABEL LT	ZOCCA	RUA	V C BRANCO	66	000
FRIGOBOI CAMPINAS COMLT DE CARNES LT	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	66	000
OSWALDO GAZZOLA -ME	ZOCCA	RUA	C BRANCO	66	000
PANIFICADORA 3 NACOES LT	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	67	000
UAI LANCHONETE E DOGERIA LT	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	69	000
CLAUDINEI LOPES DE OLIVEIRA - ME	VALENTIM SEGALLIO	RUA	V C BRANCO	70	710
MARIA RITA PEREIRA CAMINE & CIA LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	72	000
MERCEARIA RSR LT-ME	JOSE SERAFIM	RUA	V CAST BRA	72	000
LUIZ CARLOS PINTO CAMPINAS ME	FORNOVO	RUA	V C BRCO	72	000
LONDRESBAR-BAR E MERCEARIA LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	73	000
AKIO SATO-LANCHONETE-ME	GUSTAVO TEIXEIRA	RUA	J LONDRES	73	000
BAR DO TIDELI LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	J LONDRES	73	000
HELENO MIRANDA CAMPINAS - ME	IBIRAPUERA	AVN	J.LONDRES	73	000
BIANCHI & OZIRIA LT-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	73	000
VITA MARQUES DE OLIVEIRA FRANCISCO-ME	JOSE SERAFIM	RUA	C BRANCO	73	000
ANTONIO APARECIDO ALVES BAR-ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	73	000
B RIBEIRO NETO & L OLIVEIRA LT ME	IBIRAPUERA	AVN	JD LONDRES	73	000
MARIA CANDIDA TEODORO DA SILVA-ME	HUMBERTO DE CAMPOS	RUA	V C BRANCO	74	000

Figura 68 – Relação de estabelecimentos comerciais cadastrados na PMC até o ano de 2001 referentes a vila Castelo Branco. Embora os estabelecimentos situados na Av. Ibirapuera estejam listados como localizados no Jardim Londres, como essa avenida é divisas entre os dois bairros, eles servem também a Vila Castelo Branco.

A rua e seus múltiplos espaços

“Ontem mesmo eu estava vendo, eu acho que tem rua que é menor lá, porque ali na Rua do Pai, não sei se é porque a gente está habituada já com esta rua, e se acostumou e a gente acha que ela é grande, mas a rua 27 quando eu subi do clube ontem, sei lá, parece que se um carro pára ali você não tem espaço para passar. Mas eu acho que tem rua ali menor. Será que é porque, no caso, de primeiro tinha muito terreno baldio, e foram preenchido esses terrenos. Que nem ali perto da casa do meu pai sempre foi um depósito de lixo e hoje é uma escola”.(Sonia Regina Camargo da Silva)

Prestes Maia defendia a idéia que os bairros residenciais deveriam ser orientados de forma a satisfazer todas as necessidades dos moradores locais, evitando-se assim o deslocamento desnecessário ao centro da cidade. Nos apontamentos feitos pelo engenheiro e urbanista em 1938, e compilados por Ricardo Badaró, veremos que muitas das idéias que Prestes Maia propalava foram implantadas na concepção urbanística da Vila Castelo Branco.⁹⁴

“As quadras residenciais seriam alongadas e estreitas, dispostas segundo as direções mais favoráveis e definindo as ruas transversais como vias de ligação – mais espaçadas e com algum trânsito – e entre elas se intercalariam, quando necessário, viela para pedestres”. (Prestes Maia)⁹⁵

Para o urbanista, os novos bairros deveriam ser orientados de forma a ter a escola como seu centro, o comércio em sua periferia em ruas mais largas e destinadas ao tráfego de deslocamento, permitindo que as ruas internas fossem destinadas ao convívio entre os moradores. Todas as casas deveriam possuir recuo e que neste espaço fossem criados jardins, bem como deveria haver um *play-grounds* em cada quarteirão.

Como as ruas, as calçadas também são estreitas, e devido a ocupação destas por parte dos moradores para a guarda de material de construção (areia, pedra e entulho) estes transitam normalmente pelo leito carroçável. O recuo frontal, destinado ao jardim no projeto original foi tomado por telhados que se estendem até as calçadas, levando a casa para a rua. As ruas são utilizadas pela população como local de encontro e lazer. É comum encontrar senhoras à tarde conversando em frente aos seus portões, crianças brincando na rua, homens nos finais de semana lavando ou consertando carros, atividades estas, há muito deixadas de lado, em outros bairros campineiros de implantação mais antiga.

⁹⁴ Longe de afirmar que os arquitetos e urbanistas do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo seguiram as idéias de Prestes Maia, ou mesmo que estas foram inovadoras ou inéditas, acredito que, por serem contemporâneos, tanto os arquitetos do SFHU como Prestes Maia beberam da mesma fonte ao visualizarem seus conjuntos habitacionais.

⁹⁵ (Pensamento atribuído a Prestes Maia por Ricardo Badaró no livro *Campinas o Despontar da Modernidade*, 1996:78)

Foto: R.Gonçalves

Fig. 69 - Os jardins em sua maioria foram substituídos por garagens ou mesmo ampliação de cômodos da casa, bem como por comércio. Nesta foto vemos uma das poucas árvores ainda restantes das plantadas originalmente pela Cohab.



Fig. 70 - As festas e brincadeiras infantis são realizadas nas ruas. Festa de Cosme e Damião, 12 de outubro de 2001. Foto de Renata Alves.

Nos primeiros meses de existência da Vila Castelo Branco, as praças se resumiam em amplos terrenos vazios encravados no meio dos quarteirões ou nos finais destes. Este espaço era utilizado freqüentemente pelos moradores como de ósio de lixo, como ainda ocorre hoje na praça existente na divisa do Castelo Branco com o Jardim Garcia.

Foto: R.Gonçalves dez/2001

*Fig. 71 -
Praça localizada na
rua Castel Nuovo
logo atrás do
Colégio Antonio
Fernandes
Gonçalves, na
divisa com o Jardim
Garcia.*



Ah, a Praça, a Praça chama Praça Ópera Lo Schiavo, foi inaugurada dia 05/08/1967. O busto é de Humberto de Alencar Castelo Branco, naquele tempo era prefeito o Rui Novaes, e naquela época as casas eram construídas pela COHAB, foi um trabalho do Prefeito Rui Novaes. A Presidenta da COHAB naquela época era Maria Ferreira, viva ainda até hoje, da COHAB. E como o Presidente da República era o Castelo Branco. Foi por ele que foram feitas as casas porque a COHAB pertencia a Federal. Ele era o Presidente da República. Então, foi colocado o busto dele em homenagem à ele e tem até agora. Agora atualmente os aposentados jogam baralho, mas também não é só isso, tem maconheiro, que o pessoal dali sofre muito com maconheiros, com ladrões que ficam ali. Ali tem o ponto de táxi também, na mesma Praça do lado da mesma Praça, mas tem o busto dele para lembrar. É uma Praça muito boa. (IS)

Foto: Isabel Schinaider out/2001



Fig. 72 - "Tem um vereador que deu aquelas mesinhas para eles porque não tinha nada disso, então eles vão ficar lá depois do almoço conversando lá de baixo da árvore".SRCS

As pessoas continuam na rua, botando a cadeira nas calçadas. Continuam, eles vão na Praça, principalmente as velharadas na rua lá de casa lá, eles vão na Praça. Ou se não nas calçadas sentam lá, ficam conversando. Eles falam assim: É o povão da Castelo Branco fazendo fofoca. Mas mora ali e ficam sentadas ali conversando. Inclusive ali na frente da casa do meu pai é muito movimentado, porque à noite eles vendem cachorro quente, ali na casa de baixo, lá na D. Vitória. Então sempre tem gente, tem carro parado ali, e gente sentado na calçada. Eles sentam tudo ali na calçada do meu pai para comer cachorro quente, então é uma Vila normal, do Povão. (SRCS)

(A praça Lo Schiavo) O dia inteiro, 24h no ar. E a gente olha é tudo bonito, podia limpar, fazer uma coisa fazer outra, vai olhar lá que imundice que está ali, não é mesmo? Aqueles velhos mesmo que ficam ali, se pegassem umas vassouras, uma enxada, uma coisa qualquer. O canto é nosso, vamos limpar aí. Mas não fazem nada disso não. Eles ficam jogando baralho e dominó. Então, mas não era para eles cuidarem? Já que a prefeitura não cuida. (NC)

Foto: Isabel Schinaider

Fig. 73 - Então esses aposentados ficam se divertindo, conversando, contando histórias, as histórias deles, contando o que se passa dia a dia. Então eles ficam contentes por que tem uma Praça, tem uma Praça que eles ajudaram a construir. Isso é o mais importante, porque violência tem, mas isso é geral. (IS)



Teve um tempo aí, que eu fiquei de ajuntar a turminha e ir lá para ver se nós podíamos ele (o busto de Castelo Branco) para voltar no natural. Depois é capaz de a gente ir lá e acharem que foi a gente que pintou isso. Então eu falei é melhor deixar assim mesmo, tá lá. Será que sai aquilo? Isso é bronze, busto é bronze. (JC)

Eu não acredito não, do jeito que a vila é aqui se fosse bronze, ele não estava lá mais não. Mas eu acho que não é, eu acho que ele é um material pintado da cor de bronze. Aqui é onde a turma joga malha, onde as velharada joga bocha, aqui. (NC)

O abandono das praças é visto como um descaso tanto da população como da Prefeitura.

Ao invés de progredir eles regridem, destroem. Quando você vai ver essas praças aqui em cima não tem um jeito. Tem na rua de casa, ali, onde você morava (rua Ataulfo Alves), você olha, aquela praça antigamente, tinha um senhor, que ele cuidava, trabalhou muito tempo e Ele faleceu, a praça virou um lixo. (RAB)

E no meio desse abandono, quem se instala é o tráfico de drogas que se utiliza deste espaço para a realização de seu comércio e demonstração de poder e força.

Fig. 74. A seguir, material coletado no jornal Correio Popular, 06 de jan. 2002, registrando o avanço do tráfico na periferia da cidade.

Tráfico mostra 'força' e planta maconha em praça pública

BARGAS FILHO
Da Agência Anhangüera
bargas@rac.com.br

Policiais militares da Rondas Ostensivas Táticas de Campinas (Rotac) descobriram ontem um pé de maconha plantado em plena Praça Ópera Lo Schiavo, espaço público localizado na Vila Castelo Branco, em Campinas. A PM foi acionada via denúncia anônima.

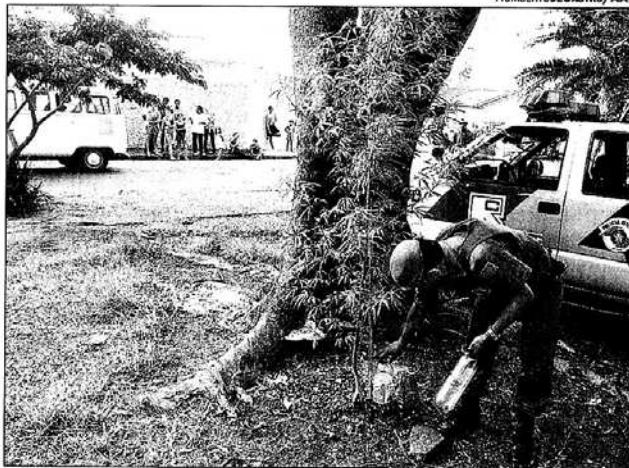
A planta, com cerca de dois metros de altura, foi arrancada. É a terceira apreensão de pés de maconha em Campinas registrada este ano. Plantar maconha é crime inafiançável, qualificado como tráfico de drogas.

De acordo com avaliação dos policiais, o plantio da maconha numa praça pública é uma forma de os traficantes demonstrarem "força" aos moradores.

"É um troféu do tráfico. Uma maneira de dizerem que mandam nesse território", comentou o sargento João Roberto Pianucci.

Cinco rapazes, dois deles com antecedentes criminais, que seriam responsáveis pelo cultivo da planta, foram detidos. Três litros de água achados perto da árvore e a terra úmida demonstraram que a planta havia sido regada pouco antes de a Polícia chegar.

A praça fica entre as ruas Raimundo Correia, Montese e Mário Sydow, perto da Avenida John Boyd Dunlop. O local



Ao lado do pé, PM recolhe garrafas usadas para regar a planta

é usado como ponto de venda de drogas pelos traficantes que atuam na região que compreende os bairros Castelo Branco, Vila Padre Manoel da Nóbrega, Jardim Garcia e Jardim Londres. A praça também servia como "quadra" de ensaio da escola de samba Rosa de Prata.

Os policiais receberam uma informação sobre a existência da árvore ontem às 14h. "Quando chegamos na praça, fizemos uma varredura até encontrarmos a planta", explicou o sargento. Os cinco rapazes foram detidos porque estavam perto do pé de maconha e saíram correndo quando os policiais se aproximaram. Eles negaram envolvimento com traficantes. Porém, um deles

foi preso por tráfico de drogas no ano passado.

Os policiais militares levaram um galho com folhas da planta para o Instituto Médico Legal (IML), que confirmou tratar-se de maconha. "É uma demonstração de força que não podemos permitir", comentou o sargento.

A descoberta provocou movimentação entre os moradores. Muita gente saiu de casa para ver o que estava acontecendo. "A gente fica até assustada com isso. Eu nem sabia que isso é uma árvore de maconha", comentou uma mulher que mora há 25 anos no bairro.

Os policiais afirmam, entretanto, que os moradores são intimidados pelos traficantes.

Essa Praça também está toda abandonada, ontem eu estava olhando lá, está toda abandonada não tem um lugar que está tendo gente cuidando. Aqui essa Praça fizeram muito bonita, lá em baixo (na que se reza o terço) também se não é os moradores mexerem, ninguém mexe, de vez em quando eles fazem uma limpeza lá. Onde tem o, (busto de Castelo Branco), lá que você viu, se nós os

moradores não fizermos alguma coisa. Ontem eu estava vendo onde as velhas ficam sentadas, puseram um sofá lá, no meio da praça. (SCRS)

As praças da Castelo Branco, entretanto fornecem espaço para ocupações mais pacíficas. É no espaço da praça localizada na rua Fornuovo, duas quadras abaixo da Ópera Lo Schiavo, que se realiza semanalmente o Terço de Nossa Senhora de Guadalupe, por iniciativa de Isabel Schnaider. O terço é freqüentado quase exclusivamente por senhoras moradoras nas ruas próximas a praça. O terço iniciou-se há dois anos, em virtude do assassinato de um jovem de 15 anos, ocorrido naquele local. Fora dos horários do terço, a praça é tomada novamente por usuários de drogas e traficantes. Mesmo assim, ela continua sendo freqüentada, durante o dia pela população local como espaço de lazer, através de uma certa divisão espacial.

Foto: R. Gonçalves dez/2001



Fig. 75 - É uma praça que já passou por muitos acidentes. Já mataram diversas pessoas, aqui, nessa praça e agora parece, já falaram que depois que nós começamos a rezar o terço, melhorou a situação. Então, acho que é uma benção de Deus. Faz dois anos que não passou nenhuma quinta feira sem rezar. Então quer dizer que é uma coisa que está feita que Deus quer e, esse Deus é para a Paz da Vila Castelo Branco. (IS)

A conquista de uma praça urbanizada pode ser considerada o primeiro movimento reivindicatório do bairro, o que alcançou as páginas dos jornais campineiros, já nos anos 70.

CORREIO POPULAR

Esta Vila Quer Uma Praça

Quarta-feira, 15 de julho de 1970

A Vila Castelo Branco, o segundo núcleo de habitação popular implantado em Campinas, reclama, em observação rica na sua procedência, melhorias urbanísticas indispensáveis ao bem estar da comunidade que vive nas unidades construídas pela COHAB-Campinas, através de financiamento do Banco Nacional da Habitação.

Trata-se de uma praça, no melhor sentido que possa haver no termo técnico «área livre para entretenimento» prevista no projeto da vila, mas nunca executada pelo setor competente do poder público. Assim, as milhares de pessoas que vivem naquelas casas, são obrigadas a enfrentar, cotidianamente, a aridez do concreto, da terra batida (em que se transformou a zona destinada ao logradouro público) que pode ser vista como uma sequência natural da paisagem local.

REIVINDICAÇÃO ANTIGA

A reivindicação de uma praça urbanizada tecnicamente pela municipalidade, é bastante antiga na Vila Castelo Branco. Começou a ser formada quando da inauguração do núcleo, quando foi entregue aos moradores um busto do ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, patrono da vila. A herma, instalada numa das áreas

destinadas aos jardins e parques, foi o primeiro passo no sentido de tornar as áreas livres num local atraente e ponto de encontro na comunidade. Ocorre que através dos anos, não mais se cuidou do problema, e a situação agora torna-se mais grave, pois o mato cresce indiscriminadamente no trecho que recebeu a homenagem ao Chefe de Estado dividindo espaço com um campo de futebol improvisado pela garotada da vila. Há ainda na «Castelo Branco», uma outra área livre, destinada exclusivamente a uma praça pública que todavia nunca foi aproveitada. Pouco a pouco, transformou-se simplesmente num trecho baldio, sem aproveitamento, destinado exclusivamente ao uso indevido de quem dali faz o seu depósito de lixo e detritos.

Assim, o que os moradores — milhares de moradores — pedem, é um aproveitamento melhor e mais condizente para estes terrenos.

As praças, previstas no projeto como sendo de uso comunitário, devem ser melhor utilizadas. Um ajardinamento bem feito, com trechos de grama e trechos de flôres separados por aléias e entremeadas por bancos. Isto é o que precisa ser feito, brevemente. Ou a municipalidade não dispõe de um departamento de parques e jardins?

Figura 76 – Correio Popular, 15 de junho de 1970. Relatou-me o sr. Nelson Camargo que a praça foi limpa rapidamente para a inauguração do busto de Castelo Branco e após este episódio, foi abandonada pelo poder público, transformando-se em depósito de lixo e campinho de futebol para as crianças do bairro.

Mesmo após a reportagem a urbanização do local não aconteceu. O filho do Sr. Nelson, José Camargo relata que: o que determinou a urbanização da praça foi uma situação de atrito surgida entre um morador residente de frente a praça e o grupo de jovens que a utilizava como campo de futebol:

Não tinha nada, mandou colocar o negócio de areia lá. O Valdemar, ele reclamava que a turma jogava bola lá e a bola ia para casa dele que era de esquina. Daí, (como) ele trabalhava num negócio de prefeitura, foram lá, jogaram um monte de coisa no meio do

campinho para a turma não jogar. Começou plantar árvores no meio do campinho e aí acabou com a diversão. Agora nem na quadra mais a turma joga bola. (JC)

O espaço da rua também se presta às manifestações de rebeldia da juventude da periferia.

E os muros aí, tá vendo tudo pichado! (IS)

Essas coisas nas paredes, coisa mais triste de vê (pichações e grafites) Olha, já faz tempinho, né, Nêlda (que) esse negócio na Parede deixa a gente mais triste. (GRF)



Fig.77- Creche Municipal localizada na rua Montesio Quanto mais a gente fala pra eles que não quer, ai eles desafiam e fazem. Outro dia o moço pediu para pichar o meu muro, que ta pintado de branco, eu disse que não vai por a mão, porque se botar a mão eu chamo a polícia e entrego. (ERO)⁹⁶

Fotos: Renata Alves

Fig. 78- Vista parcial do comércio instalado na Avenida Ibirapuera



⁹⁶ Edinalda Rodrigues de Oliveira. 40 anos, casada dois filhos.

Uma forma de responder de maneira artística ao movimento de rebeldia dos pichadores se dá através da pintura de grafites nos muros do bairro como se percebe pelas fotos e depoimentos a seguir.

Fotos: José Camargo. Arquivo pessoal



Fig. 79 - Nós fazíamos grafite, inclusive aqui do lado a turma vinha pichava o muro, ele pintou umas duas vezes aí ele veio e pediu para eu fazer alguma coisa, um desenho aí eu fiz. Tinha uns três ou quatro. Foi o meu sobrinho o Eduardo que fazia aí uma vez eu fui junto com ele, daí eu fiz e aí comecei fazer também. Tem mais que desenhos. (JC)

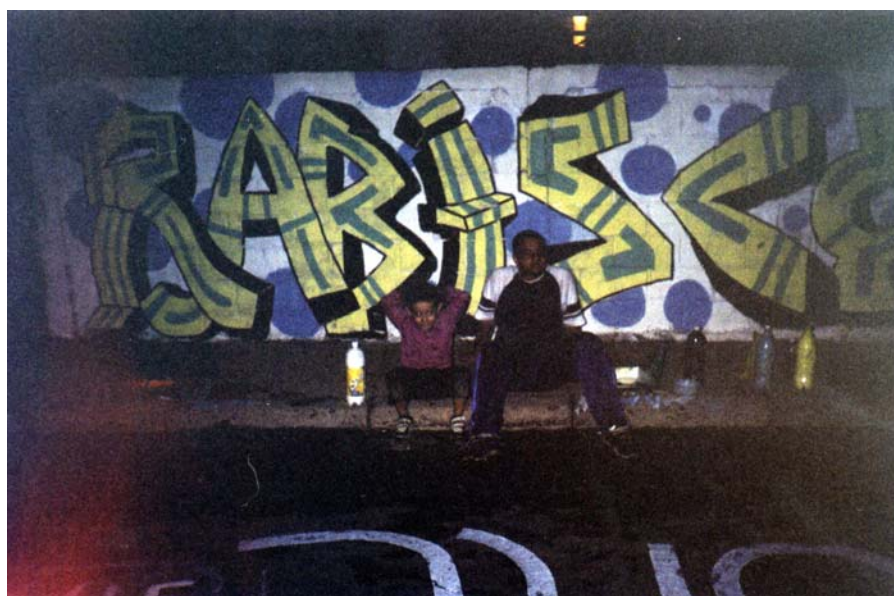


Fig. 80 - As turmas grafiteiros são formadas tanto por mulheres (como na foto superior) como por crianças e adolescentes.

A Sociedade Amigos de Bairro

“Aquela sede lá, invadiram ela também, têm moradores lá. Foi assim, o homem tinha o bar, aí começou construir um quarto, dois quartos, três quartos e construiu uma casa enorme lá. A prefeitura não consegue tirar também. Aí, foram atrás para tentar retirar também para levantar aquilo lá. Por que aquela sede ela já foi escolinha, porque ela têm dois salões parados, sendo que, dava para eles fazerem cursos lá dentro, mas não pode. (Sônia Regina Camargo da Silva)

A Sociedade Amigos de Bairro da Castelo Branco, como das demais vilas populares construídas em Campinas pela Cohab até a década de 70. Longe de ser uma associação livre e espontânea surgida entre os moradores. Já estava prevista nos planos da autarquia municipal e foi incentivada através da atuação das assistentes sociais.

“Os objetivos do trabalho elaborado pela Cohab-B se lastreiam na construção de um Centro Comunal para cada núcleo, imprescindível para a satisfação das sete necessidades essenciais à vida humana: habitação, alimentação, vestuário, saúde, educação, capacitação profissional e recreação.”⁹⁷

A Cohab também destinava uma das residências para a instalação de um posto de atendimento social e policial. A função da assistente social como explica Ana Maria Afonso Ferreira, era a de visitar as residências, analisando as necessidades de seus moradores e sugerindo formas de organizar o orçamento familiar, recolocando ou encaminhando para empregos os habitantes desempregados.

Teve também, lá na Rua 14, chamava Casa das Freiras. Era uma casinha onde a gente pagava prestação da Cohab. (NAMR)

1Rua 14 quase esquina com a rua da feira. As freiras lá, não era freira que a gente falava, era irmã de Igreja Católica elas que cuidavam, mas era tipo assim, elas cuidavam mais de gente carente e tal, inclusive uma delas eu soube, eu não lembro o nome dela agora...(NR)

Irma, ela chamava Irma. (NAMR)

Acho que era essa sim, ela para poder cuidar melhor da população, ela arrumou um emprego só que escondido da religião católica e escondido da firma, eu não me lembro a firma que ela trabalhou ela arrumou um emprego para poder o salário dela aumentar para ajudar a população, e a Igreja descobriu, falou para a firma e a firma descobriu e mandaram ela

⁹⁷ Declarações prestadas pela presidente da Cohab-Bandeirantes Sra. Ana Maria Afonso Ferreira ao jornal Correio Popular de 15 de abril de 1970.

embora. O bem que ela fazia para a população e ela dançou, ela ficou muito chateada com isso daí. Nós todos sabíamos que ela trabalhava, então se nós encontrássemos ela na cidade nós não podíamos falar: Oi, irmã e tal, tinha que chamar ela pelo nome que ela orientava o povo para não chamar ela para a firma não saber. Porque eu acho que não podia pela lei católica trabalhar assim em uma Indústria. Eu não lembro que Indústria que ela trabalhava. (NR)

Nessa casa, nessa mesma casa que tinha as irmãs lá da assistente social, tinha um quarto que era cheio de remédio, parecia uma farmácia. A gente ia lá, com receita elas davam remédio para o pessoal. Hoje, é como se funcionasse o postinho que a gente vai lá com a receita e eles dão o remédio para gente. (NAMR)

Daí, depois daquilo, lá, construíram aquela sede lá. O barracão era na Praça da Castelo Branco, eu não tenho muita recordação daquilo lá não. A minha irmã tem por que ela fez curso lá. Daí, logo depois no começo tinha Associação tudo bonitinho, os velhos iam lá tudo. E agora com esse negócio de bandidagem acho que ninguém quer ir para lá também, já mataram gente dentro da sede. (SRC)

Esse barracão era no fim da Rua 7, onde ficava aquele Rubão, negão, que fazia carnaval não sei se ainda existe, ficava lá esse barracão. E tinha uma casa na Rua 5, que é a Rua Montésio hoje, tinha uma casa que era um tipo de um posto policial, só que hoje acho que é residência essa casa. Na época, acho que a própria Cohab ofereceu essa casa para a polícia. Até, na época, foi doado um Dodge Dart para a polícia, só que esse Dodge cada vez que precisava da (ação da) polícia, precisava empurrar o carro. Na época, eu não lembro quem era o Governador na época, eu sei que o Dodge ... não é Maluf - porque o Maluf eu lembro foi pintado de preto e vermelho, na época do Maluf a polícia era preta e vermelha também.- Foi bem antes do Maluf isso daí. (NR)

Nesse espaço comunitário, no início, também eram realizadas atividades culturais e de instrução. Funcionou, por vários anos, nesta sede uma companhia de escoteiros.

Antigamente, sim tinha muito teatro aqui na sede. Não sei se você se recorda. Eles vinham fazer peças aí, no tempo do Zumbi, peças muito bonitas também, bem trabalhadas era tudo aqui da Vila. As pessoas, inclusive já morreram a maioria, mas era muito bom. (SAB)

Tinha, (distribuição de brinquedos) mas era mais ou menos assim: o Rubão, e por detrás do Rubão tinha o Hêlio Rosolem, então na sede reunia aquele monte de gente, daí eles davam para as crianças bonecas, bolas. Mas foi acabando isso daí. O Hêlio Rosolem também parou de fazer isso, e daí foi morrendo. Mas o Sebastião, ele faz no Garcia isso daí, para o Garcia ele faz. Ele distribui coisas e tudo, mas, geralmente a turma do Castelo Branco já não vai, porque (lá no Jardim Garcia) já não é mais Castelo Branco, têm uns penetra que ainda vai. Na sede do Garcia, porque a sede do Garcia se você for lá você vê, (é) totalmente diferente. E esse Sebastião, ele queria fazer alguma coisa no Castelo Branco só que não conseguiu. Eu não sei, eles tentam fazer alguma coisa para o Castelo Branco, mas quando chega na hora, dá tudo errado, sempre tem alguém para falar não para eles. Porque se ele tivesse pegado a Castelo Branco tava bom. Porque lá no Garcia funciona, e lá no Garcia onde é a sede dele é pequena não tem piscina não tem nada e se ele pegasse ali, aonde a gente tem o Clube dos Trabalhadores, as duas sedes lá embaixo tudo, ele ia fazer alguma coisa, porque tem como fazer alguma coisa lá. Dar cursos, essas coisas, porque lugar tem. (SRCS)



Fig. 81 - Clube do Trabalhador inaugurado na gestão Magalhães Teixeira. É cobrado dos frequentadores apenas taxa para a realização de exame médico.

Tanto a utilização da primeira, como da segunda sede, foi regida pelo estatuto implantado pela Cohab. Nesse documento fica patente a orientação segundo os objetivos higienistas do governo da época. Que enfocavam a prática esportiva como benéfica, tanto física como intelectual e social. Eram visões de eugenia providas da Europa, que penetraram nas forças armadas e se refletiram nos estatutos de sociedades esportivas elaborados durante a ditadura Militar. (vide fig 82)

“Esta Escola nasceu do desejo de se dar ao Brasil o homem de que precisa, para a exploração de suas riquezas, para a garantia de seu patrimônio material e moral e, sobretudo para a integridade de sua soberania (...) A Nação, um dia, forte, Feliz e soberana, inscreverá no pórtico deste instituto o seu reconhecimento a quem, criando o estado nacional, cuidou, de modo tão acertado e de maneira tão racional, da pujança física da raça (...) O que hoje vimos aqui é uma continuação daquela providente política de segurança nacional, pelo preparo adequado do homem, que se tornou pioneiro entre nós o Exército”

Daí, construíram a segunda sede. A segunda sede era para a escola, fazer cursos, esses negócios para arrecadar dinheiro para a escola, logo no começo deu tudo bem, tudo certo por que esse Sr. Rubão, aqui ele fazia de tudo, chegava na época do carnaval, o homem quase morria do coração. Por que ele não fazia assim: Oh, você vai cuidar disso, o outro vai cuidar daquilo. Ele que cuidava de tudo, então tudo o que ele fazia dava certo. Ele fazia Bingo, ele fazia um monte de coisa, inclusive uma vez, ele fez um Bingo aqui, e eu não sei o que aconteceu lá, que muita gente ganhou no Bingo, aí ele tinha feito um palco e falou assim: Os ganhadores vem aqui. Mas subiu tanta gente que tinha ganhado e adivinha o que aconteceu? Caiu o Rubão, o palco, todo mundo que tinha ganhado o Bingo. Mas foi um rolo aquele dia. Eu tenho uma batedeira que eu ganhei em um Bingo dele, eu consegui ganhar lá. Mas ele fazia de tudo para a escola sabe.(SRCS)

Com o passar dos anos, os objetivos iniciais propostos pela Cohab foram sendo abandonados e a Sede da Associação Amigos de Bairro passou a se dedicar quase exclusivamente ao carnaval.

Ali, só tem ensaio de Carnaval, a juventude reúne ali para jogar bola, e ali eu dei aula de corte e costura nesse posto aqui. Começaram com 34 alunos e sobraram no final do ano 4. (IS)

ESTATUTOS

-1-

D A U N I Ã O

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA DE VILA BELA CAMPINAS
SOCIEDADE AMIGOS DA VILA PRESIDENTE CASTELO BRANCO

CAPITULO I

Da denominação, fundação, fins e sede

Art. 1º - A União da Associação Esportiva e Recreativa de Vila Bela - Campinas, e Sociedade Amigos da Vila Presidente Castelo Branco, nestes Estatutos representadas pela inicial "A.E.R.V.B.", fundada em 17 de Dezembro de 1966, com sede na cidade de Campinas, com personalidade jurídica, distinta dos seus associados, este em numero ilimitado, sem distinção de credo religioso ou político e nacionalidade, tem por fim:

a) - difundir a prática dos desportos amadores entre seus associados, proporcionando-lhes os meios ao seu alcance para o aperfeiçoamento físico, de acordo com as recomendações dos órgãos especializados, visando, a melhoria da raça;

b) - manter o futebol como desporto básico e principal;

c) - filiar-se à Federação Paulista de Futebol, por intermédio da Liga Campineira de Futebol;

d) - incentivar, por todos os meios ao seu alcance, a prática da cultura física, moral e intelectual, sobretudo no meio das gerações mais novas;

e) - instalar, em sua sede uma biblioteca educacional para os seus associados;

f) - promover reuniões sociais e recreativas;

g) - difundir entre os seus associados o conhecimento das regras oficiais do futebol e dos demais desportos a praticar, bem como os deveres como esportistas e cidadãos úteis a Pátria.

CAPITULO II

Dos poderes Diretivos

Art. 2º - A "A.E.R.V.B." terá como órgãos diretivos:

- a) - a Assembléia Geral;
- b) - O Conselho Deliberativo; 
- c) - o Conselho Fiscal;
- d) - a Diretoria e
- e) - as Comissões Auxiliares.

Art. 3º - A Assembléia Geral, poder superior da "A.E.R.V.B." será constituída pelos associados maiores de 21 anos e em pleno gozo de suas prerrogativas.

§ único - A Assembléia Geral se reunirá ordinária e extraordinariamente por convocação do Conselho Deliberativo, do Presidente ou de associados em numero não inferior a 50 e nas condições do disposto neste artigo.

Art. 4º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- a) - eleger o Conselho Deliberativo da "A.E.R.V.B." observadas as leis esportivas em vigor e as disposições destes estatutos.
- b) - reunir-se-á na 1ª quinzena do mês de Dezembro de cada ano, para,

Fig. 82 - Em destaque os objetivos impostos a Sociedade Amigos de Bairro. O esporte deveria ser incentivado como forma de melhorar a raça e transformar o cidadão em algo útil a pátria. Grifos meus.

Daí abandonou aquilo lá, quer dizer, tem o bar lá, tem a bela casa do homem lá, que não deve estar pagando nada também e está morando tudo lá. No salão, lá na sede, lá de baixo é um salão novo que eles fizeram que era para o carnaval - que mudaram dessa sede de cima para baixo - e era um salão enorme, inclusive foram construídos os carros alegóricos dentro da sede, para você ver que é grande o salão lá, mas ninguém faz nada então fica tudo parado. Eles podiam alugar para festa, tudo porque o salão é grande demais, mas não faz nada. (SCRS)

Essa aqui é lá de baixo, a sede lá de baixo, precisa ver que salão bonito. No carnaval teve alguma coisa por causa do ensaio da Escola de Samba. Nesse salão aqui, onde era uma quadra, aí cobriram tudo. Só que ali o problema é de energia, parece que só o som para escola de samba eles colocavam lá as luzes começavam a piscar então deve ser alguma coisa na rede elétrica lá que precisa aumentar. (NC)

Após a morte de Rubão, que era o grande promotor do carnaval na Vila Castelo Branco, o salão perdeu o brilho dos primeiros tempos e transformou-se em abrigo para família de sem teto.

Tem uma família morando também. Não está pagando nada e tá lá morando e ninguém consegue tirar, por que diz que a prefeitura mandou, porque estavam morando em (situação de) alto risco em algum lugar e mandou para lá. Segundo a turma, que foi fazer esse levantamento aqui do papel para tentar fazer a rádio lá aí falaram que aconteceu isso daí abandonaram. Porque falou não vou conseguir e vai que é alguma gente de fora aí que todo mundo tem arma e vai brigar e já sai morta por causa de uma coisa que não é nem nossa. Então pararam de fazer, e tá lá tudo abandonado também um ponto de negociações lá só. (SRCS)

Essa é a Sociedade de Amigos de Bairro da Castelo Branco, lá em cima tem campo de bocha, quadra ..., mas ninguém vem porque tem medo do povo que habita ali. E querem que você pague para ser uma Sociedade de Amigos de Bairro, como você vai pagar para manter um bandido ali dentro. (ERO)

No Garcia, no Nóbrega é a coisa mais bonita, só aqui que é essa coisa mais feia. É uma judiação. (GRF)

Foto: Isabel Schinaider



Fig. 83 - Vista parcial da Sede Amigos de Bairro da Castelo Branco. Hoje abandonada serve de moradia para uma família de desabrigados. Ela está localizada na praça Ópera Lo Schiavo a mesma que abriga o busto do patrono da vila. A sede nova, ou a “de baixo” como é tratada pelos moradores, sofre o mesmo processo de deteriorização e ocupação.

Foto. Nelson Camargo



Fig. 84— A sede nova ou a “de baixo” localizada na rua Ataulfo Alves.

Festas e manifestações religiosas

“Por que a maioria que tinha faleceu, então geralmente querem passar para um filho, mas hoje em dia os adolescentes não estão se importando muito. Até a minha avó, quando ela começou a não enxergar mais ela queria ter passado (o dom de benzer). Ah, quem que vai? Ah mãe eu não quero aprender não! Mas como estou freqüentando outra religião não vou falar que eu não acredito, mas falei: Ah, mãe agora eu estou em outra religião e fica chato eu estar freqüentando a Igreja e depois alguém vem me procurar para benzer por que a senhora deixou esse dom para mim.” (Renata Alves)

A religiosidade do brasileiro é patente e, a linha divisória entre uma forma de manifestação da fé e outra é tênue, principalmente nas classes mais humildes. O transitar entre as atividades católica e a práticas espíritas não configura atitude difícil de se encontrar entre os moradores da Castelo Branco, principalmente entre os seus moradores mais antigos e de descendência negra.

Encontramos com certa facilidade, em uma mesma família, a mãe espírita, filhos católicos, ou convertidos a outras religiões e os netos católicos. Nesse caldeirão cultural, as festas religiosas misturam-se à própria identidade do grupo. Com exceção da procissão de Nossa Senhora de Guadalupe, organizada e promovida pela igreja local, as demais manifestações de fé se dão por meio de iniciativas individuais geralmente oriundas de promessas a serem cumpridas. A tradição de vestir crianças de “anjinho” ainda permanece viva, como se constata pelas imagens fotográficas. As freqüentes e concorridas excursões para Aparecida promovidas pela Sra. Maria Candido já perderam força entre a comunidade. Dos quatro ônibus que chegavam a partir por ocasião do aniversário da Padroeira do Brasil, hoje se restringe a um. Os motivos são diversos, desde a aquisição de carros de passeio pelos moradores da comunidade até o próprio cansaço da organizadora, como ela admitiu em entrevista não gravada em dezembro de 2001.

Eu freqüento a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias que é conhecida como Mórmon. Nós nos batizamos em 84, foi através da minha irmã que ela trabalhava no comércio, essa época eu trabalhava no comércio, já o rapaz que trabalhava com ela na loja falou da Igreja. Aí eles vieram aqui e começaram a dar a palestra para nós. Aí toda a família se batizou, exçeto a minha mãe. Então nós somos todos batizados em 84. (Antes eu era) Católica e minha mãe era espírita. Por que a minha avó até pouco tempo ela benzia, vinham pessoas de longe procurá-la com crianças. Deixei tudo, houve uma mudança muito maravilhosa na minha vida. Não da minha família, minha mãe tinha muitas crises de

bronquite, asma, tinha noite da gente chamar o SAMU levar ela, chegar da Puc, chegava em casa tinha que chamar de novo para retornar, ela tinha umas crises muito fortes. As crianças foram crescendo e vendo coisas assim e ficando meio assustados, porque às vezes se ela tomava uma cerveja, ela toma até hoje um aperitivo, ela recebia espírito, conversando com a gente, a gente não sabia se era espírito se era ela, as crianças não queriam ficar com ela. E a gente foi orando pedindo para que realmente o Senhor pudesse libertá-la e ela também assistindo a televisão, a Universal, ela foi deixando de lado e foi liberta só continuou tomando os aperitivos, porque daí vai as depressões porque um filho chega com problema, o outro vem falar outra coisa, aconteceu isso com fulano, e com isso vai se abatendo. (RAB)

Diversas missões da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias estiveram na Castelo Branco durante as décadas de 80 e 90. Não é possível saber exatamente quantos moradores foram convertidos pelas diferentes missões, contudo podemos verificar pelo depoimento do Sr. Nelson Camargo, que em muitos casos a conversão à nova igreja não se deu por completo.

A gente vai lá, de vez em quando, (na igreja de Guadalupe) não é sempre. A gente vai lá de vez em quando, ver e é muito bacana, os Padres são todos legais. (NC)



Fig. 85 – Almoço em comemoração a conversão do Sr. Nelson Camargo à Igreja Mórmon. Sua esposa falecida em 1999, permaneceu adepta das práticas católica e espírita. Os filhos permanecem católicos. Depois do retorno das “sister”, na foto ao fundo, para os EUA, o Sr. Nelson tem freqüentado muito mais a igreja católica do que a Mórmon. Foto arquivo pessoal Nelson Camargo



Fig. 86 - Os pais fazem as promessas e os filhos pagam. A prática de prometer aos santos católicos ou não, que os filhos realizarão uma determinada penitência, como se vestir de anjinho ou mesmo acender uma vela do tamanho do escolhido em Aparecida era prática comum entre as mães da Castelo Branco. Eu mesmo e minhas irmãs não escapamos das velas e excursões à Basílica de Aparecida.

Fig. 87- A fé supera barreiras. Esta moradora da Castelo Branco estava internada na Unicamp para a realização de uma cirurgia eletiva, contudo, retirou-se do hospital para participar da festa de Santos Reis, com a promessa de retornar ao hospital na segunda feira.



Fotos: R.Gonçalves

Eu tenho muita fé em Jesus, tem vez que vou na Igreja assim e até choro. Pra mim, eu acho que é fé. Tem dia que estou na igreja e qualquer coisa que o padre fala lá, me arrepiado. Daí eu choro. Agora meu filho diz que é bom, ele é crente né, o outro. Mas ele diz que é bom quando a gente (se) sente assim na igreja. (JRC⁹⁸)

Com a inauguração do Santuário de Guadalupe, as procissões se intensificaram tanto em número de participantes como na maior regularidade de sua realização:

primeiro tinha procissão, eram poucas pessoas que iam, mas agora com a construção daquela Igreja lá, Guadalupe, agora no dia 12 tem a maior festa no Castelo Branco, vem gente de fora tudo, por causa daquela Igreja lá. Doze de dezembro, que é o dia da Padroeira, então eles fazem, vem excursão de fora, é muito bonito lá. Tem queima de fogos, eles fazem a Romaria deles, e fazem a queima de fogos. É muito bonito, se você tiver um tempo para você vir no dia 12, você vem que é muito bonito. Eu vou lá para ver, e eles fazem num campo da escola, por que na Igreja ali mesmo, para não machucar ninguém e no campo da escola lá do “Fernandão” (EÉPG Antonio Fernandes Gonçalves) tem aquele lugar, por que agora eles fizeram aquilo lá como estacionamento da Igreja aquela parte lá do Castelo Branco, aí eles põem os carros lá quando tem festa, inclusive a queima de fogos é lá. É muito bonito, de longe dá para ver, muito bonita ficou aquela Igreja. Você já chegou a entrar naquela Igreja? A Igreja é muito bonita, eu casei lá, mas quando era outra Igreja, quando era Jesus Cristo Libertador. (SRCS)

Para a realização da procissão de Guadalupe existe intensa preparação por parte da igreja e fiéis. Por volta de um mês antes, as pessoas interessadas em receber o quadro com a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, inscrevem-se na sacristia e passam a fazer contato com seus vizinhos para receberem a trezena de Guadalupe em suas residências. Treze dias antes da festa é realizado uma missa onde é distribuído um *KIT*, composto por um frasco com água benta, quadro com a imagem da padroeira, terços e livretos com as orações.

Cada indivíduo é responsável por visitar uma casa de sua rua, durante o decorrer da trezena levando o quadro e entoando as preces. Neste ano foram 60 inscrições, contudo apenas 59 apareceram para retirar os kits durante a missa.

⁹⁸ Júlia Ramos da Conceição, 81 anos.

Fotos: R. Gonçalves



Fig. 88 - Podemos observar também, a pouca quantidade de negros que se dispuseram a coordenar a realização dos terços.



Fig. 89 - (Maria Cândido, de branco ao centro segurando a bandeira) Eu faço do Santo Rei, essa Festa eu fiz promessa.

Por outro lado a festa de Santos Reis conta basicamente com o empenho da sra. Maria Cândido para a sua realização e está apoiada em sua promessa.

Quando eu estava naquele sofrimento, então eu fiz promessa para o Santo Rei, para ele me iluminar, me ajudar, que eu fosse para frente, que me desse coragem, que mais tarde, às vezes a gente podia fazer alguma coisa. Aí, depois que eu estava aqui, que eu fui afastada do serviço, eu fiz esse comoduzinho aí. Mas com ordem da Setec⁹⁹ aí, ele ficou um ano fechado por que não tinha abertura, o fiscal não deu abertura para mim e ficou fechado. Um dia, já assim bem de madrugada passou uma Companhia de Reis, e eu naquela bandeira que eu recebi eu fiz um pedido, toda a vida eu fui devota de Santo Reis, eu fiz um pedido na bandeira que se ele me ajudasse, se achasse um fiscal que desse abertura para mim eu dava um almoço para a Folia de Reis durante o tempo que eu tivesse viva. Então, eu dava um almoço para a companhia de Reis. Então eu fiz aquele pedido com toda a fé e passou quinze dias e o contador chegou para mim e falou assim: - Olha D. Maria arrumei um fiscal, que vai dar a abertura para a senhora. Eu nem acreditei! Porque já fazia um ano que estava fechado. Falei ah, que bom, então você arrumou? Então, o dia que ele vier eu venho a tarde avisar a senhora para a senhora deixar tudo em ordem. Passou uns três dias ele apareceu: Amanhã cedinho, ele tá aí. Aí, ele veio, chegou aí e não teve muita conversa já abriu, já, estava tudo aberto esperando ele e só assinou para mim o papel daquele dia em diante eu comecei, deixou aberto tudo. Eu fiquei muito contente, muito feliz que eu estava esperando, mas eu abri assim umas quatro garrafas de guaraná, três de Coca (para começar). Quando foi no ano seguinte dei o almoço. Aquele almocinho pobrezinho, eu falei para os meus meninos, cada um ajudou um pouquinho e nós demos um almoço para a Companhia de Reis e todo ano a gente começou dando, todo ano, cada vez foi aumentando mais, graças a Deus. Agora não é um almoço, agora é uma festa que a gente faz. Esse ano, eu estou um pouquinho meio amarrada assim, porque entrou umas doenças no meio e atrapalhou muito, entrou uma menina doente, que ela ficou doente muito tempo e ainda está fazendo tratamento, e como é netinha, eu precisava dar uma ajuda para eles. Eles ficaram aqui na minha casa um ano, a menina ficou no hospital e nós lutamos muito ainda está lutando com essa menina, e eu estou um pouquinho amarrada, meia apertada para fazer as coisas, mas se Deus quiser vai dar certo. E agora, eu estou

⁹⁹ Serviços Técnicos Gerais, órgão da Prefeitura Municipal de Campinas que regula o uso do solo e autoriza a instalação de bares e assemelhados.

fazendo a minha festa. E a minha festa é assim: Todas as pessoas que vem e faz um pedido, se acredita que aquele pedido é válido. Teve um rapaz que trabalhava na Ultragás, ele ia ser mandado embora do serviço, houve um negócio e ele veio reclamar para mim. Para mim ele é igual o meu filho. Ele chegou, olha D. Maria aconteceu isso, aconteceu aquilo, e eu vou ser mandado embora do serviço, e se isso acontecer como é que eu vou fazer? Com dois filhos, mulher! Aí eu falei para ele: - Ah, se Deus quiser tenha fé no Santo Reis que você não vai ser mandado embora do serviço. - A senhora acha? - Se você tiver fé, você não vai ser mandado. Falei: Faz um pedido para o Santo Reis, não é dia não é nada, mas faz um pedido para ele que você vai ver, vai ser válido, você vai ver como você não vai ser mandado embora do serviço. Ele fez o pedido, aí passou uns quinze dias, ele falou: Foi válido D. Maria, porque ele não me mandou embora, continuou trabalhando. Falei, você vai ver como você vai ser feliz dessa vez. Aí quando deu na véspera da festa ele falou assim: - Eu fiz o pedido, (e a promessa) de dar o gás para fazer a comida! Falei: Tá bom. Quando deu os dois dias ele trouxe os dois bujões de gás. Quando deu no outro ano seguinte, ele tornou a trazer, aí ele foi mandado embora da Ultragás e conseguiu na Unicamp, foi válido o pedido dele porque ele foi subindo, agora está na Unicamp. Graças a Deus o pedido dele foi válido, ele está ganhando muito bem, disse que esse ano ele vai trazer o gás novamente. Todo mundo que faz o pedido é válido. Teve outra mulher que fez um pedido para filha dela e foi válido também. E é assim, a pessoa faz um pedido é válido, traz alguma coisa, é válido traz outra coisa. Vem bastante gente, no ano passado tinha mais de trezentas, tudo aqui na rua. A gente põe o encerado, faz a cobertura. A festa começa, eles vem cedo, por que eles vêm de longe, mas quando termina é mais ou menos 6h. Aí eles vão cantar nessas casas por aí. (MTCS)

Por ser realizada na rua, a festa de Santos Reis promovida pela Dona Maria Candido, segue todos os trâmites legais de qualquer outro evento cultural na cidade.

Tem que pedir na prefeitura para a gente fechar a rua, e pôe as mesas. De primeiro também era na rua punha as mesas na rua e todo mundo comia lá na rua. Acabou o almoço a gente passa os doces, todo mundo acaba e se diverte um pouquinho. Esse ano nós teve vontade de se divertir mais ainda. (MCTS)

Fotos: R. Gonçalves



Fig. 90 - As casas que são visitadas são de moradores que solicitaram previamente a visita da Companhia de Santos Reis. Neste ano duas Companhias participaram da festa.



Fig. 91 - Vista do interior de uma das casas visitadas pela Companhia de Santos Reis.

A festa de Santos Reis tem sua maior força nas antigas comunidades agrícolas do interior do Brasil. Nas cidades sua existência se resume a poucos grupos ou companhias, segundo informações prestadas pelos integrantes das companhias, existem em torno de seis grupos em atividade em Campinas, para uma população estimada em 1 milhão de habitantes. A origem e composição dos grupos que se apresentaram na Castelo Branco no dia 13 de janeiro de 2002, é variada: Jardim Yeda, Campos Elíseos, Parque Itajaí entre outros. Existindo também, os integrantes que residem em Americana-SP. Luzia Pontes da Silva recorda de seu tempo de infância;

Como no tempo antigo, sempre teve festa dos Santos Reis, no sítio. Tinha um cunhado meu que ficava cantando; vinha palhaço, a gente morava no sítio, eles pedia leitoa, galinha, dinheiro não tinha. Mas pelo menos um leitão, uma galinha andando pelo terreiro, um saco de milho, feijão ... eles pegavam pra fazer a festa de Santos Reis, que é hoje. Era criança, eu lembro que participava, eu tinha medo do palhaço, era do tamanho dela, eu corria, minha tia ia buscar eu, e eu corria com medo do palhaço. (LPS¹⁰⁰)

A prefeitura Municipal de Campinas vem nos últimos anos fazendo esforços para a manutenção desta tradição na cidade. No último dia 6 de janeiro promoveu o encontro de dois grupos de Santos Reis no Largo da Catedral. Veja matéria publicada no Correio Popular de 06 de janeiro de 2002.

É isso. Quando chega esse tempo assim todo mundo fica perguntando, falando, como é que está o movimento então a gente vai falando para um, para o outro, quando vai chegando mais o dia para a festa então é a hora que eles começam a trazer as coisas e nós junta tudo e faz. O Dr. Sebastião, no ano passado ele ajudou um pouco esse ano não fui atrás dele não. O Dr. Hêlio, falou assim para mim, quando for o dia da outra festa, na véspera da outra festa do ano que vem a senhora me procura uns dias bem antes, fui procurar ele mas ele não está aí, está para Brasília. Dia 13 que vai cair, eu queria fazer no dia 6, mas acontece que todo o dia 6 os foliões estão para fazer a chegada deles na casa deles, então não tinha para vir aqui, então não acertou. Então o dia 13 vai ter. Você vem né? (MCTS)

¹⁰⁰ Luzia Pontes da Silva, 60 anos.

Grupos de Folia de Reis animam Centro de Campinas com cantorias

MARIA TERESA COSTA
Do Correio Popular
teresa@cpopular.com.br

Os Ases do Brasil da Vila Brandina e Estrela da Guia, do Jardim Monte Cristo, encheram de cantoria o Centro da cidade ontem, com os embaixadores, palhaços e músicos e reverenciaram os reis magos na tradicional Folia de Reis. Foi a primeira vez que grupos de Folia de Reis se apresentaram no centro da cidade, mas nos bairros de Campinas eles são tradicionais. Há seis grupos na cidade que costumam se apresentar dia 6 de janeiro, o Dia dos Santos Reis.

Os dois grupos se apresentaram no largo da Catedral encerrando o projeto Natal no Centro, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura. Muita gente parou para ouvir a cantoria. "Trazer os grupos para a praça é uma tentativa de incentivá-los e resgatar esse folclore que está em processo de extinção", diz o técnico de Cultura, Alexandre Augusto Ceccon.

Os grupos costumam se apresentar nas festas organizadas pelos devotos dos Santos Reis. "Os festeiros estão se acabando", lamenta o coordenador do Estrela da Guia, Alcides Pires Lopes. Esse grupo nasceu há dois anos e segue a tradição da festa desenvolvida no interior de São Paulo. No Jardim Monte Cristo está construída a Igreja Santo Reis, onde acontece a festa hoje, com a chegada da folia às 16 horas. Já o grupo da Vila Brandina vai se apresentar hoje em Monte Mór.



Folclore: primeira vez da apresentação no Centro da cidade

A Folia de Reis ou Santos Reis, uma manifestação folclórica introduzida no Brasil através da colonização portuguesa. Essa manifestação em Portugal no século 17 tinha como finalidade o divertimento do povo. Ao chegar no Brasil no século 18 a Folia de Reis passou a ter um sentimento mais religioso do que profano.

A festa representa o caminho que os três Reis Magos Baltazar, Belchior e Gaspar percorreram, segundo o Novo Testamento, seguindo a Estrela do Oriente, com a finalidade de encontrarem Jesus recém-nascido. Os personagens somam doze pessoas, sendo: embaixador ou mestre, palhaço e músicos. O mestre

é o guardião, quem coordena a Folia e comanda os foliões.

O palhaço, também chamado boneco, ou bastião, que não figura no livro sagrado, é considerado, entre os foliões, como um soldado disfarçado, com as funções de proteger os Reis Magos e confundir os soldados de Herodes, que pretendiam sacrificar Jesus.

O ponto alto da festa é a chegada da Folia, quando encontram outra bandeira de Santos Reis - antes, esse momento era o encontro entre duas Falias de Reis - e dirigem-se ao local onde está o presépio da festa, simbolizando o local onde Jesus nasceu, como consta no Novo Testamento.

Fig. 92 – Matéria publicada no Jornal Correio Popular de 06 de janeiro de 2002. No ano de 1995 a festa promovida pela Sra. Maria Cândida também foi alvo das lentes dos repórteres do Correio Popular. O recorte da matéria é guardado por Maria Cândida e mostrado aos visitantes com um certo orgulho.



Fig. 93 - Nas entrevistas e conversas realizadas no decorrer da pesquisa com os moradores, o Santuário de Guadalupe aparece com freqüência e destaque, contudo das fotografias recolhidas no processo de produção pelos moradores, apenas em uma figurava o santuário como personagem principal. A fotografia é de Nelson Camargo.

Nem mesmo Isabel Schnaider, colaboradora ativa da Igreja preocupou-se em registrar em película a imagem do santuário, contudo, em seu discurso fica patente a admiração que possui pelo Santuário.

E outra coisa, onde está o Santuário ali, o terreno é da Vila Castelo Branco é do Castelo Branco, onde está o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe que Dom Agnelo Rossi fez e que nós participamos O pessoal da Castelo Branco participou numa luta, ali era a Igrejinha da Sagrada Família, então veja, esse Santuário é o único Santuário no Brasil, tá na vila do Castelo Branco. Até hoje, vai fazer dez anos, que o Santuário está aí não teve uma depredação, não teve nada que danificasse o Santuário. Então vê que a Igreja também está

protegendo, a Nossa Senhora protege o bairro e eles também está protegendo a casa da sua mãe que é a Nossa Senhora que nada acontece, não tem nada no Santuário depredado, pichado, nada. Então o povo do Castelo Branco, os jovens, a turma, também tem Deus no coração porque eles não estão fazendo nada disso, eles estão respeitando, então esse Santuário veio trazer para a Vila Castelo Branco e para a região uma graça grande, porque só fala no Castelo Branco, droga, mas não fala que no Castelo Branco tem um Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. É o único da América do Sul. Então, isso que tinha que falar, isso que tinha que mostrar para Campinas que não é só falar em drogas, mas que também tem o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, que o Cardeal Dom de Agnelo Rossi fez junto com o povo do Castelo Branco num bairro carente, num bairro de pobres como nós somos aqui da região, mas que é um respeito, o Brasil todo, o Vaticano inteiro sabe desse Santuário. Então é a Glória para o Castelo Branco isso vem mostrar uma Glória para o povo. Não é só maconha, briga, não! A coisa principal é isso, a devoção a Nossa Senhora, e ninguém fala, jornal não comenta essas coisas que no Castelo Branco tem, o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe que protege todos os bairros, da vida. (IS)

Juntamente com o Santuário, as obras assistenciais da igreja são destacadas.

E tem, também, ao lado do Santuário, tem o PROGEM, é onde acolhe as crianças de rua, crianças que moram em bairro longe, esse aí foi fundado pelas irmãs aqui (irmãs salesianas) do Jardim Garcia. (IS)

Esse daí faz parte da Igreja, lá eles levam as crianças que ficam fora da escola, o período que ficam fora da escola eles fazem a matrícula e vão lá aprender fazer artesanato, dança folclórica, um monte de coisa. Ensina a plantar. Tem horta têm várias coisas nesse projeto, tem teatro. Vão tudo pra lá. (NC)

(As crianças) Almoça, janta, toma café, ensina artesanato, ensina tudo, religião, tudo são crianças da rua, tirado, que vem pra lá se formam hoje crianças sadias, fortinha. Hoje tem muita gente formado que pertenceu aí ao bairro, que pertence ainda, hoje são gentes formadas, tem gente trabalhando na UNICAMP, trabalhando na PUC, que foi menino de rua que se tornou jovem Cristão por intermédio do PROGEN, das irmãs salesianas Padre Salesianos ao

lado do Santuário de Guadalupe, era irmã Miriam e o Padre Ângelo fundador, hoje o Coordenador é o Padre Ângelo e a Isabel que é a coordenadora do PROGEM. Então são coisas que o Castelo Branco tem, coisas antigas, coisas que outros bairros não têm isso aí, não paga nada, tem 127 crianças, come, toma café, dá mantimento, todo o dia. No mês de outubro teve festa de artesanato que as crianças fizeram, então são coisas que às vezes o Castelo Branco não divulga, não tem um jornal que vem aqui divulgar. Agora que você aí coordenador está fazendo um trabalho bonito, está fazendo um trabalho digno, um trabalho para mostrar para a juventude, as coisas boas que tem no próprio bairro deles às vezes só falam de maldade.(IS)

A guisa de conclusão

*“As cidades de hoje são radiografia da forma de relação social que aí se desenvolve. O espaço ocupado pela típica metrópole de hoje é um espaço no qual se impede uma série de formas de relação”.
(Barbuy, Santiago; 1980; 29)¹⁰¹*

No processo de recompor as destinações dos espaços públicos de uma dada cidade, se faz necessário, um prévio reconhecimento das condições que geraram esta organização social. No caso de Campinas, em seu início a organização de seu território se deu em função das condições geográficas imposta pelo terreno. Os três Campinhos eram as áreas mais propícias ao alojamento de animais e tropeiros (perto de fonte de água limpa, campo para pastagem e facilidade de locomoção dos animais) e por isso constituíram os embriões para o surgimento da nova localidade.

Posteriormente, com o início da urbanização à ordenação dos espaços públicos passa a ser determinada pelas autoridades locais e então as condições geográficas perdem sua força e entra em cena a organização da população segundo seu poder aquisitivo. Os ricos recebem do Governo Municipal lotes no centro da cidade e de esquina, os trabalhadores pobres são alocados fora do perímetro urbano em pequenas propriedades agrícolas. Esta configuração proporcionou uma valorização artificial dos terrenos de esquina que perdura até hoje. Mesmo que estes possuam a mesma metragem dos de meio de quadra, os seus moradores atribuem um valor maior às casas aí localizadas. Contudo, hoje, a despesa com a construção de muros e sua manutenção é mais elevada, bem como a maior área exposta à rua acarreta também, na necessidade de instalação de dispositivos de segurança mais dispendiosos além de implicar maior cobrança de tributos (IPTU).

Nesse processo de urbanização, que se dá concomitantemente à chegada das ferrovias à cidade, a instalação dos bairros proletários de Campinas segue em direção sul preferencialmente. Inicialmente, essa orientação é dada pela baixa qualidade da terra para a agricultura, posteriormente, pela instalação de aparelhos públicos que causavam asco à população: Forca, Asilo de Morféticos e Variolosos, Matadouro Municipal e Curtumes, além dos trilhos das ferrovias. Todas essas atividades foram alocadas ou transferidas para a região da Vila Industrial, primeiro Bairro que assume sua característica fundante de vila para trabalhadores em Campinas.

¹⁰¹ Barbuy, Santiago. O espaço do encontro humano. Tradução da Equipe da Editora Cultural Espiritual). São Paulo: ECE, 1980

Posteriormente, já na década de 60 do século passado com a criação do BNH e instalação da Cohab – Bandeirantes em Campinas, essa orientação rumo ao sul para o abrigo de bairros de trabalhadores é definitivamente estabelecida. A Cohab, seguindo a tendência geral alocou preferencialmente seus conjuntos habitacionais para trabalhadores de baixa renda nesta região¹⁰². Com a implantação das Vilas Rica e Castelo Branco no último quartel da década de 60 e, posteriormente já na década de 80/90 dos Distritos Industriais (DICs) este território é demarcado como área para construção de empreendimentos imobiliários destinados às classes populares.

Como vimos nos capítulos iniciais, a transferência para fora do centro urbano do que não é belo, do que não se quer ver, do que dá asco não é nova. A primeira parte do Bairro São Bernardo (construída pela Fundação da Casa Popular) e posteriormente as Vilas Rica e Castelo Branco, estão inseridas nesse processo de higienização do centro de Campinas. Elas foram construídas e destinadas preferencialmente para a transferência da população encortiçada e de baixa renda.

Essa população, originalmente habitava sub-moradias na região do Centro, Cambuí e Taquaral. Este último bairro se valorizou no final da década de 60 com a implantação de melhorias urbanísticas (Parque Portugal) e a remoção da zona de prostituição para o Jardim Itatinga, criado na porção sul da cidade para este fim específico.

Contudo a criação destas vilas populares nunca foi unanimidade na cidade das andorinhas. O discurso oficial autoritário baseava-se no critério higienista, tanto no período em que a cidade foi assolada pela febre amarela - 1889-1900 - como no governo militar 1964-1985. E, o discurso das classes mais abastadas, veiculado pelos jornais da época, pregava a miscigenação desta população de encortiçados e trabalhadores de baixa renda aos demais habitantes de bairros operários de formação mais antiga como forma de promover sua ascensão moral e intelectual. Nesta visão, como propalavam, a criação destas megas vilas iriam propiciar a instalação de “quistos sociais” impenetráveis, com valores éticos próprios e núcleos de marginalidade.

Essa visão apocalíptica dos conjuntos habitacionais penetrou de uma forma ou de outra, toda a sociedade campineira da época. Mesmo os trabalhadores que se transferiram para essas localidades, levaram consigo este estigma o que dificultou, de certa forma, a formação de uma identidade local baseando-se no orgulho de pertencer ao bairro. Cria-se então a figura do morador espectador, este se relaciona com a cidade e não com o bairro, está sempre a procura de novas oportunidades de ascensão social. Esta postura dificulta ou até mesmo impede a

¹⁰² Dos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab em Campinas, apenas a Vila Costa e Silva, 31 de Março, Vila Santana em Sousas e Miguel Vicente Cury foram construídas distantes do eixo principal da ferrovia em sua porção norte. Os demais estão localizados além ferrovia do lado sul. O trilho da Ferrovia Paulista configura a primeira grande divisão entre norte e sul da cidade, entre centro e periferia.

criação da identidade local, pois a criação desta passa obrigatoriamente pelo envolvimento com a comunidade em que reside. Desta forma este morador espectador não está preocupado com a preservação da memória local e até mesmo a nega quando lhe é interessante¹⁰³.

Por outro lado, moradores do primeiro bairro popular de Campinas, tentam preservar a memória de suas conquistas, sendo a Vila Industrial um grande exemplo disso. Em decorrência de sua própria história de vida, a conquista da casa própria na Vila Industrial é considerada por seus possuidores como uma melhoria de vida e a concretização de um sonho. Pois a ocupação e ordenação do bairro se fizeram de forma a permitir a reprodução das relações de convivência próximas as existentes em seus locais de moradia de origem, além de o bairro abrigar um conjunto de aparelhos urbanos (escola, cinema, bares, igreja, praças e mercearias entre outros) que permitiam a convivência intrabairro entre iguais. Esses movimentos reivindicatórios e de persistência são analisados em profundidade no Projeto Persistências e Mudanças do Viver Urbano em Dois Bairros de Campinas: Cambuí e Vila Industrial.¹⁰⁴ De forma análoga encontramos nos primeiros habitantes da Vila Castelo Branco esse sentimento de conquista e persistência no espaço urbano. Assumindo compromissos com o bairro e a manutenção da memória e preservação dos costumes locais.

Como a preservação da memória se dá através de instituições que se voltam para a trajetória das classes dominantes o que fica registrado e, é divulgado via museus, bibliotecas, centros culturais e centros de memória são os fatos ligados a este grupo social. A preservação e divulgação da memória dos extratos populares dependem da iniciativa de seus próprios membros, que geralmente, só ocorrem em situações de conflito social ou ao trabalho pioneiro de pesquisadores que se valendo da metodologia da História Oral aliados a análise fotográfica históricas reconstroem a saga de largos contingentes populacionais incorporados à formação dos centros metropolitanos.¹⁰⁵ Sendo esse o caso da Vila Castelo Branco. A memória preservada até então, restringia-se aos recortes de jornais da época e relatórios da Cohab Campinas, que retratam a visão das elites sobre o processo formação desse conjunto habitacional (memória oficial), sem, contudo registrar a memória real de seus moradores.

¹⁰³ A esse respeito, vide Memória e Pertencimento.

¹⁰⁴ von Simson, Olga Rodrigues de Moraes, *Persistências e Mudanças do Viver Urbano em Dois Bairros de Campinas: Cambuí e Vila Industrial*. Processo CNPQ nº 522322/94-8. Campinas: Unicamp. 1997.

¹⁰⁵ Conceitos desenvolvidos no artigo de. von Simson, Olga Rodrigues de Moraes. *Memória e poder na sociedade do esquecimento. O exemplo do Centro de Memória da Unicamp*. In: *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*/Luciano Mendes de Faria Filho (org.). Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção memória da educação)

(Re) estabelecendo relações

Retornar à sua comunidade de origem, não constitui tarefa fácil. A memória preserva situações, relações e formas de comportamento que se alteraram com o tempo, da mesma forma que uma fotografia. O tempo congelado na imagem não é mais o retrato fiel do presente, ele já se perdeu no momento do disparo do obturador. Aquela situação não mais existe e nem poderá ser recomposta em seus mínimos detalhes, contudo a memória acredita que está vendo o presente, que pode seguir daquele ponto em diante sem que nada houvesse mudado.

As bases de relacionamento com a comunidade são outras, por mais que o indivíduo não queira admitir, ele não mais pertence àquela comunidade, seus referenciais se alteraram pela perda do contato cotidiano e pela adição de novos elementos estranhos à localidade de origem. Ele vive um duplo, a memória passada não o deixa esquecer de suas origens, contudo a realidade presente mostra-lhe que ele não mais se encaixa nos ritos locais, ele é um estranho na vila em que cresceu. Faz-se necessário então restabelecer novos relacionamentos e formas de atuação.

Em virtude da característica fundante desta pesquisa ser o estudo do espaço público do bairro popular e sua apropriação ao longo do tempo, optei por trabalhar com grupos que possuíssem uma relação com a rua e seus múltiplos espaços. E, devido à não existência de uma Sociedade Amigos de Bairro organizada e atuante, optei pelo viés religioso. Onde poderia inserir-me na vida da comunidade, sem os percalços decorrentes de uma abordagem direta e solitária. A estratégia mostrou-se positiva, em seu aspecto de facilitar a inserção na comunidade, pois passei a ser conhecido como “o moço da praça do grupo de oração”.

Por outro lado, esta opção acabou por direcionar os informantes para os que mantinham certa ligação com a religião católica e a Igreja de Guadalupe. Esta parcialidade inicial foi contornada com a inclusão de informantes não católicos (espíritas e mórmons) bem como os chamados católicos não praticantes, ou seja os indivíduos batizados na igreja de Roma mas que não a freqüentam de forma regular, mantendo contudo os princípios religiosos mais gerais da mesma.

A divisão dos informantes por sexo, não ocorreu de forma igualitária, a maioria dos informantes foram mulheres entre os 40 e 80 anos, casadas em sua maioria, com filhos e moradores do bairro desde sua fundação. Esta organização, antes de ser uma perda, configura-se como um ganho. Pois, em bairros populares a memória feminina relaciona e preserva mais facilmente os acontecimentos da comunidade, seus momentos de lutas e persistência, quando comparada com as lembranças dos homens. Uma abordagem mais profunda sobre este tema

encontramos no trabalho de Elisabeth Nunes Maciel¹⁰⁶, que retrata a construção do espaço feminino em uma comunidade de Passo Fundo-RS, onde as mulheres assumem papel preponderante nas lutas e conquistas de melhorias para o bairro, sendo a memória destas fundamental para a reconstrução da trajetória desta localidade

Dentre as imagens recolhidas junto aos informantes, verificou-se a predominância das relacionadas ao trabalho ou “aventuras” extra-bairro no grupo masculino, enquanto as imagens da família e intra-bairro provinham dos acervos femininos. Aspecto esse já discutido com muita propriedade por pesquisadores como Miriam Moreira Leite, Ecléia Bosi e Maria Isaura Pereira de Queiroz entre outros de igual importância. Veja nas páginas seguintes algumas imagens fornecidas por estes dois grupos.

Quanto ao discurso, nota-se uma diferenciação entre o elaborado pelo grupo de maior escolaridade e o que tem na vivência do dia-a-dia a construção de seus referenciais. Um exemplo contundente encontramos na fala de Nelson Ribeiro. Este ao narrar os acontecimentos pertinentes a Vila Castelo Branco e sua trajetória pessoal, o faz relacionando e analisando os fatos e seus desdobramentos na comunidade. Por outro lado, a sra. Maria Candido narra os acontecimentos recompondo os diálogos sem contudo tecer relações mais fortes com as implicações sociais destes. Para ela, bem como para as integrantes do Grupo de Oração da Castelo Branco, excluindo-se a sra. Isabel Schnaider, em alguns momentos, o determinismo de Deus rege as suas vidas. As conquistas pessoais estão relacionadas diretamente a um plano superior, seu esforço pessoal vem a coroar a vontade divina, a vontade de Deus.

¹⁰⁶ Maciel, Elisabeth Nunes. “Juntêmo o Medo e a Corage e Viêmo pra cidade” Mulheres e Trabalhadores Autônomas na construção de espaços femininos na periferia de Passo Fundo – RS. 1998. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Unicamp.

Mulheres



Fig. 94 – Nilza e a família



Fig. 95 – Reuniões familiares na casa de Renata



Fig. 96 – O filho falecido Nair Schnaider



Fig. 97 – Os netos de Maria Cândida em frente de casa

Homens



Fig.98- Avô de Nelson Camargo



Fig. 99 -Tempos de criança Nelson Ribeiro



Fig.100- Passeio ciclístico até Bom Jesus de Pirapora-SP .



Fig. 101- A posse do carro; em frente a casa na Castelo Branco



Fig.102 – Nelson Camargo, o trabalho como motorista de ônibus.



Fig. 103 Nelson Ribeiro: A profissão mantida até hoje

Estratégias de atuação

Devido ao baixo número de imagens em posse dos moradores, optou-se por levá-los a produzirem novas imagens da comunidade como forma de provocar a memória dos fatos passados, tendo o presente como fonte de inspiração nesse processo. Para a realização deste objetivo, promoveu-se uma palestra sobre fotografia entre as integrantes do Grupo de Oração da Castelo Branco, visando entusiasmar e formar fotógrafos/informantes. Esta estratégia empregada anteriormente na Cidade de Votuporanga-SP¹⁰⁷ com resultados positivos, mostrou-se entretanto de pouca valia entre esse grupo.

Diferentemente do Grupo de Terceira Idade de Votuporanga, o de Campinas era composto por mulheres oriundas das classes populares, com baixo nível de escolaridade e que tiveram em sua juventude pouco contato com a produção de imagens ou mesmo a sua posse, o que levou ao pouco interesse na utilização de máquinas fotográficas. A alegação predominante era de que esta função está reservada aos filhos, que “eles é que tiram as fotos lá em casa no Natal”. Deste grupo, destacou-se a Sra. Isabel Schnaider de 78 anos. Por sua característica pessoal, dominou a técnica básica do registro fotográfico e lançou-se a registrar o cotidiano da vila em que realiza trabalho assistencial.

Esta diferenciação em relação ao grupo em que Isabel Schnaider se insere, pode advir de sua maior escolaridade demonstrada e contato com a cultura alemã, pois este grupo de imigrantes tem geralmente em sua trajetória de vida maior contato com a produção de imagens que os leva a utilização das fotografias como forma de contato com a terra natal. Além de comporem juntamente com os franceses o grupo pioneiro de fotógrafos a atuarem comercialmente no Brasil. Eles também apresentavam costumeiramente uma preocupação com o registro fotográfico das conquistas alcançadas na nova terra de adoção, gerando fato material iconográfico que circulava entre estas comunidades. Desta forma, mesmo que a sra. Isabel Schnaider não possua um grande acervo de fotografias, esta técnica não parece ser-lhe distante no viver cotidiano.

Os outros fotógrafos/informantes treinados por mim ou que receberam equipamento e filme, pois já dominavam a técnica foram Renata Alves, 34 anos, Sonia Regina, 35 anos e Nelson Camargo, 69 anos. Este último possuía máquina fotográfica automática de foco fixo, mas não sabia como utilizá-la. Forneci ainda filmes para Nelson e Nilza Ribeiro, mas não os recebi de volta para a revelação e posterior análise, pois estes, após um aceite inicial não se interessaram em registrar o cotidiano de seu antigo bairro. Os filmes que retornaram, foram

¹⁰⁷ Trabalhei durante o ano de 2000 com um Grupo de Terceira Idade na cidade de Votuporanga-SP, onde ministrei aulas de fotografia e levei-os a fotografar a cidade recompondo sua trajetória de vida inserida no contexto urbano e social. O grupo era formado por senhoras de classe média e alta da cidade, muitas com vivência no exterior e com curso superior.

revelados e ampliados no formato 10x15cm, em papel brilhante colorido. As fotografias impressas em papel foram devolvidas aos informantes, acondicionadas em álbuns tipo padrão. Os negativos ficaram sob minha guarda. As fotos foram legendadas e empregadas no processo de rememoração dos fatos antigos e comparando-os com a realidade atual congelada pelas imagens.

Outra forma de abordagem empregada para a obtenção de material iconográfico foi a promessa de recuperação e reprodução de fotografias antigas. Esta abordagem mostrou-se mais profícua, pois a maioria das integrantes desse grupo possuíam os chamados “binoclinhos” e, que devido a idade e conseqüente perda da visão não mais conseguiam visualizar as imagens ali guardadas. Todo o material fornecido foi reproduzido em papel no formato 10x15cm, tanto o original higienizado como as cópias ampliadas foram posteriormente devolvidas a seus detentores.

Quanto ao equipamento utilizado, inicialmente optei pelo emprego de máquina fotográfica profissional (Nikon N90, com tele 28-210 e 75-300 e flash SB 28). Contudo, após uma primeira inserção no bairro, percebi que a sua utilização rotineira interferiria na conduta normal dos informantes, além de despertar a curiosidade e desconfiança dos traficantes que dividem o espaço da praça com os moradores. Pois, além de seu volume chamar a atenção, este tipo de equipamento está relacionado a atividade jornalística o que certamente não era de interesse dos traficantes. Sendo assim, passei a utilizar câmera automática formato 35 mm, da marca Olympus que devido ao seu tamanho reduzido, cabe facilmente na palma da mão, sendo escondida por essa sem muito esforço. Pude registrar cenas do cotidiano do bairro sem despertar muita atenção. As fotografias realizadas com esse equipamento foram, em sua maioria, enquadradas sem que o assunto fosse observado antes no visor da máquina. Isso evitava que os informantes percebessem que estavam sendo flagrados pelas lentes. Eles tinham consciência que estavam sendo fotografados, só não sabiam quando e como. As fotografias tiradas do Grupo, bem como dos demais informantes envolvidos no processo foram apresentadas e presenteadas aos mesmos. Na formulação do relatório final, deu-se preferência à apresentação dos depoimentos dos informantes aliados as fotografias pertinentes, entremeado a pequenas análises e observações do autor, de forma a que as vozes dos moradores tivessem maior destaque, pois são eles os narradores preferenciais dos fatos e processos que embasaram a pesquisa.

Os assuntos perigosos

Apesar dos moradores abordarem o tema “tráfico de drogas” abertamente em suas conversas, sempre o relacionando a algo pernicioso e importado da realidade externa ao bairro, pois este chegou com os novos moradores, o silêncio se faz sentir. Quando lhes é perguntado quem são exatamente estas pessoas e como esta atividade se instalou no bairro, há recusa em falar. Este é um fato compreensível em virtude da conhecida truculência destes grupos com quem quebra a “lei do silêncio”. Entretanto, os moradores contam em *off* que o tráfico se instalou no bairro de forma acintosa na segunda metade da década de 80, em uma casa abandonada na rua 16. Nela um traficante de outro bairro começou suas atividades de distribuição e facilitação do consumo atraindo possíveis consumidores às dependências da mesma. Com o aumento do consumo, o traficante alugou novas residências no bairro e disseminou a atividade. Hoje os traficantes dominam as praças procurando contudo não provocar maiores atritos com a comunidade.

O espaço da praça é dividido entre traficantes e a população que não abandonou seus antigos hábitos de utilizar os espaços públicos do bairro para atividades de convivência. De um lado da praça os aposentados jogam cartas e dominó, do outro lado, garotos distribuem a droga e a consomem. Nos horários de celebração do terço, quintas-feiras, às 15h00, os traficantes e usuários abandonam aquele espaço, retornando logo após a saída das senhoras. Atitudes de afronta também são perpetradas, pelos traficantes e usuários, contra as senhoras do terço, contudo estes atos são respondidos com maior obstinação e uma certa dose de desprezo, pelas senhoras religiosas. Vide foto na próxima página. Nesse processo de ocupação dos espaços públicos do bairro pela atividade ilegal do tráfico toda a população reclama, mas foram às mulheres mais idosas que compuseram a primeira leva de moradoras que tomaram a iniciativa de realizar uma atividade de resistência explícita com o terço das quintas-feiras. Apesar de incomodar os traficantes essa atividade é permitida recebendo, entretanto, algumas represálias por parte de consumidores mais jovens. Observamos, entretanto, uma atitude de não-reação explícita e persistência nos seus objetivos, por parte das senhoras do terço, o que vem reforçar sua proposta de resistência-inteligente¹⁰⁸ pela ocupação dos espaços públicos do bairro.

¹⁰⁸ O termo resistência-inteligente é empregado pelas pesquisadoras von Simson e Gusmão para designar os processos de resistência negra que se impunha ao dominador como um grupo organizado, através de atividades de cunho religioso ou cultural, explorando as brechas deixadas pelo dominador e alargando seus horizontes. Von Simson, Olga Rodrigues de Moraes e Gusmão, Neuza Maria Mendes de. A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente. In: Ciências sociais hoje, 1989. São Paulo; Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANAPOCS, 1989.

foto: R. Gonçalves



Fig. 104- Minutos antes da realização do terço, o banco utilizado pelas senhoras foi sujo com tinta preta. As senhoras sem demonstrarem qualquer abalo, providenciaram jornais e cobriram a pichação, dando prosseguimento normal ao terço. Outro momento de desconforto experimentado pelas sras. da praça ocorreu quando um grupo de garotos sentou-se próximo a elas e começaram a utilizar uma de suas funções excrementícias, a arrotarem acintosamente além de proferirem palavras de baixo calão entremeadas a risadas emitidas em níveis muito mais alto que o considerado aceitável. Como as Sras. não se abalaram e nem interromperam a reza eles foram embora calados.

A questão da negritude não é abordada facilmente, quando indagados sobre sua participação em atividades ligadas à cultura afro-brasileira, os moradores respondem que as tarefas domésticas e profissionais lhes tomam todo o tempo e os jovens se interessam mais em freqüentar os shoppings do que participar do movimento negro. Existe a percepção que o bairro teve em sua formação inicial um maior contingente de negros e pardos, contudo quando comparado o início da vila ao seu presente, é observado pelos informantes que houve uma diminuição deste percentual com a vinda dos novos moradores. O movimento negro também é relacionado ao Sindicato das Empregadas Domésticas e sua fundadora falecida em 1991¹⁰⁹.

Temas para reflexões futuras

Devido ao tempo exíguo em que esta pesquisa foi realizada¹¹⁰, alguns temas e possibilidades de interação com a comunidade não puderam ser contemplados por este trabalho. Entretanto, tais temas se configuram em objetos legítimos de interesse no estudo dos processos de formação das comunidades populares campineira e entre elas, dos bairros negros. A própria questão da negritude não foi abordada em seus diversos aspectos, pois como

¹⁰⁹ A criação do Sindicato das Empregadas Domésticas e a trajetória de vida de sua fundadora são descritos e analisado por: Pinto, Elizabeth Ap. *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)* – 1993 Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação/Unicamp.

¹¹⁰ Sobre esse assunto, vide “Uma explicação necessária”. pag.128

bem expõe von Simson¹¹¹ esse assunto configura-se muitas vezes em tabu para determinadas comunidades e sua abordagem requer estratégias mais elaboradas para fazer aflorar as diferenças e construir uma visão de mundo crítica e participativa. Sendo um exemplo positivo de abordagem do tema a pesquisa coordenada por von Simson e implementada na comunidade da Vila Costa e Silva, (da qual participei como pesquisador voluntário), mostra como o grupo de pesquisadores pode se valer da educação não formal para a discussão e formação da identidade de bairro e negra e suas implicações sociais.

Um outro tema passível de investigação é a Sociedade Amigos de Bairros da Vila Castelo Branco, sua fundação, seus objetivos oficiais¹¹² como se deu o processo instalação e porque a comunidade não mais consegue hoje se organizar em torno deste espaço para a discussão, reivindicação e conquista de melhorias para o bairro. As comparações com a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Garcia são freqüentes e perpassam o discurso de todos, independentemente da idade ou sexo.

A grande pergunta é por que os moradores da Vila Castelo Branco não conseguem se organizar em torno da entidade local, já que admiram tanto a organização e atuação de seus vizinhos? A escola de Samba Rosas de Prata, freqüentemente ligada a figura de seu maior incentivador o “Rubão”, também consiste em tema a ser abordado em pesquisas futuras. Sua organização e crescimento se deram no seio da Sociedade Amigos de Bairro e com ela desapareceu, após a morte de seu fundador e grande líder local. Sendo o samba um dos territórios de manutenção e persistência da cultura afro-brasileira, talvez o seu estudo possa esclarecer as formas de interação da comunidade negra com o próprio bairro e a sociedade mais ampla, bem como a visão mais pormenorizada da participação negra no contexto urbano de Campinas.

Com a conclusão deste trabalho, acredito ter contribuído para a preservação da memória das lutas e conquistas sociais dos primeiros moradores da Vila Castelo Branco, dentro do esforço maior perpetrado pelo Centro de Memória da Unicamp no sentido de reconstrução da história de Campinas, sob a ótica das populações que costumeiramente não encontram espaço para registrar suas trajetórias e visão de mundo.

¹¹¹ von Simson, Olga Rodrigues de Moraes. Identidade na quebrada; Educação não formal, Hip Hop e História Oral. Campinas, 2002. Texto apresentado no I Seminário internacional sobre Criança e o Jovem na América Latina. UNESP (Campus Marília) de 5 a 0 de outubro de 2001.

¹¹² Sobre este tema ver: A sociedade Amigos de Bairro, pág.201.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVES, Jorge Eduardo Lozano. Prática e estilos de pesquisa na História oral contemporânea. In: FERREIA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína.(Orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- AUGRAS, Monique. História Oral e subjetividade. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. (Org.) **Os desafios contemporâneos da história oral - 1996**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas, o despontar da modernidade**. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Enfrentando Preconceitos**. Um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- BARBUY, Santiago. **O espaço do encontro humano**. Tradução da Equipe da Editora Cultural Espiritual. São Paulo: ECE, 1980.
- BARROS, Armando Martins. Educando o olhar: notas sobre o tratamento das imagens como fundamento na formação do pedagogo. In: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BÍBLIA. A. T. **Genêses**. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução por João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar:** vilas operárias na Cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BUSSELLE, Michael. **Tudo sobre fotografia.** 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

CADERNOS DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO 2. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. **A cidade e a rua.** São Paulo: USP n.1 (jan./dez) 1992.

CAMARGO, J. F. **Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos.** São Paulo: Estudos Econômicos n.14. São Paulo: IPÊ/USP, 1981.

CAMILLO, Ema E. R. **Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1860 – 1887).** Campinas, SP: Mercado de Letras; Centro de Memória – UNICAMP, 1998.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza Campos. A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico - sociológica da memória familiar. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU, 1999.

CAMPOS, Theodoro de Souza Júnior. **Monografia Histórica do Município de Campinas.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Momento de Ruptura:** as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

CARVALHO, Edemir. **Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas: 1870 – 1956.** Campinas: 1991. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999.
- DIÁRIO DO POVO, CORREIO POPULAR. **Campinas Século XX: 100 anos de história**. Campinas: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.
- DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 1994.
- EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e Fotografia. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Antropologia e Fotografia. UERJ, Núcleo de Antropologia e Imagem – Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 2, 1996.
- FABRIS, Annateresa. A Invenção da Fotografia: Repercussões Sociais In: FABRIS, Annateresa (Org.) **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1991. (Coleção texto & arte; v.3).
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Odete Peixoto. **Novas tecnologias a serviço da Reconstrução da memória urbana: Protótipo de Sistema Interativo Hiperídia: Cidade e Memória – Cidade de Campinas, SP: 2000**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes.
- FREITAS, Afonso A. de. Pouso no Caminho dos Goiaes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo XXXIV. In: PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas seu berço sua juventude**. 1969.
- FRIZOT, Michael. **Etienne-Jules Marey Introduction, documentation et notices**. França: MINISTERE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION, 1987. (Collection Photo Poche).
- GARGIULLU, João. Ilustração In: SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1990. GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: ECKERT, Cornelia; GODOLPHIM, Nuno. (Orgs.). **Horizontes Antropológicos**:

Antropologia Visual. São Paulo: Publicação do Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano I nr. 2. 1995.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.

GRANGEIRO, Cândido Domingues. **As artes de um negócio**: A febre Photographia São Paulo: 1862–1886. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas** dados históricos e estatísticos. (contendo um guia completo de ruas). Campinas: Livraria Brasil, 1953.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

KOSSOY, Boris. **Hercules Florence 1833**: a descoberta isolada da Fotografia no Brasil. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et al. **História oral e pesquisa sociológica**: a experiência do CERU. São Paulo: Humanitas, 1998.

———. Documentos e depoimentos na pesquisa Histórico-sociológica. São Paulo: CERU, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade**: Os cantos e os antros: Campinas 1850 —1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEHFELD, Neide Ap. de Souza. **Uma abordagem populacional para Um problema estrutural**: A Habitação. Petrópolis: Vozes, 1988.

LEITE, Miriam L. Moreira. Entrevista. In: **Boletim do Centro de Memória – UNICAMP**. Campinas: DGA – 6 - UNICAMP, vol. 3, n.º 6, jul / dez 1991. p. 44 – 46.

———. História e fotografia. In: **Cultura e Vozes**. São Paulo: Vozes, 1992. nr.3, maio-junho.

———. **Retratos de Família**: Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo: EDUSP, 1993. (Texto & Arte; v.9).

———. Imagem e linguagem: reflexões de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo.(Org.).**Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999.

LIMA, Ivan. **A fotografia é a sua linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

LUCENA, Célia. Tempo e espaço nas imagens das lembranças. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. (Org.) **Os desafios contemporâneos da história oral - 1996**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP,1997.

MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais** — negros em Campinas (1888 – 1926). 2. ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

MACIEL, Elizabeth Nunes. “**Juntêmo o Medo e a Corage e Viêmo pra Cidade**” Mulheres e Trabalhadores autônomas na construção de espaços femininos na periferia de Passo Fundo – RS, 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Unicamp.

MARIANO, Julio. **Campinas de ontem e de ante-ontem**. Campinas: Maranata, 1970.

MARTINS, José Pedro Soares. **Campinas Século XX** : 100 anos de história. Campinas, SP: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.

MARTINS, Valter. **Nem senhores, nem escravos**: os pequenos agricultores em Campinas 1800 — 1850. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

MATTA, Roberto da. **A Casa & A Rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético – Estilístico nacional ao consumo visual global. . In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MULLER, Daniel Pedro. **ENSAIO D’UM QUADRO ESTATÍSTICO DA PROVÍNCIA DE S. PAULO**: Ordenado pelas leis provinciais de 11 de Abril de 1836, e 10 de Março de 1837. São Paulo: 1838. Reedição literal de 1923, Washington Luis Pereira de Souza.

PARK, Margareth Brandini. (Org.) **Memória, Educação e Cidadania**: tecendo o cotidiano de creches e pré – escolas em Itupeva – S.P. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP. 1996.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista **Estudos Históricos**. Cpdoc/FGV, Rio de Janeiro: 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Campinas**: Plano Diretor 1995. Oficina Editorial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Sumário de Dados Demográficos de Campinas e Região**. SEPLAN. Campinas: 1997/1998.

PUPO, Benedito Barbosa. **À margem da história de Campinas**. Ed. Campinas: 1976.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969. nr. 20.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

———. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999.

READ, Herbert Sir. **O sentido da arte**: esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura e das bases dos julgamentos estéticos. Tradução: MONTEIRO, Jacy E.. 8.ed. São Paulo: IBRASA, 2000.

RIBEIRO, Ana C.. A estruturação de imagens da vida metropolitana. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Antropologia e Mídia UERJ, Núcleo de Antropologia e Imagem – Rio de Janeiro: EdUERJ, n.1 1995.

SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES, José Nogueira. **A Febre Amarela em Campinas 1889 — 1900**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

- SCHERER, Joanna. Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica. In: **Cadernos de antropologia e imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem -nr.1. Rio de Janeiro: UERJ/NAI, 1996. V.II.
- SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991. (Série Teses)
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Os Governos Militares (1969 – 1974)**. São Paulo: Três 1975. (História da República Brasileira).
- SILVA, Kleber Pinto. **A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma História da saúde em Campinas - SP**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. **Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico Sociológica: Reflexões de Pesquisas**. Boletim do Centro de Memória UNICAMP. Campinas: DGA-6 – UNICAMP, vol. 3, n.º 5 jan/jun 1991. p. 14 – 24.
- . (Org.) **Os desafios contemporâneos da história oral 1996**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- . Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- . **Da “Bastilha negra” à proletarianização: Bairro, identidade e memória de espaços negros de Campinas**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp. 1999. Relatório de pesquisa, processo CNPq nr. 522322/94-8 (RE). Campinas CMU.
- . Do oral ao escrito: 500 anos de história do Brasil. In: ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. (Org.) **Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste**. Salvador: UNEB, 2000.
- . ; Park, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. (Orgs.). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas, SP: Unicamp/Centro de Memória, 2001.
- . **Identidade na quebrada; Educação não formal, Hip-Hop e História Oral**. Campinas: 2002 (no prelo).
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996.

———. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1991.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a Geografia).

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia).

SEMINÁRIO “PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM NA PEDAGOGIA” 28 – 30 Junho 1995, Campus do Gragoatá, Niterói, Anais. Niterói – RJ: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Faculdade de Educação, 1996.

SOUZA, Elza Maria. **Reminiscências integrando gerações: a arte de compartilhar memórias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TAUNAY, Affonso de E.. **Ensaio da História Paulistana**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1941. Separata do tomo X dos Anais do Museu Paulista.

———. **São Paulo: vetera et nova**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949. Separata do tomo XIII dos Anais do Museu Paulista.

TITÃS. Acústico MTV, 1998. BRIOTO, Sérgio; FROMER, Marcelo. **Palavras** c1989.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra – urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute, 1998.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papius, 2000.

———. Paisagens do século XXI : notas sobre mudança social e o espaço urbano. . In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papius, 2000.